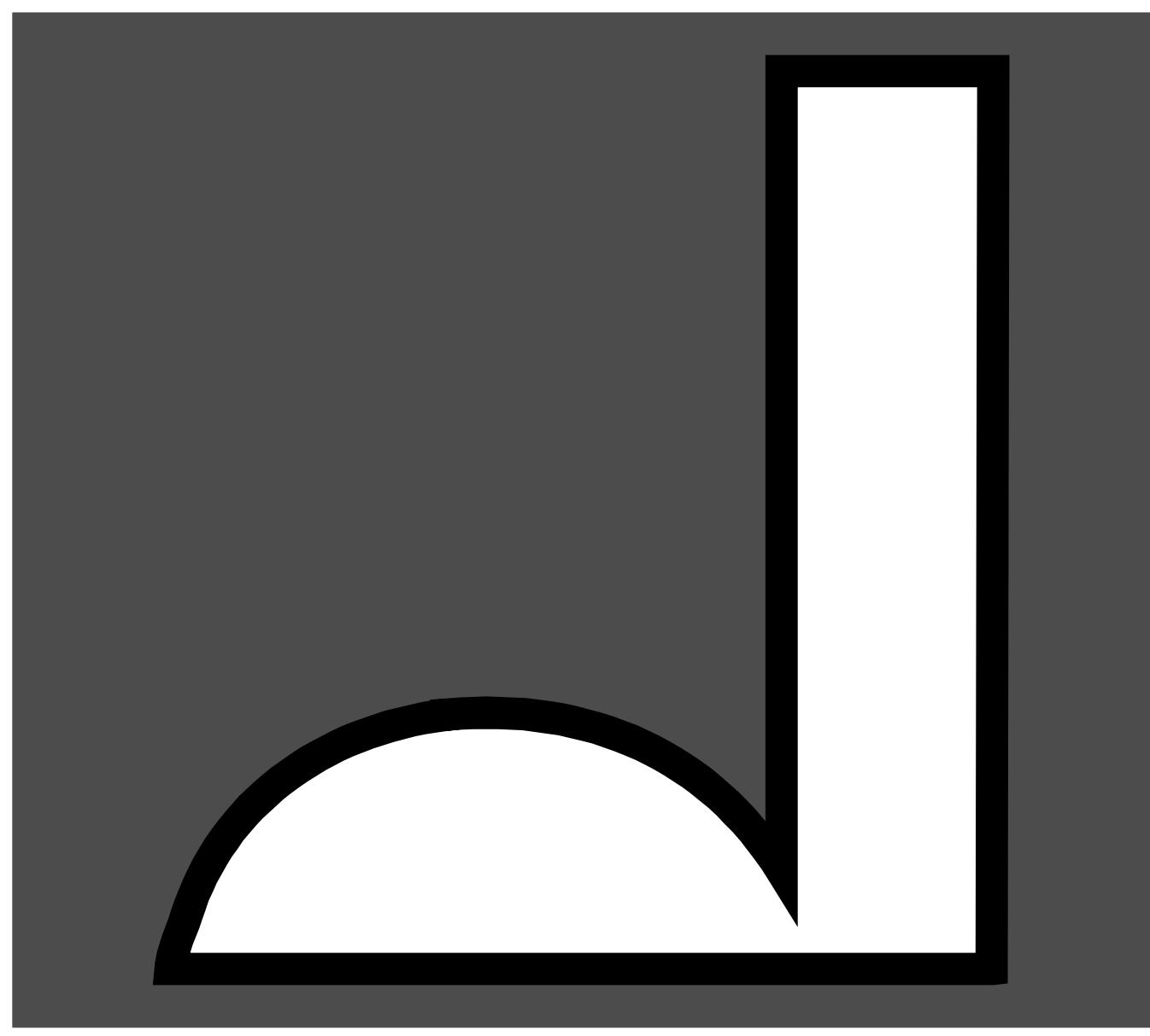




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVIII – Nº 099 – QUINTA-FEIRA, 10 DE JULHO DE 2003 – BRASÍLIA - DF

MESA		
Presidente José Sarney – PMDB – AP 1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO – PT – RS 2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO 1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP 2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI	3º Secretário Heráclito Fortes – PFL – PI 4º Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – BLOCO – PL – RJ	
CORREGEDORIA PARLAMENTAR Romeu Tuma – PFL – SP Corregedores Substitutos Hélio Costa – PMDB – MG Delcídio Amaral – PT – MS Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL	PROCURADORIA PARLAMENTAR (Resolução do Senado Federal nº 40/95) <i>Aguardando indicações pelas lideranças</i>	
<i>Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003</i>		
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO - 23 (PT, PTB, PSB, PL) Líder Tião Viana PT-AC Vice-Líderes Antônio Carlos Valadares Magno Malta Fernando Bezerra Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Arns Ideli Salvatti Geraldo Mesquita Júnior	Vice-Líderes João Capiberibe Fernando Bezerra Patrícia Saboya Gomes Hélio Costa Marcelo Crivella LIDERANÇA DO PMDB - 22 Líder Renan Calheiros PMDB-AL Vice-Líderes Juvêncio da Fonseca Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá	Rodolpho Tourinho José Jorge LIDERANÇA DO PSDB – 10 Líder Arthur Virgílio PSDB-AM Vice-Líderes Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan
LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA 28 (PFL – PSDB) Líder Efraim Morais PFL-PB Vice-Líderes Eduardo Azeredo Rodolpho Tourinho	LIDERANÇA DO PFL - 18 Líder José Agripino PFL-RN Vice-Líderes Leomar Quintanilha Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges	LIDERANÇA DO PDT - 5 Líder Jefferson Péres PDT-AM Vice-Líderes Almeida Lima
LIDERANÇA DO GOVERNO Líder Aloizio Mercadante PT-SP		LIDERANÇA DO PPS – 3 Líder Mozarildo Cavalcanti PPS-RO Vice Líder Patrícia Saboya Gomes
EXPEDIENTE		
Agaciol da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial		Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Sérgio Castro Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 7ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 9 DE JULHO DE 2003

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 272, de 2003, de autoria do Senador Pedro Simon, que dá nova redação ao § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.....

17554

1.2.2 – Leitura de requerimentos

Nº 547, de 2003, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, solicitando urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2002.....

17555

Nº 548, de 2003, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, solicitando urgência para o Projeto de Resolução nº 27, de 2003, que restabelece a Resolução nº 8, de 2001, do Senado Federal.....

17555

Nº 549, de 2003, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, solicitando urgência para o Projeto de Resolução nº 29, de 2003, advindo da aprovação da Mensagem nº 137, de 2003.....

17556

Nº 550, de 2003, de autoria da Senadora Roseana Sarney, solicitando ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio as informações que menciona.....

17556

1.2.3 – Ofícios

Nº 113/2003, de 8 do corrente, da Liderança do PDT no Senado Federal, de indicação de membros para a Comissão Mista Especial destinada a fiscalizar, em todo território nacional, a posse, o porte e a comercialização de armas e munições. Designação dos Senadores Almeida Lima e Augusto Botelho para integrarem, como titular e suplente, respectivamente, a referida Comissão.....

17557

Nº 718/2003, de 8 do corrente, da Liderança do PFL na Câmara dos Deputados, comunicando o desligamento do Deputado Marcos Abramo, como suplente, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil.....

17557

Nº 613/2003, de 9 do corrente, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, comunicando o desligamento do Deputado Hermes Parcianello da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar as responsabilidades sobre evasão de divisas do Brasil, no período de 1996 a 2002.....

cando o desligamento do Deputado Hermes Parcianello da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar as responsabilidades sobre evasão de divisas do Brasil, no período de 1996 a 2002.....

17557

1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR ROBERTO SATURNINO – Necessidade da retomada do crescimento e da capacidade de investimento do Estado brasileiro para reverter o quadro de desigualdade e injustiça social.....

17558

SENADOR CÉSAR BORGES – Violência social no Brasil.....

17560

SENADOR JEFFERSON PÉRES, como Líder – Transcrição do artigo “A Embrapa e o MST”, de autoria do ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal e ex-Senador Paulo Brossard, publicado no jornal **Correio Braziliense**. Preocupação com as ações do MST.....

17563

SENADORA IDELI SALVATTI – Questão agrária brasileira.....

17566

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Comentários às declarações do Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu, sobre a existência de corrupção em governos recentes....

17569

SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Preocupação com a destinação de recursos para a defesa animal no Tocantins.....

17575

SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Importância de uma política moderna de desenvolvimento regional para o País, a propósito do anúncio da recriação da Sudene, Sudam e Sudeco.....

17576

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 161, de 1989 – Complementar (nº 1/1991-Complementar, naquela Casa), que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências. **Aprovado com supressões e acréscimos**, tendo usado da palavra os Srs. Renan Calheiros, Arthur Virgílio, José Aripino, Aloizio Mercadante, Jonas

Pinheiro, Fernando Bezerra, João Alberto Souza e Romero Jucá (Relator) (Votações nominais). À Comissão Diretora para redação final	17578	1.3.2 – Ofício Nº 198/2003, de 9 do corrente, da Senadora Heloísa Helena, solicitando que seja considerada como falta justificada a sua ausência às votações nominais ocorridas na presente sessão.....	17620
Redação final do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 161, de 1989 – Complementar (Parecer nº 727, de 2003-CDIR). Aprovada. À sanção.....	17605	1.3.3 – Discursos após a Ordem do Dia SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Comemoração dos 113 anos da capital do Estado de Roraima, Boa Vista.....	17620
Item 2 Mensagem nº 70, de 2003 (nº 102/2003, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Marcelo Andrade de Moraes Jardim, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Polônia. Aprovado o Parecer nº 728, de 2003-CRE (Votação nominal e secreta).....	17613	SENADORA IDELI SALVATTI, como Líder – Crise no setor telefônico nacional. Análise das ações implementadas pelo Governo Lula.	17622
Item 3 Mensagem nº 110, de 2003 (nº 216/2003, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Carlos Augusto Rego Santos Neves, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República do Cazaquistão. Aprovado o Parecer nº 729, de 2003-CRE (Votação nominal e secreta).....	17615	SENADOR ROMEU TUMA – Comemoração do 71º aniversário da Revolução Constitucionalista de 1932.....	17624
Item 4 Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 2003 (nº 1.488/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais e de Serviço entre os Governos dos Países-Membros da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa, celebrado em Maputo, em 17 de julho de 2000. Aprovado , tendo usado da palavra os Srs. Eduardo Suplicy, Tião Viana, Duciomar Costa e Hélio Costa. À promulgação.....	17617	SENADOR DEMÓSTENES TORRES, como Líder – Aumento de competitividade do Brasil na produção de grãos. Preocupação com as ações do MST.	17628
Item 5 Requerimento nº 524, de 2003, do Senador Juvêncio da Fonseca, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2003, com os Projetos de Lei do Senado nºs 292, 386 e 614, de 1999, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. Aprovado	17619	SENADORA IRIS DE ARAÚJO – Comportamento do PMDB frente ao governo lula.....	17630
1.3.1 – Matérias apreciadas após a Ordem do Dia Requerimentos nºs 547 a 549, de 2003, de urgência, lidos no Expediente da presente sessão. Aprovados	17619	SENADOR SÉRGIO GUERRA, como Líder – Saudações à escolha do Rio de Janeiro como a cidade brasileira que irá disputar a sede das olimpíadas de 2012.....	17633
		1.3.4 – Leitura de requerimento Nº 568, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao município de Manacapuru, Estado do Amazonas, pelo transcurso de seu 71º aniversário de criação.....	17634
		1.3.5 – Discursos encaminhados à publicação SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Transcrição do editorial publicado hoje no jornal O Globo , que analisa a divulgação do novo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.	17634
		SENADOR SÉRGIO ZAMBIAZI – Proposta de criação de Programa de Participação do Funcionário no Capital da Empresa em que trabalha.	17635
		SENADOR VALMIR AMARAL – Redução da carga tributária de medicamentos.	17636
		SENADOR REGINALDO DUARTE – Transcrição de artigo de autoria do Senador Eduardo Siqueira Campos publicado no jornal O Globo de hoje, intitulado “O ABC da miséria”.	17637
		SENADORA LÚCIA VÂNIA – Transcrição dos artigos “Polícia retira sem-terra de engenho em PE”, publicado na Folha de S.Paulo , edição de 4 do corrente, e “MST acusa dirigente da UDR de ser mandante”, publicado no jornal O Globo , edição de 5 do corrente.	17637
		SENADOR PEDRO SIMON – Transcrição de textos elaborados por S.Exa. durante a década de 90, que tratam, entre outros assuntos, do combate à corrupção.	17641

Julho de 2003

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Quinta-feira 10 17553

SENADOR ROMERO JUCÁ – Atuação da Secretaria de Fiscalização de Desestatização, da Secretaria-Geral de Controle Externo do TCU.....	17652	3 – ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 26, de 2003..... 17661
SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Considerações sobre artigo de autoria do colunista Elio Gaspari, publicado no jornal O Globo , intitulado “Eu me elejo, nós tungamos, eles pagam”.....	17653	4 – PORTARIAS DO DIRETOR-GERAL Nºs 76 e 77, de 2003..... 17665
SENADOR SÉRGIO GUERRA – Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo , edição de 27 de junho último, intitulado “O que explica o déficit crescente do INSS”.....	17655	5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL Nºs 4.227 a 4.239, de 2003..... 17667
SENADOR LEONEL PAVAN – Editorial “Classe média em retirada”, publicado no jornal Zero Hora , edição de 7 do corrente. Comemoração do aniversário de 143 anos da cidade de Itajaí/SC.....	17655	6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA 7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
SENADOR TEOTONIO VILELA FILHO – Análise dos primeiros meses da administração do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.....	17656	8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR 9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR
SENADOR PAULO PAIM – Baixa da inflação e possibilidade de redução das taxas de juros para estancar a queda da produção industrial, dos investimentos e dos empregos.	17658	10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR 11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
1.4 – ENCERRAMENTO	17659	CONGRESSO NACIONAL 12 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 9-7-2003		13 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira) 14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI) 15 – COMISSÃO REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

Ata da 7ª Sessão Deliberativa Ordinária em 9 de julho de 2003

1ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. José Sarney, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma, Demóstenes Torres, da Sra. Íris de Araújo e do Sr. Garibaldi Alves Filho

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS,
ACHAM-SE PRESENTES OS SRS.
SENADORES:

Aelton Freitas – Alberto Silva – Aloizio Mercadante – Amir Lando – Ana Júlia Carepa – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Magalhães – Antonio Carlos Valadares – Arthur Virgílio – Augusto Botelho – César Borges – Delcidio Amaral – Demostenes Torres – Duciomar Costa – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Efraim Morais – Eurípedes Camargo – Fátima Cleide – Fernando Bezerra – Flávio Arns – Garibaldi Alves Filho – Geraldo Mesquita Júnior – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Hélio Costa – Heloísa Helena – Heráclito Fortes – Ideli Salvatti – Iris de Araujo – Jefferson Peres – João Alberto Souza – João Batista Motta – João Ribeiro – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Jorge – José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Leonel Pavan – Lúcia Vânia – Luiz Otavio – Mão Santa – Marco Maciel – Mozarildo Cavalcanti – Ney Suassuna – Osmar Dias – Papaléo Paes – Patrícia Saboya Gomes – Paulo Paim – Pedro Simon – Ramez Tebet – Reginaldo Duarte – Renan Calheiros – Renildo Santana – Roberto Saturnino – Rodolpho Tourinho – Romero Jucá – Romeu Tuma – Roseana Sarney – Sérgio Cabral – Sérgio Guerra – Sérgio Zambiasi – Serys Slhessarenko – Sibá Machado – Teotonio Vilela Filho – Tião Viana – Valdir Raupp – Valmir Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A lista de presença acusa o comparecimento de 70 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 272, DE 2003

Dá nova redação ao § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 3º Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa portadora de deficiência ou idosa a família cuja renda mensal **per capita** seja inferior a 1 (um) salário mínimo.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei Orgânica da Previdência Social (LOAS) de que trata a Lei nº 8.742, de 7-12-1993, determina, em seu art. 20, que “o benefício de prestação continuada é a garantia de 1 (um) salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com 70 (setenta) anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem tê-la promovida por sua família.”

E o seu § 3º define essa família como sendo aquela cuja renda **per capita** seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo ou seja: R\$60,00 (sessenta reais), atualmente.

Ora, consagrar em lei, que uma família possa se manter com importância mensal inferior a R\$60,00 por indivíduo é, no mínimo, maldade. E, se essa família ainda conta, entre seus membros, com um idoso de mais de 70 anos ou com um deficiente, é uma perversidade.

Aos 70 anos, além de ser reconhecida como incapaz de prover sua própria manutenção, é comum que uma pessoa esteja a consumir medicamentos

além de outros cuidados, o que aumenta o seu custo. A manutenção do deficiente é ainda mais custosa, dependendo da natureza e do grau de sua deficiência. E quando a pessoa associa as duas condições – a de idoso e deficiente –, o que não é tão raro?

A reforma da Previdência em exame no Congresso Nacional, com certeza, irá prover os meios necessários a que sejam corrigidas tais injustiças, contribuindo para uma melhor destinação dos seus recursos.

Sala das Sessões, 9 de julho de 2003. – **Pedro Simon.**

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
SUBSECRETARIA DE ATA.**

LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993

**Dispõe sobre a organização da
Assistência Social e dá outras providências.**

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 20. O benefício de prestação continuada é a garantia de 1 (um) salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com 70 (setenta) anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.

§ 1º Para os efeitos do disposto no **caput**, entende-se por família a unidade mononuclear, vivendo sob o mesmo teto, cuja economia é mantida pela contribuição de seus integrantes.

§ 2º Para efeito de concessão deste benefício, a pessoa portadora de deficiência é aquela incapacitada para a vida independente e para o trabalho.

§ 3º Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa portadora de deficiência ou idosa a família cuja renda mensal **per capita** seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

§ 4º O benefício de que trata este artigo não pode ser acumulado pelo beneficiário com qualquer outro no âmbito da seguridade social ou de outro regime, salvo o da assistência médica.

§ 5º A situação de internado não prejudica o direito do idoso ou do portador de deficiência ao benefício.

§ 6º A deficiência será comprovada através de avaliação e laudo expedido por serviço que conte com equipe multiprofissional do Sistema Único de Sa-

úde (SUS) ou do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), credenciados para esse fim pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

§ 7º Na hipótese de não existirem serviços credenciados no Município de residência do beneficiário, fica assegurado o seu encaminhamento ao Município mais próximo que contar com tal estrutura.

Art. 21. O benefício de prestação continuada deve ser revisto a cada 2 (dois) anos para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem.

§ 1º O pagamento do benefício cessa no momento em que forem superadas as condições referidas no **caput**, ou em caso de morte do beneficiário.

§ 2º O benefício será cancelado quando se constatar irregularidade na sua concessão ou utilização.

.....
(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Os requerimentos lidos serão votados após a Ordem do Dia.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 547, DE 2002

Nos termos dos artigos 336, II, combinado com o 338, IV, do RISF, requeremos urgência, para as Emendas de Plenário nº 2, 3, 4 e 5 apresentadas ao PLC nº 105, DE 2002, que “Dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas e dá outras providências”.

Sala das Comissões, 8 de julho de 2003. – **Mão Santa**, Presidente – **Roldolfo Tourinho**, Relator – **Aloizio Mercadante** – **Ana Júlia Carepa** – **Eduardo Suplicy** – **Roberto Saturnino** – **Antonio Carlos Varella** – **Geraldo Mesquita Júnior** – **Fernando Bezerra** – **Garibaldi Alves Filho** – **Romero Jucá** – **João Alberto Souza** – **Valdir Raupp** – **César Borges** – **Jonas Pinheiro** – **Lúcia Vânia** – **Patrícia Saibona Gomes**.

REQUERIMENTO Nº 548, DE 2003

Nos termos dos artigos 336, II, combinado com o 338, IV, do RISF, requeremos urgência, para o PRS nº 27, de 2003, que “Restabelece a Resolução nº 8, de 2001, do Senado Federal (Autoriza o Banco do Nordeste do Brasil S/A – BNB a contratar operação de crédito externo no valor de US\$150,000,000.00 (cen-

to e cinqüenta milhões de dólares norte-americanos), de principal, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada ao financiamento parcial do Programa de Expansão de Mercados para Pequenas e Médias Empresas – PEM".

Sala das Comissões, 8 de julho de 2003. – **Mão Santa**, Presidente – **Patrícia Saboya Gomes**, Relatora – **Ana Júlia Carepa** – **Eduardo Suplicy** – **Roberto Saturnino** – **Antonio Carlos Valadares** – **Geraldo Mesquita Júnior** – **Fernando Bezerra** – **Gibaldo Alves Filho** – **Romero Jucá** – **João Alberto Souza** – **Valdir Raupp** – **César Borges** – **Jonas Pinheiro** – **Rodolpho Tourinho** – **Lúcia Vânia**.

REQUERIMENTO Nº 549, DE 2003

Nos termos dos artigos 336, II, combinado com o 338, IV, do RISF, requeremos urgência, para a MSF nº 37, de 2003, que "Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$404,040,000.00 (quatrocentos e quatro milhões e quarenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco International para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no âmbito do Segundo Empréstimo Programático de Ajuste do Setor Público - Reforma Fiscal (PSAL)". Projeto de Resolução nº 29, de 2003.

Sala das Comissões, 8 de julho de 2003. – **Mão Santa**, Presidente eventual – **Fernando Bezerra**, Relator – **Aloizio Mercadante** – **Ana Júlia Carepa** – **Eduardo Suplicy** – **Roberto Saturnino** – **Antonio Carlos Valadares** – **Geraldo Mesquita Júnior** – **Gibaldo Alves Filho** – **Romero Jucá** – **João Alberto Souza** – **Valdir Raupp** – **César Borges** – **Jonas Pinheiro** – **Rodolpho Tourinho** – **Lúcia Vânia** – **Patrícia Saboya Gomes**.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, inciso III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 550, DE 2003

Solicita informações sobre estudo contratado pelo BNDES.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito a Vossa Excelência seja en-

caminhado, ao Sr. Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, o seguinte pedido de informações:

Em junho de 2002, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a partir de acordo efetivado com o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, contratou, por meio de licitação, a realização de estudos para a identificação e avaliação estratégica dos potenciais impactos ambientais e socioeconômicos agregados de investimentos nos Eixos da Amazônia – Madeira/Amazonas e Arco Norte – e no Eixo Oeste. Na época, entendeu-se que se fazia necessária a análise mais detalhada dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento no que se refere aos impactos decorrentes da implantação do conjunto de investimentos previstos principalmente para a Amazônia. Nessa análise mais detalhada, a dimensão ambiental seria elevada ao mesmo nível dos parâmetros socioeconômicos. A intenção era que o estudo contratado pelo BNDES resultasse em um portfolio aperfeiçoado dos Eixos, incorporando eventualmente alterações nos projetos originais e ações mitigadoras dos impactos ambientais identificados.

Diante do exposto e, no uso da atribuição do Congresso Nacional de acompanhamento permanente das políticas públicas a cargo do Governo federal, requeiro deste Ministério, ao qual se vincula o BNDES, que me sejam informados:

1. se o supracitado estudo já foi finalizado;
2. em caso de resposta negativa ao item 1, as razões pelas quais o estudo não foi ainda finalizado;
3. em caso de resposta afirmativa ao item 1, os resultados completos do estudo (cópia na íntegra do produto final do estudo contratado).

Sala das Sessões, 9 de julho de 2003. – Senadora **Roseana Sarney**.

(À Mesa para decisão).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência designa os Srs. Senadores Almeida Lima e Augusto Botelho para integrarem, como titular e suplente, respectivamente, a referida Comissão, nos termos do expediente que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OFÍCIO Nº 113/03 – GLPDT

Brasília, 8 de julho de 2003

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que foram designados para compor a Comissão Mista Especial, “Destinada a fiscalizar, em todo território nacional, a posse, o porte e a comercialização de armas e munições, como titular o Senador Almeida Lima e como suplente o Senador Augusto Botelho”.

Ao ensejo renovo protesto de elevada estima e consideração. – Senador, **Jefferson Péres**, Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência designa os Srs. Senadores Almeida Lima e Augusto Botelho para integrarem, como titular e suplente, respectivamente, a referida Comissão, nos termos do expediente que acaba de ser lido.

Sobre a mesa ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OFÍCIO Nº 718L-PFL/03

Brasília, 8 de julho de 2003

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Marcos Abramo deixa de integrar, como membro suplente, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a “investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil”.

Atenciosamente, _ Deputado **José Carlos Aleluia**, Líder do PFL.

OF/GAB/I/Nº 613

Brasília, 9 de julho de 2003

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Hermes Parcianello deixa de integrar, na qualidade de Suplente, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar as responsabilidades sobre Evasão de Divisas do Brasil, no período de 1996 a 2002.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Eunício Oliveira**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Pela ordem, concedo a palavra ao 1º Vice-Presidente desta Casa, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem) – Sr. Presidente, peço minha inscrição para uma comunicação inadiável, no momento em que V. Ex^a entender adequado. Obrigado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, pela ordem.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para falar como Líder, após a Ordem do Dia.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Senador Eurípedes Camargo, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço minha inscrição para uma comunicação inadiável. Ontem, fiz uma troca com a Senadora Ideli Salvatti, que a cedeu, e fiquei com o compromisso de fazer o mesmo por S. Ex^a. Se V. Ex^a permitir, faço este pedido.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Ficam inscritos os Senadores Paulo Paim, Eurípedes Camargo, para cessão a outro Senador, e o Senador Leonel Pavan, em terceiro lugar, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno.

Fica devidamente inscrito o Líder Mozarildo Cavalcanti para usar a palavra após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino, do Partido dos Trabalhadores do Estado do Rio de Janeiro.

S. Ex^a dispõe de até vinte minutos.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ).

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o noticiário de ontem da imprensa dá conta de um progresso modesto, nada que seja motivo de grande satisfação, na classificação do Brasil no chamado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), apurado pela ONU. Trata-se, realmente, de uma melhoria que, aliás, vem ocorrendo desde 1975, quando começaram essas apurações. O Brasil tem feito crescer o seu Índice de Desenvolvimento Humano, especialmente naquilo que decorre do acesso à educação, que, realmente, em nosso País, tem progredido de forma confortadora e promissora.

Mas, trata-se, na verdade, de um crescimento muito modesto ainda dentro de um quadro que é assustador, que mostra uma sociedade profundamente doente, vítima de uma doença monstruosa, teratológica, que é a deformidade da distribuição de renda e de riqueza em nosso País. Uma sociedade que continua colocando à margem de todo progresso que se realiza – e há progresso sendo realizado no Brasil – cerca de 80% da sua população mostra que se trata de uma sociedade inviável. Quer dizer, é inviável pensar-se numa descontinuidade desse processo sem que as causas dessa teratologia sejam removidas e a sociedade brasileira se reencontre com um conceito mínimo de justiça.

E é possível resolver isso? Claro que é possível. O Governo começa a dar os primeiros passos importantes nessa direção, procurando incluir na economia uma margem enorme de pessoas. Em torno de 20 a 30 milhões de brasileiros que estavam completamente fora do processo econômico começam a ser incluídos, com a criação dos fundos para microcrédito, com um financiamento melhor à agricultura familiar, enfim, uma série de medidas que são concretas, objetivas e muito importantes.

No entanto, o elemento fundamental é o crescimento econômico. Há vinte anos o Brasil não tem crescimento econômico e, sem crescimento, não é impossível, mas é extremamente difícil melhorar este quadro social. Seria quase exigível que houvesse uma revolução que tirasse de uns para dar para outros. Isso sabemos que é impossível obter-se num regime democrático sem cometer injustiças imprevisíveis e muito grandes.

O fato é que a economia brasileira, que já obteve um crescimento de 7%, 8%, durante muito tempo, que foi a campeã do crescimento econômico nos anos 50 e 60, entrou num compasso de espera que não é inexplicável, que se deve exatamente à retração do

Estado. Trata-se desse preconceito, este conceito ditado de fora para dentro, sobre a intervenção do Estado. O Brasil nunca havia se pautado nesse preconceito em relação à presença do Estado; muito ao contrário, o Estado sempre foi parceiro da iniciativa privada. A criação das empresas mistas e das empresas estatais, que combinam capital privado e público, foi um êxito extraordinário, foi uma das alavancas no processo de crescimento do Brasil. Mas, do final dos anos 80 para cá, deu-se essa freia, essa retração do Estado, do investimento público, do gasto público e, em função disto, a economia entrou em recesso.

Há uma série de fatores, inclusive culturais, que são importantes. A cultura empresarial, a cultura do processo econômico tem raízes muito profundas na sociedade. E, nesse quadro de cultura econômica, o gasto público e o investimento do Estado, especialmente em infra-estrutura da economia, são como um sinal, uma senha para o desenvolvimento do próprio investimento privado, nacional e estrangeiro, porque até mesmo os investidores estrangeiros esperam essa senha, esse sinal dado pelo Estado no avanço do investimento público especialmente em infra-estrutura. O Brasil, nessa caminhada de retirada do Estado, privatizou setores essenciais, fundamentais, imprescindíveis, retirando-se, em matéria de investimento, dos setores de transporte, de energia elétrica, de telecomunicações. Essas privatizações foram desastrosas.

Ainda hoje estive com o Ministro Miro Teixeira, e as queixas de S. Ex^a em relação ao comportamento das empresas telefônicas é algo muito preocupante. Esse também é o caso da energia elétrica. O transporte ferroviário está se revelando como outra fonte de engargalamento da economia brasileira por causa das privatizações realizadas sem compromisso e sem a presença do Estado, sem a presença do investimento estatal como senha promotora, estimuladora do investimento privado. Esses investimentos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não serão feitos. É necessário, então, recuperar a capacidade de investimento do Estado, recuperar urgentemente, para retomar o crescimento não a 3,5%, 4%, mas a 5% ou 6%. Assim, estaremos gerando oportunidades de emprego necessárias para conter essa tensão, que hoje se fala que está no campo, mas está também na cidade.

Há muito se vem falando em geração de comportamentos de criminalidade. Isso, no fundo, reflete uma tensão na sociedade, nessa sociedade monstruosa, que é a brasileira. Essa tensão só se resolverá com um crescimento grande, que parte das decisões governamentais de investir em infra-estrutura especialmente.

Na verdade, esse gasto público no Brasil e o investimento público têm sido trancados por alguns fatores que o Governo está procurando destrancar para ter condições, ter disponibilidade de investimento. São especialmente três fatores que hoje estão trancando o gasto público, trancando o orçamento da Nação, impedindo que ela se volte para a retomada dos investimentos, especialmente em transporte e energia. Um deles é o grande gasto da Previdência. Não há como deixar de concordar com isso. Pode-se ficar discutindo se há ou não o déficit na seguridade social, mas o fato é que os gastos com a Previdência são muito grandes, e isso está trancando a capacidade de investir recursos públicos em infra-estrutura no Brasil. Esse é um fator que está sendo resolvido agora, é motivo de negociações. É claro que o governo vai ceder em relação ao que propôs. Entretanto, é necessário reconhecer que é imperioso reduzir-se o gasto com a Previdência, a fim de liberarem recursos para investimento público, gerador de empregos, gerador de melhoria salarial, gerador de justiça social neste País.

A outra tranca muito forte no gasto público e no orçamento é o dispêndio com juros. Sr^{as}s e Srs. Senadores, isso é uma calamidade! Há uma expectativa geral de toda Nação no sentido de que se confirme aquela tendência à redução dos juros – que não só se confirme como se acentue a tendência ao decréscimo dos juros. Claro que não pode haver um corte abrupto e violento, mas uma manifestação firme de decisão política, que não é técnica, que não pode ficar submetida a trancamentos inteiramente teóricos, que tem que considerar a realidade do País, que é o desemprego crescente. O bicho-papão deste País não é a inflação, mas o desemprego, é exatamente essa face teratológica da nossa sociedade, das monstruosidades em matéria de distribuição. Esse é o bicho-papão. O bicho-papão é a teratologia na conformação da sociedade brasileira; não é a inflação.

Evidentemente, nenhum de nós quer que o processo de inflação retome aquele enlouquecimento que teve no passado; e é preciso controlar isso, sim. O governo esteve ameaçado nos primeiros meses de uma verdadeira desestabilização, teve que aplicar com mão firme os freios monetários e fiscais para impedir a explosão desse processo, mas agora é chegado o momento de reduzir os juros, sim, e possibilitar não só uma melhoria na microeconomia das empresas brasileiras, mas especialmente liberar recursos orçamentários, recursos públicos que estão sendo hoje desviados num processo de transferência de renda brutal para o setor financeiro, para os rentistas de um modo geral, não só os bancos, mas toda aque-

la minoria de brasileiros – 1% ou menos – que aplica dinheiro e obtém rendimentos enormes nessa aplicação meramente financeira e especulativa. Essa é, portanto, a segunda tranca que tem que ser destrancada. Toda a sociedade brasileira, toda a população e a opinião pública estão esperando. Acredito firmemente no que já declarou o Ministro da Fazenda e o próprio Presidente da República: a queda dos juros é processo irreversível a partir da próxima reunião do Copom.

O terceiro fator de trancamento, Sr. Presidente, é o chamado superávit primário, que também tem razão de ser. Concordo em que o governo tinha que, neste caso, puxar com força, com violência e com firmeza o freio do gasto público na medida em que a relação dívida pública/PIB estava muito elevada. Chegou ao fim de dezembro acima dos 65%. Quer dizer, é inviável o prosseguimento desse processo. Era necessário estancá-lo, foi estancado, mas, agora que essa relação caiu para níveis suportáveis e razoáveis, está na hora, também, de, a partir do próximo ano, projetar um superávit fiscal, um superávit primário menor do que esses 4,25%.

Há uma expectativa nacional também nesse particular, porque essa é a terceira tranca que está impedindo a retomada dos investimentos, jogando a economia brasileira num quadro de insuficiência de infra-estrutura de transporte e possível insuficiência de suprimento de energia elétrica em três ou quatro anos, o que constitui, aí sim, um gargalo fundamental.

Ainda hoje, assistimos a uma exposição magnífica do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento mostrando, com clareza, que há todas as condições de manutenção de um processo vigoroso de crescimento da nossa produção agropecuária. O Brasil se tornou, efetivamente, uma potência agrícola do mundo, mas tudo isso está ameaçado pelos gargalos no setor de transportes, que estão impedindo a realização do seu enorme potencial de crescimento.

O Brasil ainda tem por ocupar, economicamente, na agricultura, uma área maior do que ocupa atualmente – em torno de 55 milhões de hectares. O Brasil pode, em termos de área, duplicar a sua produção, sem contar com os expressivos aumentos de produtividade, à custa exatamente dos investimentos feitos em produtividade, a partir da nossa empresa voltada para a pesquisa agrícola, a Embrapa.

Sr. Presidente, creio que é a hora propícia para esta discussão, porque estamos votando e decidindo a redução de gastos na Previdência; estamos decidindo a redução de juros; e temos de começar a decidir, para o ano próximo, a redução também do superá-

vit fiscal, que não pode continuar no nível em que está, porque não tem mais sentido, na medida em que a relação da dívida com o PIB também já ganhou outro patamar mais baixo.

Dessa forma, basta destrancar o Orçamento, elevar o gasto público e orientá-lo para a infra-estrutura econômica, que vamos assistir, sim, ao chamado espetáculo do crescimento. É quase uma relação matemática, uma consequência certa de uma ação governamental que está, a essa altura, à nossa disposição para ser tomada.

O Brasil tem vocação e crescerá certamente a 6 ou 7% ao ano, com capacidade de gerar empregos e aliviar toda essa tensão, que não está preponderantemente no campo, mas que está principalmente nas grandes cidades. Com isso, temos de continuar tomando e acentuando as chamadas medidas redistributivas, incorporar uma multidão de brasileiros – microempresários, empresários, pessoas físicas – que vão ter agora, pela primeira vez, o microcrédito à disposição, a juros razoavelmente baratos para esse tipo de atividade. Microcrédito em todo o mundo tem juros muito altos, de 3% a 4% ao mês. Aqui, esses juros vão ser rebaixados a 2%, o que vai facilitar enormemente a agregação de uma multidão de brasileiros, assim como na agricultura familiar e na criação de fundos de microinvestidores. Quer dizer, agregando ao mercado de capitais, também, brasileiros modestos que não têm recursos para participar dos grandes fundos, mas vão participar dos fundos voltados para microinvestidores.

E é claro que a retomada do chamado crescimento vai estimular também a geração de empregos. É importante reafirmar o compromisso do Presidente Lula com a geração de dez milhões de empregos. Nós não vamos abrir mão desse compromisso, que é factível e viável; não é nenhum sonho ou proposta demagógica, não.

Agora, existe, sim, um crescimento substancial. Com 3% a 3,5% ao ano de crescimento, é claro que não se atingirá essa meta. Mas, com crescimento de 6%, 6,5% a 7% ao ano, atingiremos, sim. E isso é viável, desde que se retome o investimento público; que o BNDES continue a ser a alavancas desenvolvimentista que é; que a Petrobras continue orientando a produção para o território nacional; e que a nossa pesquisa científica e tecnológica ganhe também as dimensões que está começando a ganhar. É inteiramente factível, um compromisso que temos de reafirmar, e o fazemos com muito gosto e com muita con-

vicção, na medida em que seja destrancado o gasto público e o Governo volte a investir naqueles setores fundamentais.

Também, é claro, dentro do mesmo propósito e da mesma diretriz da redistribuição, a reforma agrária. A reforma agrária hoje está em pauta porque, passados seis meses sem que houvesse uma correspondente retomada do investimento na reforma agrária, o Movimento dos Sem-Terra protestou, comprehensivelmente, com toda razão. Coube, então, ao Presidente fazer o que fez: chamá-los para uma conversa e reafirmar o compromisso de aceleração da reforma agrária.

Entretanto, reforma agrária também exige gasto público; não é um investimento barato; é um investimento caro, que precisa de recursos, de um Orçamento destrancado, com a redução dos gastos da Previdência, com a redução dos gastos com juros e com a redução do chamado superávit primário, que perdeu o sentido na medida em que a relação da dívida com o PIB chegou a um patamar razoável.

Era isso, Sr. Presidente, que queria dizer hoje desta tribuna, agradecendo a boa vontade de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa aproveita o ensejo para agradecer a presença, na tribuna de honra, da assistência e também, nas galerias, daqueles que aqui comparecem para assistir às sessões do Senado e também aos telespectadores que nos acompanham pela nossa TV Senado.

Concedo a palavra ao Senador César Borges, do PFL da Bahia. S. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na segunda-feira próxima passada, estive aqui desta tribuna falando sobre o crime organizado; o tráfico ilegal de drogas; a maneira como as nossas fronteiras estavam desguarnecidas – nosso espaço aéreo e nossos portos; e a necessidade iminente de as Forças Armadas entrarem neste controle, inclusive colocando em vigor a Lei do Abate, aprovada pelo Congresso Nacional em 1998, e que até hoje não foi regulamentada.

No entanto, Sr. Presidente, é necessário distinguir o crime organizado, o tráfico de drogas e o tráfico ilegal de armamentos para este País da violência urbana, que, infelizmente, traz também insegurança à população brasileira, ceifando milhares de vida de jovens brasileiros de 16 a 24 anos.

Por isso, volto à tribuna nesta tarde para dar seguimento a essa discussão. Trata-se de tema relevante, que, felizmente, vem merecendo a consideração e a reflexão de todos os Parlamentares desta Casa. A violência social é um problema que envolve muitos aspectos da sociedade e, hoje, felizmente, o próprio Presidente desta Casa, Senador José Sarney, em conjunto com o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado João Paulo Cunha, constituiu uma comissão mista das duas Casas para, em regime de urgência urgentíssima, apresentar um substitutivo às matérias que tramitam no Senado Federal. O objetivo é que, ainda neste período de convocação extraordinária, possam ser apresentadas medidas legislativas que dêem tranquilidade aos cidadãos, que façam efetivamente o combate à violência urbana. Essa é uma questão que não pode mais esperar. A população exige providências imediatas que permitam a construção de uma sociedade livre, mais justa e mais solidária.

É preciso, em primeiro lugar, diferenciar crime organizado de violência social. Nossos índices de violência são preocupantes, alimentam-se do crime organizado, mas seu combate exige estratégia diferenciada.

Tanto quanto no combate ao crime organizado, também aqui enfrentamos uma situação de emergência que dispensa medidas paliativas ou mesmo, Sr. Presidente, Sr^{as}s. e Srs. Senadores, a omissão dos homens públicos, em particular, dos parlamentares.

Segundo estudo do IBGE que o Brasil apresentou, em agosto do ano passado, no Fórum Mundial Rio + 10, em Joanesburgo, a taxa de assassinatos teve aumento de 37%, somente entre 1992 e 1999. O índice de mortes por 100 mil habitantes saltou de 19,12 para 26,18 nesse mesmo período, afetando sobretudo os nossos jovens, que estão matando e morrendo, principalmente na faixa etária de 16 a 24 anos.

O relatório do IBGE apresenta dados que exigem cruzamentos para melhor entendimento. No Nordeste, por exemplo, há índices que alcançam 55 homicídios por 100 mil habitantes em Pernambuco, passando por 20 em Alagoas, e apenas 7 na Bahia. Do mesmo modo, Santa Catarina tem a metade, 7,36, da taxa de homicídios do Rio Grande do Sul, que é de 15 por 100 mil.

Também Estados com índices de violência parecidos, como Pernambuco, Rio e Espírito Santo - entre os mais altos do País, na faixa de 51 a 55 homicídios por 100 mil habitantes -, apresentam nível de renda bastante diferenciado.

Apresento esses números para dizer que independe da riqueza ou pobreza de um determinado Estado o número de homicídios. Percebe-se isso claramente: a violência não está marcada pela pobreza, porque há regiões pobres com baixo índice de homicídios, e ricas, como é o caso do Estado de São Paulo, com altos índices, mas em todo o Brasil há, como vimos, uma clara elevação da violência social, sem que se tenha uma estratégia clara, definida, objetiva e persistente dos poderes públicos, especialmente do Poder Executivo, para combatê-la, para enfrentá-la.

De certeza, temos que todo o País vive uma devastadora elevação da violência social, sem que exista uma estratégia nacional para enfrentá-la.

Em 2001, o Governo Federal apresentou o Plano de Prevenção da Violência Urbana, que seria operado pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, prevendo ações nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Vitória, com prioridade para a faixa etária abaixo de 24 anos, a mais atingida pela violência. Entretanto, não soubemos de nenhuma ação efetiva desse tal plano.

As Nações Unidas, por outro lado, têm proposto, nos últimos congressos, a necessidade do controle das armas de fogo para prevenir a delinquência e garantir a segurança pública, buscando incentivar a questão através de campanhas públicas permanentes e também através de uma permanente atualização da legislação.

O Brasil avançou na parte de legislação, criando em 1997 o Sinarm, o Sistema Nacional de Armas de Fogo, cujo principal objetivo foi criminalizar o porte ilegal de armas, ainda que tolerando sua concessão a pessoas comuns, que poderiam ter a sua arma com o devido registro.

A legislação, entretanto, não freou o aumento da violência urbana, porque não tocou no cerne do problema, que é a relativa facilidade de acesso a armas através de uma livre comercialização, inclusive sob o manto da ilegalidade. Além disso, a criminalização do porte ilegal não intimidou os usuários ilegais, que sequer ficaram presos após o flagrante - mesmo com o flagrante eles não podem ficar presos, face à pena que existe na legislação do Sinarm, a Lei nº 9.437.

Em função disso, a Subcomissão de Segurança Pública do Senado - em boa hora instalada sob a inspiração do Senador Tasso Jereissati, seu Presidente, e do Senador Edison Lobão, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania -, da qual tenho a honra de fazer parte, ao lado de mais sete senadores, achou por bem aprovar o Projeto de Lei nº 138, de 1999,

que melhora a legislação do Sinarm, com emenda minha acabando com a liberdade provisória para os flagrantes de porte ilegal e tráfico de armas. O projeto também foi aprovado em caráter terminativo na CCJ e será encaminhado à Câmara dos Deputados.

A Subcomissão de Segurança Pública, em sintonia com a sociedade, também aprovou recomendação para que o Senado priorize os projetos que restringem a posse de arma, entre eles o substitutivo ao PLS nº 292/99, que acaba com o porte de armas e mantém somente o porte funcional e o porte institucional.

A propósito, Sr. Presidente, a presente convocação extraordinária está calcada no problema da segurança. Os Projetos de Lei nºs 138, 292, 202 - este de autoria do Senador Renan Calheiros - estão na pauta desta convocação extraordinária. Se o Congresso Nacional aprovar esses projetos, o cidadão comum terá direito somente a manter em casa arma registrada, mas isso apenas se estiver habilitado e não tiver ficha criminal, e desde que assuma os riscos de acesso à arma por parte de crianças e pessoas não-habilitadas de sua própria família, sob pena de responder criminalmente por eventual acesso indevido à arma de fogo sob sua responsabilidade. O projeto do Senador Renan Calheiros, o mais recente, impede a fabricação e comercialização de armas no Brasil.

Sr@s e Srs. Senadores, alguns desses projetos estão no Congresso há três ou quatro anos, com a tramitação travada. Quantas mortes teriam sido evitadas se esses projetos tivessem sido aprovados e implementados?

A decisão do Presidente Sarney de criar a Subcomissão Mista de Segurança Pública durante a convocação extraordinária do Congresso representa oportunidade ideal para uma ampla e rápida discussão de todas essas matérias.

Quero conceder um aparte ao nobre Senador Romeu Tuma, que é um especialista no assunto e membro da subcomissão criada pelo Presidente José Sarney.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador César Borges, eu gostaria de testemunhar a qualidade do trabalho que V. Exª tem desenvolvido nesta Casa no que diz respeito à segurança. Poderia me surpreender o fato de que V. Exª tem trabalhado em profundidade na busca de pelo menos se aproximar do ideal para dar mais tranquilidade e segurança à população tão amedrontada nos nossos dias se eu não soubesse da qualidade do seu trabalho à frente do Governo da Bahia no que diz respeito à segurança pública. V. Exª traz um histórico importante para esta Casa, e é

importante que todos tenham conhecimento das comissões de que V. Exª tem participado na busca de uma legislação mais correta para enfrentar a situação atual. V. Exª rebuscou nesta Casa projetos que estavam dormitando - às vezes há mais de três anos - e os trouxe à baila para interligá-los e extrair o que é essencial para a população. Por que é importante a legislação nesses aspectos que V. Exª levanta? Porque o Ministério Público e o Poder Judiciário têm que se basear em uma força da constituição da prova e em uma matéria jurídica elaborada pelo Legislativo que forneça meios para a acusação e a condenação correspondente. Caso contrário, fica-se num processo de prender e soltar o criminoso. Futuramente, a responsabilidade será diluída, ninguém saberá por que o bandido volta a delinqüir praticamente no dia seguinte ao que foi solto, mesmo respondendo a dez ou quinze processos ou inquéritos policiais. Portanto, quero aplaudir, com emoção, o trabalho de V. Exª, porque tenho certeza de que um homem com a seriedade de V. Exª está fazendo o melhor, sem demagogia e sem buscar os holofotes. E vou apoiar as soluções que V. Exª tem apresentado nas comissões das quais tenho o prazer de fazer parte, e naquelas que acompanho pela televisão, pois delas não posso participar por ser membro da Mesa.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Senador Romeu Tuma, agradeço a V. Exª pelo aparte. Esse é um trabalho de vários Senadores e Deputados interessados no assunto, como o Presidente da Subcomissão de Segurança, o Senador Tasso Jereissati, e vários de seus membros, dentre os quais destaco o Senador Demóstenes Torres, que tem relatado vários projetos, principalmente o da Lei de Execução Penal. Temos obtido avanços.

Essa questão ganhou dimensão nacional, redundando na criação, pelo Presidente José Sarney, da subcomissão que irá acelerar a análise desses projetos de lei, de forma que, ainda neste mês – esse é o desejo do Presidente Sarney –, possamos ter um substitutivo.

Na próxima terça-feira, o Presidente dessa comissão mista, o Senador Edison Lobão, e o Relator, o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, apresentarão uma síntese de todos esses projetos.

Creio que a sociedade nos exige isso e estamos cumprindo o nosso papel no momento que dermos ao Executivo e ao Judiciário essa legislação aperfeiçoada que trará mais tranquilidade à população brasileira.

Portanto, precisamos encontrar um consenso no Congresso para que as discussões do tema progr-

dam. Neste instante, é importante reduzirmos as diferenças entre os que defendem, com um pouco mais ou com um pouco menos de intensidade – mas que defendem –, a circulação de armas na sociedade.

Sem o fortalecimento desse consenso, não haverá o avanço que a sociedade espera. Preocupo-me as reações que já estamos observando às primeiras iniciativas apresentadas nesta Casa, como se tudo estivesse correndo muito bem na situação atual, como se o **status quo** fosse satisfatório para a população brasileira.

O **lobby** das armas já volta a atuar com seus velhos argumentos. Um deles é o de que a arma do crime não é a arma do cidadão. Recentemente, uma pesquisa do Iser, que presta serviço para Ministérios e para a Unesco, analisou quatro mil armas apreendidas no Rio de Janeiro e constatou que 25% delas, ou seja, pelo menos uma em cada quatro armas, tinham registro legal. Isso quer dizer que armas legais foram usadas em ações criminosas ou estavam sob mãos não-credenciadas, e por isso mesmo foram apreendidas.

Essas armas chegam às mãos dos bandidos depois de roubadas de pessoas que as compram imaginando que vão se defender, ou, então, são desviadas por empresas ditas de segurança ou até pela própria polícia. Só em São Paulo, em cinco anos, mais de 70 mil armas registradas foram roubadas.

Não podemos esquecer, também, que quase metade dos assassinatos é cometida por pessoas sem antecedentes criminais. Dezenas de pessoas perdem a vida, todos os dias, em situações banais: em brigas de trânsito, em bares, ou assassinadas dentro de casa pelos familiares, de forma acidental ou não. Sabemos que é muito difícil evitar que esses conflitos ocorram, mas se conseguirmos reduzir o número de armas, com certeza, reduziremos o número de agressões, o que, muitas vezes, impedirá que homicídios e assassinatos ocorram.

Outra falsa verdade é a de que a sociedade precisa se proteger e, por isso, precisa se armar. O mesmo Iser examinou fichas de ocorrência policial e verificou que, nos casos de reação armada a assalto, o índice de morte da vítima que reagiu chegava a uma para cada 3,6 roubos. Entretanto, se a vítima não reagia e não estava armada, a possibilidade de morte era quase duzentas vezes menor, de uma morte a cada 668 roubos. Então, não é o cidadão despreparado para enfrentar a criminalidade, que, armado, vai se defender. A tarefa de defender a sociedade e de de-

sarmar o criminoso é do Estado – das Polícias Civis e Militares, da Polícia Federal, do Governo Federal –, que tem que encetar campanhas permanentes para o desarmamento da criminalidade. Aí, sim, estaremos dando segurança ao cidadão.

Também há movimento contra mudanças na Lei de Execuções Penais, agora acusada de terrorista. Quer dizer, a qualquer mudança para dar mais segurança há uma reação daqueles que querem a manutenção do **status quo**, em função de uma série de falsos argumentos.

Portanto, Sr. Presidente, em meio a esse embate entre o que pede a sociedade e o avanço a que estamos assistindo da violência e da criminalidade, sobressai o silêncio, infelizmente, concessivo do Governo Federal, que não conseguiu, até agora, ter uma posição clara, definida, sobre estes importantes assuntos, o controle de armas e o combate ao crime organizado. O Senador Antonio Carlos Magalhães já solicitou desta tribuna que medidas fossem tomadas, e já apresentei projeto para que as Forças Armadas pudessem se incorporar ao combate ao crime organizado no nosso País.

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, apelo ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados, àqueles que não acreditam na solução do cada um por si, ao Brasil que quer uma sociedade segura, para que também se manifestem, se posicionem, para que possamos avançar nesse grande debate nacional, fazendo com que, acima de tudo, vença o interesse da vida e da cidadania.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Jefferson Péres, como Líder, para uma comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea a, do Regimento Interno.

V. Ex^a dispõe de até cinco minutos, Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, quero pedir a transcrição nos Anais desta Casa do artigo publicado hoje, no **Correio Brasiliense**, pelo Dr. Paulo Brossard, ex-Senador, que honrou esta Casa como poucos, ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal, jurista emérito, homem de história política impecável, opositor que foi sempre do regime militar.

No artigo intitulado “A Embrapa e o MST”, Paulo Brossard lamenta profundamente o estado em que se

encontra a Embrapa, um centro de excelência no País, responsável, em grande parte, pelos avanços na agricultura brasileira. Não seríamos hoje o segundo produtor mundial de soja não fosse a Embrapa, os cerrados não teriam sido conquistados pela agricultura não fosse a Embrapa, e a empresa está em situação precaríssima.

Vou ler alguns trechos do artigo do Ministro Paulo Brossard:

(...) segundo notícia recente, a Embrapa agoniza sob a tenaz de dificuldades materiais insuportáveis. Parece até que a administração superior não reconhece a importância que lhe é inerente, a alta benemerência que lhe é congênita. Verbas curtas liberaladas sem regularidade e oportunidade. (...) Parece que o desinteresse atual não começou hoje, mas agora excede todos os limites. A miséria generalizada atinge até a luz e o telefone e atinge mesmo a excelência dos trabalhos da empresa.

Se fosse necessário justificar a benemerência do serviço diversificado pelas regiões do país, e daí seu caráter nacional, bastaria lembrar o papel que a exportação dos produtos rurais tem desempenhado entre nós, responsável pelo afastamento dos riscos da sua vulnerabilidade externa.

É a agricultura que está, atualmente, salvando a economia deste País. Todos sabem disso, Sr. Presidente. O saldo na balança comercial se deve, principalmente, à exportação do excedente agrícola.

Mas aí estranha o ex-Senador Paulo Brossard:

Como é sabido, aos frutos da terra a nação deve a tranquilidade nas contas externas. Aliás, a incongruência ainda cresce quando se considera que ao contributo salvador da agricultura, denominado a âncora verde da nação, se junta a demência que a fúria ideológica, retardatária e reacionária envolve a atividade rural (...). O que falta à entidade benemérita sobreja largamente para movimentos ilegais e antissociais, paramilitares que enfrentam e desafiam o próprio poder do Estado.

Saliente-se que o Brasil é um dos poucos países que tem reservas intocadas aptas a alargar suas fronteiras agrícolas, coisa de setenta milhões de hectares, que carecem de uma Embrapa forte e eficaz e têm

como rivais esbulhadores das propriedades trabalhadas e produtivas, incendiários inimigos públicos da lei e da ordem.

Não sei se me engano, mas há nítido paralelismo entre a anemia da grande Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e a expansão da poderosa entidade que, embora afronte a autoridade da lei e do próprio Presidente da República, por ele é recebida festivamente em audiência e de reiterar que não cede a seus apelos. Isso não pode terminar bem...

Sr. Presidente, peço a inserção nos Anais da Casa do artigo do Senador Paulo Brossard e me permito considerar que estou voltando do Amazonas, onde passei o fim de semana. Encontrei lá a mesma preocupação generalizada, para não dizer inquietação, com essa impunidade crescente do MST, sob os olhares complacentes das autoridades públicas.

Assisti, estarrecido, ao novo Procurador-Geral da República dizer que, se a terra não cumpre a sua função social, é lícita a invasão. Sr. Presidente, quem decide se determinada terra cumpre ou não a sua função social? É o MST invasor? É esse Movimento que escolhe e decide que determinada terra é improdutiva e que, se a terra não cumpre a sua função social, pode invadi-la? E se, amanhã, o Movimento dos Sem-Teto entender que uma casa que não está ocupada, porque está desalugada temporariamente, não cumpre a sua função social? Esse Movimento terá o direito de invadi-la e ocupá-la, no entendimento do Procurador-Geral da República? Se o empresário em dificuldade tem sua fábrica fechada e está à espera de comprador para vendê-la, operários podem ocupá-la porque ela não cumpre a sua função social?

Sr. Presidente, isso é a subversão de todo o ordenamento jurídico do País. Essa situação está inquietando a todos e, realmente, não pode continuar.

Espero que o Governo Federal comece a rever a sua posição complacente diante desse Movimento, que não é social coisa nenhuma. Pelos seus líderes, é um movimento político, de cunho revolucionário e subversivo.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR JEFFERSON PÉRES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

DOCUMENTO A QUE SE
REFERE

 RÁDIOBRÁS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A.
Secretaria de Comunicação do Governo e Gestão Estratégica
Presidência da República

RNAL	DIA	MÊS/ANO	EDITORIA	CADERNO	PÁGINA
CORREIO BRAZILIENSE	09	JUL/2003	OPINIÃO	1º	174

A Embrapa e o MST

PAULO BROSSARD

Advogado, é ministro aposentado do STF

Ao tempo em que exercia atividade política, como senador e ministro, estive em todos os estados e, nessas andanças, sempre que me foi dado, visitei estações da Embrapa — Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Folgo em registrar que a impressão recolhida foi a melhor. Cada uma delas estava especificamente a serviço da região onde se situava, de modo que a adequação ao meio e suas peculiaridades era cabal. Resumo minhas impressões repetindo o que disse então: o futuro do Brasil encontra-se nos muros e cercas da Embrapa. O tempo não me fez mudar de opinião. Continuo a pensar assim.

Ocorre que, e esta a razão deste artigo, segundo notícia recente, a Embrapa agoniza sob a tenaz de dificuldades materiais insuportáveis. Parece até que a administração superior não reconhece a importância que lhe é inherente, a alta benemerência que lhe é congênita. Verbas curtas liberadas sem regularidade e oportunidade. Ora, a rotina da empresa, o cumprimento de seus planos de trabalho e a continuidade das pesquisas a que se dedica, não se sujeitam às regras adotadas segundo o interesse da Fazenda, cegamente aplicadas e que, na sua irracionalidade, pode pôr em risco ou a perder uma experimentação em curso, pois exatamente onde o trabalho se desdobra no convívio com as leis naturais, o tempo perdido não se recupera. Passado o seu momento próprio, a liberação atrasada em trinta ou sessenta dias esteriliza a utilidade do recurso. Parece que o desinteresse atual não começou hoje, mas agora excede todos os limites. A miséria generalizada atinge até a luz e o telefone e atinge mesmo a excelência dos trabalhos da empresa.

Se fosse necessário justificar a benemerência do serviço diversificado pelas regiões do país, e daí seu caráter nacional, bastaria lembrar o papel que a exportação dos produtos rurais tem desempenhado entre nós, responsável pelo afastamento dos riscos da sua vulnerabilidade externa. Como é sabido, aos frutos da terra a nação deve a tranquilidade nas contas externas. Aliás, a incongruência ainda cresce quando se considera que ao contributo salvador da agricultura, denominado a âncora verde da nação, se junta a demência que a fúria ideológica, retardatária e reacionária, envolve a atividade rural a despeito de o Brasil ostentar progressos impressionantes no setor agrícola, fato que autoriza afirmar que suas possibilidades são altamente promissoras quando a Embrapa atuar a tempo e hora, a socorrer a nação com a segurança do seu preparo científico e técnico. Ainda mais. O que falta à entidade benemerita sobreja largamente para movimentos ilegais e antissociais, paramilitares que enfrentam e desafiam o próprio poder do Estado.

Saliente-se que o Brasil é um dos poucos países que tem reservas intocadas aptas a alargar suas fronteiras agrícolas, coisa de setenta milhões de hectares, que caem de uma Embrapa forte e eficaz e têm como rivais esbulhadores das propriedades trabalhadas e produtivas, incendiários e públicos inimigos da lei e da ordem.

Não sei se me engano, mas há nitido paralelismo entre a anemia da grande Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e a expansão da poderosa entidade que, embora afronte a autoridade da lei e do próprio presidente da República, por ele é recebida festivamente em audiência e de reiterar que não cede a seus apelos. Isso não pode terminar bem, pois ninguém pode colocar-se acima da lei.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti, próxima oradora inscrita.

V. Ex^a dispõe de até vinte minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, até imaginei que o assunto já estaria um pouco vencido no plenário, porque toda a polêmica se deu na semana passada, mas parece que ele ainda não está vencido.

Portanto, é bom que conversemos um pouco a respeito dos chapéus e das cabeças. Precisamos refletir sobre o que há dentro das cabeças, sobre como as pessoas pensam. As pessoas enxergam além dos chapéus e bonés que usam, até porque há vários chapéus e bonés que as pessoas não usam, mas as suas idéias, que estão dentro das suas cabeças, são muito fortes.

Queria comentar uma reportagem publicada na **Folha de S.Paulo**:

O Presidente Nacional da UDR (União Democrática Ruralista), Luiz Antônio Nabhan Garcia, 45, afirma temer que o campo brasileiro caminhe “para uma conflagração”, pela falta de atitude do Governo Lula. Nabhan Garcia afirma que o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) não quer fazer reforma agrária e “sim tomar o poder, com a transformação de um sistema político vigente”.

Ou seja, é dito que o MST não quer terra, não quer um local para trabalhar, mas, sim, a revolução, o poder, que eles querem tomar conta do País e modificá-lo.

É bom jogarmos francamente. Quem é que não sabe, neste País, que terra é poder? Quem não sabe que quem detém a posse da terra, que os donos da terra mandam, mandaram e vão querer continuar mandando neste País? O poder está diretamente ligado à posse da terra ao longo de toda a História brasileira.

Talvez seja importante fazermos uma retrospectiva histórica de como a terra foi obtida neste País, como muitas pessoas acumularam grandes extensões de terras. Aliás, o Presidente Nacional da UDR é filho e neto de fazendeiros, possui 1.060 hectares em Sorriso, no Mato Grosso, onde produz soja e milho e tem pecuária de cria, e outros 366 hectares em Sandovalina, no Pontal do Paranapanema, São Paulo. Portanto, não é nenhum pequeno proprietário; é um imenso proprietário de terra.

Vejo o Senador César Borges me observando.

Fui leitora atenta de Jorge Amado. Em seus romances, ficava muito claro como se acumulou terra no Brasil, como determinadas famílias, grupos, pessoas se apossaram da terra. Existe até um termo – grileiro, grilagem – cujo significado vim a descobrir depois de muito tempo. Por que é que se dá o nome de grileiro? A informação que me deram era a de que, para se regularizarem terras, colocavam-se os papéis nas gavetas com grilos para que amarelecessem e ficassem com a aparência de velhos. Era dessa forma que se regularizavam as terras absolutamente ilegais.

Aliás, ocupar, resistir, produzir, que é o lema dos sem-terra, é e sempre foi o lema de muita gente com terra, que ocupou, resistiu e produziu. Portanto, se vamos falar dos bonés, vamos falar das cabeças, vamos falar da História. Vamos falar como é que este País patrimonialista, concentrador de terra e de renda, criou-se, constituiu-se.

A Sra. Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Já lhe concederei o aparte, Senadora.

O problema é o MST? Querem fazer análises a respeito dos comportamentos do MST? Tenho várias questões que posso abordar. Mas querer escamotear que o problema é que 1% dos proprietários de terras no Brasil detêm 50% de toda a terra brasileira é tentar esconder o crime absoluto de não permitir que, no País que tem a maior extensão de terra agricultável do planeta, pessoas consigam um pedaço de terra para trabalhar.

Com prazer, seguindo a ordem, ouço o aparte da Senadora Serys Slhessarenko, do Senador Roberto Saturnino e, depois, do Senador Demóstenes Torres.

A Sra. Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT) – Senadora Ideli Salvatti, foi muito bom V. Ex^a ter levantado esse assunto neste momento. Ouvindo assim, fica parecendo que a situação é desesperadora para algumas pessoas por aí, um drama que, do meu ponto de vista, não procede de jeito nenhum. Em primeiro lugar, não fazer a reforma agrária é a coisa mais burra do mundo, porque os países tidos como “avançados”, “desenvolvidos” – uso as aspas porque, para mim, desenvolvimento não é bem o que eles fazem –, já fizeram a reforma agrária há muito tempo, enquanto neste País não querem fazer a reforma agrária. É a defesa da “sacrossanta” propriedade privada, que vai estar mais assegurada ainda ao se fazer a reforma agrária para valer. Esse é o item um. Item dois: gostam de

fazer uma confusão muito grande com o MST. Há realmente movimentos que não são qualificados, que promovem badernas e outras atitudes impróprias, mas o MST é um movimento organizado, sim, e reconhecido internacionalmente. Como é apenas um aparte, não tenho tempo para comentar mais. Item três: o grande desespero dos que se apossaram de terras públicas é a política do Governo Lula, Presidente da República, de resgate das terras públicas para fins de reforma agrária. Ninguém tomará terra de ninguém; aliás, creio que nem lá no meu Estado de Mato Grosso será necessário desapropriar terra. Talvez os grandes fazendeiros, que estavam querendo ter suas terras desapropriadas por preços exorbitantes, estejam chateados porque acreditam que não será mais preciso desapropriar terra. São tantas as terras públicas de que os grileiros se apossaram que, com o resgate delas, não será necessário mais desapropriar. Em Mato Grosso, dá para fazer reforma agrária com as terras públicas e ainda sobram terras. É óbvio que os grileiros de terras públicas estão apavorados, porque vão perder. E espero que percam, porque quem pegou terra pública, que deve ter fim social, tem que perder. Muito obrigada.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Obrigada, Senadora Serys Slhessarenko, pelo aparte.

Concedo um aparte ao Senador Roberto Saturnino.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Senadora Ideli Salvatti, hoje, parece que é o MST que assusta. Há quarenta anos, eram as Ligas Camponessas. E mais assustadores ainda eram os discursos que se faziam no Congresso Nacional sobre o perigo das Ligas Camponesas. Lembro-me de um Deputado da UDN de Minas Gerais, que era padre, que dizia: "Eu deveria falar aqui no preceito de Cristo, 'Amai-vos uns aos outros', mas digo: 'Armai-vos uns aos outros, porque a guerra está começando'. A guerra era representada pelas Ligas Camponesas. O Deputado Bilac Pinto e os conservadores do Congresso falavam da 'guerra revolucionária'. O que aconteceu foi que veio a ditadura militar, passaram-se 40 anos e não se fez a reforma agrária. É necessário fazer a reforma agrária. Agora o nosso Governo vai fazer, tenho absoluta certeza. Então, podem todos se acalmar porque a reforma agrária vai ser feita, e a tensão no campo, evidentemente, vai se aliviar. Mas a tensão é muito maior na cidade do que no campo. Essa também é outra verdade que precisa ser dita.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Obrigada, Senador Roberto Saturnino, pelo aparte.

Concedo o aparte ao Senador Demóstenes Torres.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Senadora Ideli, primeiramente, gostaria de externar o meu reconhecimento pelo trabalho formidável que V. Ex^a vem realizando nesta Casa. Vou tratar, em meu pronunciamento ainda hoje, do mesmo tema que V. Ex^a está abordando. É preciso deixar bem claro que o Brasil atrasou um processo de reforma agrária que os países europeus fizeram há 200 anos, com o fim do regime feudal. Somente na década de 60 é que regulamentamos a Constituição de 1946, propiciando a desapropriação para fins de interesse social. E acabamos fazendo, no Brasil, uma espécie de assentamento muito complicado, porque, na realidade, houve a distribuição de terra, mas sem os mecanismos para fixação do homem no campo. Então, digamos o seguinte: o Governo Fernando Henrique, durante os oito anos de governo, distribuiu mais terra do que em todos os anos anteriores e gastou R\$30 bilhões em reforma agrária. Não se pode, então, dizer que ele não investiu em reforma agrária. Agora, se foi utilizado um modelo correto, adequado, que tenha efetivamente propiciado uma justiça social no campo, creio que não. Mas, Senadora, o grande problema que vejo em relação ao Movimento dos Sem-Terra, que é organizado, que merece respeito, que luta efetivamente pela consecução e realização da reforma agrária no Brasil, são os métodos que vem utilizando. Esses métodos acabam por se assemelhar aos mesmos que os fazendeiros utilizaram na década de 80 e que nós reprovávamos, o que quer dizer que não interessa o lado. O Brasil precisa fazer reforma agrária? Precisa. O Governo Lula precisa melhorar inclusive o que os governos anteriores fizeram? Sim. E digo, como uma pessoa que não participou do Governo Fernando Henrique e que pela primeira vez exerce um cargo político, que temos que reconhecer que alguma coisa foi feita em termos de distribuição de terra, mas nada foi feito para procurar segurar esse homem lá. Sabemos que, só distribuindo terra, acabamos por propiciar que esse homem termine vendendo a própria terra por não ter mecanismos para permanecer ali. Não escutei o início da discussão, mas o que reprovo, hoje, são os mecanismos utilizados pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Considerava legítimos os métodos utilizados antes, de pressão, de discussão, de exposição do movimento. Mas, agora, a prática da violência pode levar a um recrudescimento desnecessário no campo. Reprovo o uso de métodos violentos pelo MST, da mesma forma como fiz na década de 80 em relação à atuação dos fazendeiros, que utilizavam ar-

mas e métodos arcaicos. Acredito que isso não contribui para a efetivação de uma reforma agrária pacífica em nosso País.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Obrigada, Senador Demóstenes Torres, pelo aparte.

Temos que ter clareza, calma e tranqüilidade para resolver esse problema. A questão agrária no Brasil se arrasta há mais de 500 anos e representa uma situação de injustiça social que, por si só, é insustentável, inconcebível e inadmissível. Portanto, precisamos entender que, se os que se rebelam contra essa situação excedem-se em alguns momentos, em algumas circunstâncias, isso é fruto da injustiça cristalizada na estrutura fundiária brasileira. No Brasil, volto a afirmar, 1% dos proprietários de terra são donos de mais da metade das terras agricultáveis do País. Isso, por si só, já representa uma violência inominável. É algo mais violento do que qualquer ato violento de resistência a essa situação.

Ouço a Senadora Ana Júlia Carepa.

A Sra. Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senadora Ideli Salvatti. Parabenizo-a pela abordagem do tema. Neste Senado, na semana passada, foi apresentado um pedido de criação de CPI para investigar o MST. Eu pergunto a todos, Senadora, se, em sã consciência, queremos realmente fazer a reforma agrária neste País ou se há alguns que apenas querem fazer barulho e se contrapor a uma reivindicação cuja justeza não se discute. Reforma agrária é algo básico para qualquer país se desenvolver. O que se fez foi uma “favelização” agrária e alguns acham que podem investigar apenas o MST. Não vou negar que excessos possam ter sido cometidos aqui ou ali. Mas o MST é um movimento de trabalhadores organizados que surgiu exatamente por conta da omissão e da falta de perspectiva de acontecer a reforma agrária no País. Quero saber, Senadora Ideli, se também vai haver a mesma vontade política de se investigar a grilagem de terra. Quero saber se vai haver a mesma vontade política para se investigar o trabalho escravo que muitos desses fazendeiros praticam, inclusive no meu Estado, o Pará, que, infelizmente, concentra 80% de todas as apreensões e posterior libertação de trabalhadores escravos ou em condições análogas. Ou se investigam a grilagem de terra e o trabalho escravo, que são crimes, ou não haverá, na verdade, a paz no campo. Ou se tem o objetivo de levar a paz ao campo, além de condições de sobrevivência para o trabalhador rural assentado, pois

muitos não têm luz, casa, água, assistência técnica e acesso à estrada, como na maioria dos assentamentos no Estado do Pará – também o que concentra maior quantidade de assentamentos –, transformando-os em produtores rurais, ou vai-se apenas atacar, mais uma vez, a organização dos trabalhadores. Penso que não deva ser assim, pois queremos fazer a reforma agrária. Por isso, parabenizo V. Exª pela abordagem do tema e quero dizer que a UDR não vai mudar Ministro em nosso Governo. A UDR, coisíssima nenhuma, não muda Ministro em nosso Governo.

A SRA. IDELI SALVATIT (Bloco/PT – SC) – Foi por isso, Senadora Ana Júlia, que comecei o meu pronunciamento – V. Exª não estava presente – falando a respeito de “bonés” e “cabeças”. Os bonés colocados podem ser uma atividade momentânea, uma gentileza, mas não o que está dentro da cabeça das pessoas, a forma como enxergam essa realidade fundiária brasileira absolutamente injusta e como se posicionam.

O Presidente da República colocou o boné do MST? Colocou e creio que tem todo o direito de fazê-lo, como colocou inúmeros outros chapéus e esteve, por exemplo, em atividades dos grandes produtores rurais e em solenidades com o agronegócio brasileiro. Aliás, o Governo vem mantendo e ampliando esse importante setor da economia brasileira, reconhecendo a sua relevância. Hoje de manhã, o Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, esteve com a Bancada de apoio ao Governo, mostrando-nos, exatamente, todo o potencial que está permeando esse setor, com grandes possibilidades de se ampliarem as nossas exportações, os recursos, a mão-de-obra e os empregos.

Todavia, não vamos escamotear. Quem quer fazer a defesa da injustiça fundiária, que não escamoteie, que coloque o chapéu. Já tive a oportunidade de dizer que não há nenhum problema nisso. Que cada um assuma o que defende. Estou sendo processada no Supremo porque disse que determinada figura política era lobista de banqueiro. Não há nenhum problema em ser lobista do que for. Eu sou lobista de professor, da educação pública, de que faço a defesa intransigente e não tenho vergonha. Temos vários lobistas, de inúmeros setores. Contudo, é preciso assumir, é preciso colocar o chapeuzinho de acordo com a idéia que está dentro da cabeça.

O Governo de Lula não só está dando apoio e condições para que o agronegócio continue em ex-

pansão no Brasil, como, ao mesmo tempo, está privilegiando a agricultura familiar. Pela primeira vez e prioritariamente, a dívida dos pequenos agricultores e assentados da reforma agrária está sendo negociada; o Plano Safra contém inúmeras novidades, especificamente para esse setor, simplificando-o, e existem o Cartão Pronaf, o Pronaf Mulher, o Pronaf Jovem Trabalhador Rural, o Pronaf Turismo Rural e o Pronaf Pesca, que ampliam os valores dos contratos e dão condições para a reforma agrária.

Como diz o Senador Saturnino, temos plena convicção de que essa reforma será feita pelo Governo de Lula, da mesma forma corajosa como o Presidente tem enfrentado inúmeras questões. Ela será feita dentro do respeito à lei e das condições democráticas do País, mas também dando condições para que os trabalhadores assentados possam viver com dignidade. Se o Presidente da UDR diz que o MST não quer reforma agrária, mas o poder, digo que os trabalhadores sem terra querem o poder, sim, mas o poder de viver com dignidade, criar sua família, ter um local para trabalhar e de onde tirar o seu sustento, de serem reconhecidos não como estando à margem da sociedade, mas como cidadãos brasileiros com direito a viver.

Sr. Presidente, agradeço e peço desculpas por ter ultrapassado alguns minutos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Prorrogro o tempo destinado à Hora do Expediente para que possamos ouvir os Senadores inscritos para comunicações inadiáveis.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria apenas de me inscrever pela Liderança do PFL, após a Hora do Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – V. Ex^a fica inscrito em segundo lugar para falar após a Ordem do Dia, em seguida ao Líder Mozarildo Cavalcanti, primeiro a pedir a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra a V. Ex^a, como Líder, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de in-

teresse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “a” do Regimento Interno.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ontem fui apanhado de surpresa por uma declaração bombástica do Sr. Ministro José Dirceu, sustentando ter havido corrupção farta em Governos recentes. Assim, eu tinha que responder, sobretudo pelo Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Antes de tudo, duas explicações bem claras, nada escuras: se há corrupção, o Ministro domina e não diz quem roubou o quê, de quem e quanto, o Ministro é cúmplice de roubalheira neste País. O segundo ponto, bem claro também, bem direto, bem frontal: se houve irregularidades em relação à privatização das teles, é bom chamarmos às falas o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado João Paulo, do Partido dos Trabalhadores de São Paulo, que arquivou a Comissão Parlamentar de Inquérito solicitada por número suficiente, legal e regimental de Deputados, e, portanto, começariamos apenas a repor a verdade e o bom senso.

Eu fiquei, Sras. e Srs. Senadores, a meditar sobre por que o Ministro José Dirceu teria dito isso, se S. Ex^a é tão raposa e se porta sempre com tanta cautela. No dia seguinte, a simples leitura dos jornais me mostrou o porquê: **O Globo**: “Dirceu: “Grevidos terão de assumir o ônus”” – de apoiador contumaz de greve de servidores públicos, virou capitão-do-mato -; **Folha de S. Paulo**: “Lula diz que greve é direito, mas ameaça punir grevidos” – é a mesma linguagem de capitão-do-mato -; um analista de **O Estado de S. Paulo** de hoje: “PT prometeu demais”, referindo-se ao conflito do campo; **O Estado de S. Paulo** de hoje: “Querem sugar o nosso sangue, diz delegado da Polícia Federal”; **Correio Braziliense** de hoje, pelo colunista de Economia Antônio Machado: “O Governo está com os nervos à flor da pele”; **O Globo** de hoje: “Sem apoio da CUT, servidores vão a Lula, Dirceu e Berzoini em protestos”; **O Globo** de hoje – vamos para o quadro de recessão econômica, que se instala de maneira perversa no País, sob o olhar complacente e cúmplice do Governo de Lula -: “Menos fôlego em toda a indústria: produção caiu 3% em maio e crise se espalha pela cadeia produtiva. Emprego recua”; **Folha de S. Paulo** de hoje: “Dados da Confederação Nacional da Indústria confirmam estagnação industrial”; **O Globo** de hoje: “A elite dos servidores vai à greve”; **Folha de S. Paulo** de hoje: “Até 40% dos servidores aderem

à greve, diz Governo"; **Folha de S.Paulo** de hoje: "IBGE apresenta indústria parada" – quem diz, agora, sou eu: o que representa o aumento dos índices de desemprego que são cruéis neste País -; **Folha de S.Paulo**: "Indústria parada em maio, diz o IBGE"; **O Globo** de hoje: "Papéis trocados: Polícia Federal lidera greve e CUT é vaiada"; **O Estado de S. Paulo** de hoje – com o Ministro José Dirceu novamente, já numa posição mais candida -: "Meta é elevar a renda de dez milhões de famílias."

Senador Jefferson Péres, recebi um **e-mail** bem demonstrativo do que tem sido este Governo. Um e-mail, de um cidadão brasileiro, que me diz o seguinte: "Senador, continue a luta" – mas isso não é o mais importante. O que ele me diz de importante é: "Este Governo não passa o filme, só passa o **trailer**". Ou seja, promessas renovadas, críticas, quadro de des-governo, e o Ministro acha que pode, levianamente, dizer que houve corrupção no Governo anterior e, com isso, desviar a atenção, desviar o foco do não-governo! Porque há governos, e a gente critica o governo por ser bom, se a gente não gosta da boa linha dele, a gente critica por ser mal, se a gente não gosta da linha que se julga ruim dele, mas está havendo, agora, algo parecido com um não-governo, um Governo que não diz a que veio, e começo pelo Programa Primeiro Emprego, que não tem uma lei a legalizá-lo, a regulamentá-lo. Essa lei, se porventura existisse, eu não a conheço, não faz parte da prioridade desta convocação extraordinária. Ou seja, o Primeiro Emprego não é importante, não é fundamental. Se o fosse, o Governo teria tomado a atitude de agilizá-lo. Corre, hoje, Senador Efraim Moraes, algo que não é piada – a não ser de humor negro –, em que o filho chega para o pai e diz – estou falando, agora, do primeiro emprego -: "Papai, tenho duas notícias: uma boa e outra ruim. Começo por qual, papai?" E ele diz: "Meu filho, comece pela boa, notícia ruim já tem demais nos últimos seis meses". E o filho diz: "Papai, a notícia boa é que arranjei um emprego. Puxa, meu filho, que bom! E qual é a ruim? A ruim, papai, é que é o seu emprego; vou trabalhar no seu lugar, porque vai ser possibilitada essa mudança, que é prejudicial à sua vida, em função de um projeto mal-estruturado, que foi lançado, como se fosse um foguete de Cabo Canaveral, sem a certeza do retorno desse foguete a sua base". Portanto, devo dizer que comprehendi muito bem as razões do Ministro José Dirceu. Já não estou ofendido com S. Ex^a pois se ele tivesse, na verdade, certeza de corrupção no Governo passado, teria dito,

repito, o nome do ladrão ou dos ladrões, quanto o ladrão ou os ladrões roubaram, de quem o ladrão ou os ladrões roubaram, sob pena de S. Ex^a ser cúmplice de quem teria assaltado os cofres públicos deste País. A outra coisa é que S. Ex^a continua passando o **trailer**, continua prometendo cada vez mais, enquanto não realiza. S. Ex^a, na verdade, o que queria, e aí tem o jogo tático, pode não ser ético, limpo, correto, mas é um jogo tático, que, imagino, possa até ser justificável, se pensarmos em termos da mediocridade política que se pratica por aí, era desviar a atenção desse calhamaço que tenho em mãos, (ergue-os, mostrando ao Plenário) que prova que o Governo não está implantando um ritmo administrativo adequado, que está transferindo o Risco Brasil do macroeconômico para o microeconômico, haja vista a atitude desastrada em relação às agências e a fuga de investidores. Denuncio, Srs. Senadores, que está havendo fuga de capitais deste País! Denuncio que o IED, Investimento Estrangeiro Direto, está significando saída de empresas deste País sem que outras venham para o lugar, porque tem havido essa agitação no campo, que perturba o investidor, têm havido, sem dúvida, esse titubeio e esse desastre em relação às agências, e tem havido aquilo que os brasileiros já se perguntam do porquê: tem havido algo que não é fácil de criticar. A gente critica o que existe. O que não existe a gente diz: que exercício duro que pedem da Oposição quando este Governo tem dentro das próprias hostes uma oposição interna tão forte! Que exercício duro se pede da Oposição, quando a Oposição teria que ser treinada e preparada para atacar governos. Denuncio que a nossa Oposição está sendo cobrada na função sofisticada, exigente – (o Sr. Presidente, fazendo soar a campainha) e já encerro, Sr. Presidente –, de criticar o não-governo, a inércia, a inação, a incompetência e essas coisas que, na verdade, para mim, não são éticas – não estou falando de roubo – é alguém dizer que há corrupção no País sem dizer quem roubou, apenas para desviar a atenção do quadro efetivo de desgoverno que se implanta no País.

Sr. Presidente, gostaria de solicitar a transcrição, nos anais da Casa, de algumas manchetes dos periódicos acima citados.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inseridos nos termos do art. 210 do Regimento Interno)

O ESTADO DE S. PAULO

DATA: 14/07/2003 PÁGINA: _____

DOCUMENTO A QUE SE
REFERE

Meta: elevar renda de 10 milhões de famílias

Para Dirceu, programas sociais permitirão ao País atingir compromissos firmados com a ONU

SANDRA SATO

OGLOBO

DATA: 14/07/2003 PÁGINA: _____

Dirceu acusa governos passados de corrupção

titular da Casa Civil critica privatização. PSDB, em nota oficial, afirma que melhora do Brasil no IDH revolta P

EFORMAS: Chefe da Casa Civil diz que governo e Congresso têm mostrado disposição de negociar com servidores

Dirceu: grevistas terão de assumir o ônus

Jma greve nunca é coisa agradável de se enfrentar, ainda mais vinda de companheiros', diz João Paulo

Isabela Abdala, Isabel Braga e Adriana Vasconcelos

BRASÍLIA — O chefe da Casa Civil, José Dirceu, advertiu ontem que os servidores grevistas terão de arcar com as consequências da greve, mas não esclareceu que consequências eram essas. Ele disse que caiu ao ministro do Planejamento, Guido Mantega, falar sobre assunto.

— A greve é um direito dos trabalhadores, está na lei, mas evidentemente eles têm que assumir as consequências administrativas do movimento.

Perguntado novamente sobre o assunto, respondeu:

— Não falei de consequências administrativas. Falei dos

FOLHA DE S.PAULO

80
ANO I

DATA: 9/1/03 PÁGINA: _____

Lula diz que greve é 'direito', mas ameaça punir grevistas

Presidente cogita cortar salário de servidor; governo negocia reformas

O ESTADO DE S. PAULO

DATA: 09/07/2003 PÁGINA: _____

Para analista, PT prometeu demais

*Conflito no campo só
será dissipado após
cumprimento de
promessas, diz Abrucio*

DENISE ABARCA
e RITA TAVARES

O ESTADO DE S. PAULO

DATA: 09/07/2003 PÁGINA: _____

**'Querem sugar
nosso sangue', diz
delegado da PF**

*Em protesto, categoria
foi à Santa Casa e
fez doação 'para quem
realmente precisa'*

CORREIO BRAZILIENSE

LONDRES, 1808, HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA, BRASÍLIA, 1960, ASSIS CHATEAUBRIAND

DATA: 09/07/2003 PÁGINA: _____



por Antônio Machado
cidadebiz@correio.com.br

Os nervos à flor da pele

OGLOBO

DATA: 09/07/2003 PÁGINA: _____

REFORMAS: *Em São Paulo, um enterro simbólico da proposta do governo*

Sem apoio da CUT, servidores vaim Lula, Dirceu e Berzoini em protestos

Funcionários do BC aderem, jogam dominó e têm aulas de bordado

OGLOBO

DATA: 09/07/2003 PÁGINA: _____

Menos fôlego em toda a indústria

Produção caiu 0,3% em maio e crise se espalha pela cadeia produtiva. Emprego recua



FOLHA DE S.PAULO

DATA: 09/07/2003 PÁGINA: _____

Dados da CNI confirmam estagnação industrial

OGLOBO

DATA: 09/07/2003 PÁGINA: _____

A elite dos servidores vai à greve

Lula diz que paralisação não atrapalha reforma: 'Prejudicaria se deputados parassem

• FOLHA DE S.PAULO

DATA: 09/07/2003 PÁGINA: _____

PRIMEIRA GREVE Sindicatos afirmam que 45% dos 880 mil funcionários públicos federais pararam trabalho contra reforma da Previdência

Até 40% dos servidores aderem à greve, diz governo



FOLHA DE S.PAULO 80

DATA: 09/07/2003 PÁGINA: _____

MARCHA LENTA Produção industrial cai 0,3% na comparação com o mesmo mês de 2002 e fica estável em relação a abril

IBGE apresenta indústria parada em maio



DATA: 09/07/2003 PÁGINA: _____

Papéis trocados: PF lidera greve e CUT é vaiada

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Siqueira Campos, para uma comunicação inadiável.

S. Ex^a dispõe de até cinco minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra, em nome do Líder do Bloco.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A palavra será concedida a V. Ex^a juntamente com outros Líderes já elencados.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, venho à tribuna trazer uma preocupação da parte produtora do Brasil.

O Correio Braziliense destaca, hoje, em uma extensa matéria, no Caderno de Economia, que o

Brasil passou a ser, nesses últimos doze meses, o maior vendedor de carne do mundo.

Sr. Presidente, isto quer dizer que o Brasil vem dando certo, o Brasil do meu Tocantins, o de Goiás, o de Mato Grosso, o Brasil da produção, o Brasil que conseguiu escapar da febre aftosa, o Brasil que fez o controle e a defesa animal de forma eficiente, colo- cando-nos como produtores aceitos pelos mercados mais importantes do mundo.

Sr. Presidente, é deste Brasil que venho falar, porém, trazendo alguma preocupação.

Destaca ainda o **Correio Braziliense** que o custo dos pecuaristas subiu 7% e que o preço do boi gordo caiu 10%.

Mas, Sr. Presidente, o que me preocupa ainda mais – e transformo essa preocupação em um apelo direcionado ao grande Ministro Roberto Rodrigues –, é a questão dos recursos para a defesa animal junto àqueles Estados que, a exemplo do Tocantins, conseguiram adquirir o Certificado de Zona de Exclusão da Febre Aftosa.

Sr. Presidente, para dar idéia da importância desse certificado, basta dizer que ele foi emitido em Paris e entregue às autoridades tocantinenses como reconhecimento pelo trabalho realizado pelo nosso

Estado, tendo em vista não haver detectado nenhuma ocorrência de casos da febre aftosa. Aliás, no Tocantins, também estamos trabalhando para o desenvolvimento de tecnologias, que são acompanhadas pelos produtores com o objetivo de obtermos a cada dia uma carne da mais alta qualidade. Sr. Presidente, as nossas portas estão abertas rumo ao Mercado Comum Europeu, ao mercado russo e o da China, além de outros mercados.

O Correio Braziliense destaca ainda o mal da vaca louca, mencionando que uma importante decisão foi tomada pelo Ministro Roberto Rodrigues no sentido de rastrear as 4.500 rezes, importadas pelo Brasil, oriundas dos Estados Unidos e do Canadá.

Sr. Presidente, parabenizo S. Ex^a, o Ministro, por tal medida e solicito de S. Ex^a que requeira à Delegacia Federal do Ministério da Agricultura no Tocantins os pedidos protocolados naquela Delegacia, para que não paralisemos os programas que estão em andamento no Estado do Tocantins. Custou tempo, dinheiro ao produtor tocantinense – o que não foi ainda atingido por outros Estados – para obtermos a condição de zona livre da aftosa e de outras doenças e males. Para isso, Sr. Presidente, veículos foram adquiridos, técnicos foram contratados, além de serem formados verdadeiros esquemas de mobilização entre os produtores rurais, além de cobranças de implantação de novas tecnologias. Recentemente, missões europeias visitaram fazendas e frigoríficos de Tocantins, atestando que o nosso Estado atingiu a excelência na produção de carne, sendo, hoje, um dos grandes exportadores de carne deste País.

Portanto, para darmos prosseguimento a todo esse programa, não podemos abrir mão de convênios junto ao Ministério da Agricultura, a fim de que o Tocantins continue a ser considerado uma área livre da febre aftosa – uma luta, como disse, de mais de dois anos.

Por fim, Sr. Presidente, a informação que temos do nosso Secretário da Agricultura é que, mesmo reconhecendo ser o Ministro Roberto Rodrigues um grande Ministro deste Governo, um homem do setor, um homem que conhece a pecuária e a agricultura brasileira, um homem que, hoje, está anunciando que vai rastrear o gado importado do Canadá e dos Estados Unidos, reiteramos a S. Ex^a que não se esqueça de um Estado tão importante como é o do Tocantins, que conseguiu controlar a febre aftosa de maneira eficaz, além do reconhecimento que obtivemos junto aos mercados externos, para que possa o

produtor tocantinense continuar tranquilo e apto a exportar a carne do nosso Estado para os mercados mundo afora.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino, pela Liderança do PFL.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, quero fazer uma reflexão positiva sobre as últimas atitudes do Governo.

Esta Casa recorda, porque faz muito pouco tempo que o fato ocorreu, da chegada do Presidente Lula ao plenário da Câmara dos Deputados, acompanhado de um séquito composto por Governadores e praticamente todo o Ministério, e pastas e pastas que continham as propostas de reforma tributária e previdenciária. Era como se uma barragem tivesse arrebatado e a água invadido o Congresso. Era como se a vontade do Brasil estivesse chegando naqueles pacotes cuidadosamente amarrados e transportados pessoalmente por Sua Excelência, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ocorre que, naqueles pacotes, estão escritas coisas que, no entendimento do PFL e – estou seguro – do PSDB, são danosas e inconvenientes ao interesse da sociedade brasileira.

É uma reforma tributária que pereniza como proposta a CPMF, que foi aprovada com o meu voto não para viger eternamente, mas para existir até o final do ano que passou e este ano está vigendo com 0,08%. Trata-se de uma reforma tributária que elimina a possibilidade de os Estados fazerem a política de atração de investimentos pelo estabelecimento de cinco alíquotas imutáveis para a taxação do que hoje é o ICMS. Aliás, a reforma tributária proposta é basicamente a perenização da CPMF e a intervenção em impostos estaduais. De resto, é perfumaria.

O pacote traz algo que reputo profundamente desinteressante à sociedade no que tange à reforma da Previdência: a não paridade entre o salário do trabalhador na ativa e na aposentadoria, a taxação do aposentado, o aumento da idade mínima para 60 e 65 anos para homens e mulheres, respectivamente, e por aí vai. Mas, pelo rio que desaguava, com a presença do Presidente Lula, dos Governadores e dos Ministros no Congresso, parecia que aquilo era o produto, a expressão da vontade nacional, o que não é verdade.

Estou para fazer uma constatação, o que faço com prazer. A voz das ruas, os argumentos da Oposição estão começando a se fazer sentir, porque o Governo, pela suas vozes mais autorizadas, começa a declarar que a negociação está posta e que partes importantes das reformas serão negociadas. Creio que está se encerrando a fase da truculência, que foi por nós, da Oposição, diversas vezes denunciada. Porque o regime democrático não admite, não aceita a truculência como prática política. Acredito que a voz das ruas, a cobrança da coerência, a cobrança do compromisso tomado e da prática efetiva de governo está começando a sensibilizar o próprio Governo, que está sendo encostado no canto da parede. Os números do começo do Governo estão cedendo espaço para os números reais, que são perversos e que foram apresentados pelo Senador Arthur Virgílio. Esses números representam a dura realidade que o Brasil está vivendo, de desemprego, de recessão, de dificuldade no campo social, de desentendimento no campo, que é um barril de pólvora, para cuja explosão a Oposição não vai contribuir. Pelo contrário, como aqui já se manifestou, vai ajudar.

A par de fazer essas constatações, Sr. Presidente, chamo a atenção para um fato que me preocupa. As nossas cobranças estão começando a fazer efeito, a voz das ruas está começando a produzir resultados sobre aqueles que ontem eram truculentos e que estão agora começando a ceder espaço à lógica, ao racional. Refiro-me ao entendimento e à negociação em torno do interesse da sociedade.

Está anunciada a recriação da Sudene, da Sudam e da Sudeco, mas ao lado da tramitação de uma proposta de reforma tributária que suprime dos Estados a capacidade de atrair investimentos pela prática de uma política de incentivos, que entendo legítima. É a capacidade de emolução entre os Estados que está em jogo. É a capacidade do pobre de lutar para deixar de ser pobre e é a subtração, pela via do incentivo, de retirar do rico a capacidade de, pela inércia, perenizar-se ou perpetuar-se como rico.

Está, portanto, colocada a proposta de reforma tributária que suprime da Sudene, conforme órgão tradicional, a sua capacidade de agir como instrumento de execução de política regional. Com a informação de que estão sendo recriadas a Sudene, Sudeco e Sudam, quero voltar a cobrar um fato que já solicitei desta tribuna por duas vezes. Esta é a terceira vez que o faço. A reforma tributária será apreciada. O

PFL tomará posição e exigirá que a nova Sudene, a nova Sudeco e a nova Sudam surjam dentro de um modelo moderno. Se a política tributária decorrente da reforma tributária não der condições aos Estados de praticarem a política de desenvolvimento regional, é preciso que o Governo, com a criação da nova Sudene, proponha o novo modelo de política de desenvolvimento regional.

Recebi a informação de que a nova presidente da Sudene virá ao Congresso para discutir com Deputados e Senadores o modelo daquele órgão.

Aqui quero dar, como manchete, uma sugestão. A modernidade recomenda, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, que a Sudene não seja apenas um órgão analisador de projetos e aplicador de incentivos fiscais. A nova Sudene tem que ser, dentro da organização global das nações, do capital globalizado, o órgão que vai identificar, Estado por Estado, do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, quais são as maiores vocações de cada Estado. Identificadas as vocações competitivas no plano nacional e internacional, fazer atração de capitais privados, nacionais e internacionais, para aí, sim, juntar aos recursos de incentivos fiscais, para viabilizar os empreendimentos que sejam trunfos nas economias dos Estados das regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste.

Faço essa cobrança porque está em tramitação os projetos de reforma previdenciária e tributária, e o PFL, na hora em que a reforma tributária chegar a esta Casa, vai exigir a apresentação de um projeto real de retomada do desenvolvimento regional em termos modernos, como se pratica nos países modernos do mundo.

Sobre isso quero fazer uma lembrança. Sua Excelência o Presidente Lula está viajando para a Europa, a Europa moderna: Portugal, Espanha e Inglaterra. Portugal governado por um integrante do PSD e a Espanha governada por um integrante do PP. Partidos centro-reformistas, coligados do PFL na IDC – Internacional Democrata Cristã, partidos que estão em Portugal e na Espanha construindo nações novas pela via da modernidade, na prática de uma formulação política centro-reformista, a exemplo do que prega o Partido da Frente Liberal. E na hora em que cobram a proposta da nova Sudene em termos modernos, quero dizer a esta Casa que o PFL vai ficar de ouvidos bastante abertos para ouvir o que o Presidente Lula vai dizer em Portugal e na Espanha, países em que os Primeiros-Ministros Durão Barroso e

José Maria Aznar, nossos companheiros da IDC, governam, e governam bem.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Passa-se à
ORDEM DO DIA

Item 1:

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 161,
DE 1989-COMPLEMENTAR**

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 523, de 2003 – art. 336, II)

(Votação nominal)

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 161, de 1989 – Complementar (nº 1/91-Complementar, naquela Casa), que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências, tendo

Parecer sob nº 688, de 2003, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Romero Jucá, pela aprovação parcial do Substitutivo da Câmara, e pela rejeição de expressões e dispositivos que relaciona.

Discussão do Substitutivo da Câmara, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos dos art. 287 do Regimento Interno, o substitutivo da Câmara a projeto do Senado é considerado série de emendas, e votado separadamente por artigos, parágrafos, incisos, alíneas e itens, em correspondência aos do projeto emendado, salvo aprovação de requerimento para votação em globo ou por grupos de dispositivos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – É sobre esta matéria?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – É sobre a votação.

Sr. Presidente, apresentei um substitutivo ao projeto que veio da Câmara. Fiz uma série de modificações.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Está incluído no relatório que a Mesa está fazendo à Casa.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 551, DE 2003

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 287 do Regimento Interno, requeiro votação, em globo, dos dispositivos do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 161, de 1989-Complementar (nº 1/91-Complementar, naquela Casa), que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal dá outras providências, que receberam parecer favorável.

Sala das Sessões, 9 de julho de 2003. – Senador **Romero Jucá**.

REQUERIMENTO Nº 552, DE 2003

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 287 do Regimento Interno, requeiro votação, em globo, dos dispositivos do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 161, de 1989-Complementar (nº 1/91-Complementar, naquela Casa), que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências, que receberam parecer contrário.

Sala das Sessões, 9 de julho de 2003. – Senador **Romero Jucá**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em votação o primeiro requerimento que foi lido, para votação, em globo, dos dispositivos do Substitutivo da Câmara com parecer favorável.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.) Aprovado.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador João Alberto Souza.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Pela ordem.) – Sr. Presidente, há dois destaques de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Eles serão lidos no momento oportuno.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em votação o segundo requerimento, para votação, em globo, dos dispositivos do Substitutivo da Câmara, com parecer contrário.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência esclarece ao Plenário que, conforme os arts. 286 e 287 do Regimento Interno, a aprovação dos requerimentos de votação em globo não invalida o direito das Sras e dos Srs. Senadores de apresentarem requerimentos de destaque para votação em separado de qualquer dispositivo do Substitutivo da Câmara.

Nesse sentido, há sobre a mesa requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 553, DE 2003

Requeiro, nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, destaque para votação em separado do § 2º do art. 7º do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 161, de 1989 – Complementar.

Justificação

A Câmara dos Deputados, ao aprovar o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 161, de 1989 – Complementar, suprimiu um importante dispositivo que constava no texto do projeto aprovado por esta Casa.

Trata-se do § 2º do art. 3º do projeto original, que tinha por função evitar a dupla cobrança do ISSQN sobre os serviços de construção civil, no caso de existência de empreitada com posterior contratação de subempreitadas para a execução do mesmo serviço. Pela sistemática adotada no projeto original, o valor das eventuais subempreitadas seria deduzido da base de cálculo do imposto devido pela empreitada.

Com a supressão do dispositivo na Câmara, o ISSQN passará a ser cobrado tanto na empreitada como nas sucessivas subempreitadas, o que levará a uma situação de especial iniquidade para os empresários do setor, além de provocar, ao final, elevação no preço dos imóveis, afetando toda a população.

O mesmo § 2º do art. 3º do projeto original também previa que na base de cálculo do ISSQN não se incluía o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços de construção civil. Idêntica previsão consta na legislação atual (§ 2º do art. 9º do Decreto-Lei nº 406/68) e se trata de disposição lógica, uma vez que os materiais utilizados na construção civil estão sujeitos ao pagamento do ICMS, já que constituem, obviamente, mercadorias, e não prestação de serviço.

Faz-se necessário, portanto, o restabelecimento do § 2º do art. 3º do projeto aprovado inicialmente no Senado, a fim de que seja evitada a dupla cobrança do ISSQN sobre um mesmo serviço, bem como a cobrança concomitante de ISSQN e de ICMS sobre uma mesma operação.

Para tanto, requeremos o destaque para votação em separado do § 2º do art. 7º do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 161, de 1989 – Complementar, artigo este que trata da base de cálculo do ISSQN, para que, com sua rejeição, seja restabelecido em seu lugar na proposição e com as devidas adaptações, o § 2º do art. 3º do projeto aprovado por esta Casa, que trata igualmente da base de cálculo do imposto.

As referidas adaptações envolvem apenas correções na redação do parágrafo, substituindo-se as alíneas **a**, **b**, por incisos I e II, de modo a atender aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, alteração e a consolidação das leis, bem como a expressão “itens 36 e 37 da lista do art. 1º desta Lei” por “subitens 7.02 e 7.06 da Lista Anexa a esta Lei”.

Sala das Sessões, 9 de junho de 2003. – **Romeiro Jucá**.

REQUERIMENTO Nº 554, DE 2003

Nos termos regimentais, requeiro destaque para votação em separado do § 3º do art. 7º e respectivo subitem 4.23 da lista anexa do Projeto de Lei do Senado nº 161, de 1989 – Complementar.

Justificação

O texto original dessa matéria não previa a inclusão como base de cálculo para fins de aplicação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, de competência dos municípios sobre os serviços prestados pelas cooperativas de saúde. Por ocasião se sua tramitação na Câmara dos Deputados, foi apresentado substitutivo ao referido Projeto de Lei do Senado estendendo a aplicação daquele imposto às

cooperativas de saúde e esse dispositivo integra o texto ora em apreciação no Senado Federal.

O disposto no § 3º do art. 7º do PLS nº 161, de 1989-complementar, ora em apreciação, não observa o adequado tratamento tributário dispensado ao ato cooperativo, conforme preceitua a Constituição Federal, em seu art. 146, inciso III, alínea c.

No caso, a cooperativa de trabalho médico, ao administrar um plano de saúde, o faz como sociedade auxiliar, sem que ela seja diretamente responsável pelos serviços prestados e seja beneficiária dos recursos arrecadados. Assim, a cooperativa presta serviços ao cooperado, seu usuário, sem auferir vantagem patrimonial para si.

Isso porque, do valor arrecadado do usuário do plano de saúde, a cooperativa de trabalho não tem uma receita própria e o valor recebido pelo serviço prestado não é destinado à cooperativa e sim ao cooperado, como retribuição do seu trabalho.

A cooperativa é portanto uma mera depositária e o verdadeiro prestador dos serviços é o médico associado.

Essa é a essência e a lógica da sociedade cooperativa, consagrada mundialmente.

Por isso, forçosa é conclusão de que o contribuinte de ISS deve ser o médico cooperado e não a sua cooperativa.

O dispositivo constante do texto ora em apreciação colidem com esse princípio e desconsideram o ato cooperativo.

Dessa maneira, eles são passíveis de questionamentos no campo constitucional e a sua supressão do texto, além de respeitar os princípios previstos na Constituição Federal, não prejudicam a essência do projeto e a sua qualidade.

Sala das Sessões, 9 de julho de 2003. – **Jonas Pinheiro.**

REQUERIMENTO Nº 555, DE 2003

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, destaque para votação em separado da expressão “9º” contida no art. 10 do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 161, de 1989 –Complementar.

Justificação

O Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 161, de 1989 – Complementar, ao estabelecer normas gerais relativas ao imposto dos Municípios sobre serviços de qualquer natureza, buscou,

em seu art. 7º definir amplamente a base de cálculo do imposto.

Porém, a despeito do esmero do autor, que se utilizou de três parágrafos, além do **caput**, o texto do substitutivo deixou de abranger hipóteses, hoje, largamente utilizadas, como a relativa aos serviços prestados sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, e outras particularidades, como a redução ou acréscimo da base de cálculo no caso de prestação de serviços de manutenção de rodovia mediante a cobrança de pedágio.

Por essas razões faz-se necessária a supressão do trecho do substitutivo que revoga o art. 9º do Decreto-Lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968.

Sala das Sessões, 9 de julho de 2003. – **Fernando Bezerra.**

REQUERIMENTO Nº 556, DE 2003

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, destaque para votação em separado das expressões “de imagem”, “de expressão, de textos” e “de demais direitos autorais e de personalidade”, contidas no subitem 3.3 da Lista de Serviços anexa ao Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 161, de 1989 – Complementar.

Justificação

A cobrança de impostos sobre atividade ligada às artes ou a literatura contraria o papel atualmente conferido ao Estado de assegurar condições permanentes de continuidade da criação artística, sobretudo em condições extremamente competitivas das sociedades de mercado.

De nada adiantaria a existência de leis que concedem incentivos à produção artística e cultural, como a sucedânea da “Lei Sarney”, a “Lei Rouanet” (Lei nº 8.313, de 1991) ou a Lei de Incentivo às Atividades Audiovisuais (Lei nº 8.685, de 1993), além de muitas outras leis estaduais e municipais, se, ao lado delas, existirem outras leis tributárias que extraiam recursos do setor artístico, anulando, na prática, os efeitos das primeiras.

O dever do Estado moderno, no campo artístico-cultural é o de proteção, o de incentivo, assumindo moralmente a função, outrora desempenhada pelos mecenatas, de estimular a produção e difusão de bens culturais formadores e informadores de conhecimento, de cultura e de memória. Por essa razão, a atividade artística deve ser gravada o mínimo possível de impostos que, ainda indiretamente, lhe embarcam o desenvolvimento.

No caso das atividades literárias, a tributação é ainda menos aceitável. A importância da literatura na formação cultural e no desenvolvimento de um povo, bem como o direito inviolável à livre manifestação do pensamento, levaram nossas últimas Constituições a vedar expressamente a imposição de qualquer imposto sobre livros, jornais e periódicos. Com isso, admitir a tributação da cessão de direito de uso de expressão, de textos e demais direitos autorais seria afrontar a imunidade constitucional, reduzindo o alcance que lhe é próprio. A par disso, provocaria elevação no preço final dos livros e demais publicações, dificultando ainda mais o acesso das camadas menos favorecidas da população à educação e à cultura, motivo pelo qual entendemos que a incidência, ainda que indireta, do ISSQN sobre os livros deve ser eliminada do ordenamento jurídico pátrio.

Em face do exposto apresentamos este requerimento de destaque para votação em separado, com o objetivo de rejeitar as expressões “de imagem”, “de expressão, de textos” e “de demais direitos autorais e de personalidade”, contidas no subitem 3.03 da Lista de Serviços do projeto.

Sala das Sessões, 9 de julho de 2003. – **Romeiro Jucá.**

REQUERIMENTO Nº 557, de 2003

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, requeiro destaque, para votação em separado, do subitem 10.2 do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei Complementar nº 1-A, de 1991, do Senado Federal (PLS nº 161/89 - Complementar na Casa de origem), que “define os serviços de qualquer natureza sujeitos ao imposto de competência dos municípios, previsto no inc. IV do art. 156 da Constituição, e estabelece suas alíquotas máximas”, visando a supressão do mesmo.

Sala das Sessões, 9 de julho de 2003. – **João Alberto Souza.**

REQUERIMENTO Nº 558, DE 2003

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, requeiro destaque, para votação em separado, da expressão “e Futuros” no subitem 10.5 do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei Complementar nº 1-A, de 1991, do Senado Federal (PLS nº 161/89 - Complementar na Casa de ori-

gem), que “define os serviços de qualquer natureza sujeitos ao imposto de competência dos municípios, previsto no inciso IV do art. 156 da Constituição, e estabelece suas alíquotas máximas”.

Sala das Sessões, 9 de julho de 2003. – **João Alberto Souza.**

REQUERIMENTO Nº 559, DE 2003

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, destaque para votação em separado da expressão “distribuição”, contida no subitem 13.1 da Lista de Serviços anexa ao Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 161, de 1989 – Complementar.

Justificação

O Parecer da CAE sobre o Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 161, de 1989 – Complementar concluiu pela rejeição do termo “distribuição” constante no subitem 13.01 da Lista de Serviços anexa à proposição.

Na época, entendeu-se que a distribuição de filmes, *video-tapes*, discos, fitas cassete, *compact disc*, *digital vídeo disc* e congêneres fosse mera operação relativa à circulação de mercadorias, sujeita, portanto, à incidência do ICMS.

Porém, após a aprovação do Substitutivo na CAE, com as devidas rejeições, o exame mais acurado da matéria revelou que, assim como a produção e a gravação, a distribuição se trata, na verdade, de atividade de prestação de serviços, razão pela qual faz-se necessária correção, em tempo, do equívoco anterior, devendo ser mantido o texto aprovado na Câmara dos Deputados para o subitem 13.1 da Lista.

Com isso, a distribuição dessa espécie de mercadoria permanecerá no campo de incidência do ISS, tal qual determina a legislação atual – item 63 da Lista de Serviços Anexa ao Decreto-Lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, com alterações posteriores.

Sala das Sessões, 9 de julho de 2003. – **Romeiro Jucá.**

REQUERIMENTO Nº 560, DE 2003

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, destaque para votação em separado da expressão “setor gráfico em geral”, contida no item 13 da Lista de Serviços anexa ao Substitutivo ao

Projeto de Lei do Senado nº 161, de 1989 – Complementar.

Justificação

A mudança proposta para o setor gráfico na lista de serviços sujeitos ao ISS demonstra claramente que, ante a carência de recursos públicos, nossos governantes não hesitam em propor, de imediato, aumento de impostos, quase sempre sem um exame mais acurado das consequências que a tributação mais pesada acarretará ao universo de contribuintes chamados ao sacrifício.

Atualmente, em um ambiente de legislação que não é a ideal, a confecção de impressos gráficos somente está sujeita ao pagamento de ISS quando o material impresso não for objeto se saídas subsequentes, pois, do contrário, o impresso está sujeito à incidência do ICMS. Isto se deve ao fato de que o ICMS é imposto não-cumulativo, de modo que o valor pago pela indústria gráfica pode ser inteiramente abatido no imposto devido posteriormente pelos revendedores ou industriais adquirentes dos impressos.

Ocorre que o Substitutivo dispõe que qualquer impresso gráfico estará sujeito apenas ao ISSQN, imposto que incide em cascata, e que não poderia ser aproveitado como crédito do ICMS. Com isso, eleva a carga tributária de todos os impressos destinados a revenda e de todos os produtos que necessitem de rótulo ou embalagem, acarretando a cobrança de imposto sobre imposto e tornando nosso sistema tributário ainda mais cumulativo.

Visando a corrigir essa distorção, e garantir, pelo menos, a manutenção da situação atual, apresentamos o presente requerimento DVS, para permitir a rejeição da expressão “setor gráfico em geral em geral”, no item 13 da Lista de Serviços.

Sala das Sessões, 9 de julho de 2003. – Senador, **Leonel Pavan**.

REQUERIMENTO Nº 561, DE 2003

Requeiro, nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, destaque para votação em separado da expressão “impressão gráfica em geral, inclusive serviços de finalização e acabamento como corte, vinco, colagem e congêneres, ainda que venham a integrar de qualquer forma produtos destinados à comercialização ou industrialização”, contida no subitem 13.05 da Lista de Serviços anexa ao Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 161, de 1989 – Complementar.

Justificação

A mudança proposta para o setor gráfico na lista de serviços sujeitos ao ISS demonstra claramente que, ante a carência de recursos públicos, nossos governantes não hesitam em propor, de imediato, aumento de impostos, quase sempre sem um exame mais acurado das consequências que a tributação mais pesada acarretará ao universo de contribuintes chamados ao sacrifício.

Atualmente, em um ambiente de legislação que não é a ideal, a confecção de impressos gráficos somente está sujeita ao pagamento de ISS quando o material impresso não for objeto se saídas subsequentes, pois, do contrário, o impresso está sujeito à incidência do ICMS. Isto se deve ao fato de que o ICMS é imposto não-cumulativo, de modo que o valor pago pela indústria gráfica pode ser inteiramente abatido no imposto devido posteriormente pelos revendedores ou industriais adquirentes dos impressos.

Ocorre que o Substitutivo dispõe que qualquer impresso gráfico estará sujeito apenas ao ISSQN, imposto que incide em cascata, e que não poderia ser aproveitado como crédito do ICMS. Com isso, eleva a carga tributária de todos os impressos destinados a revenda e de todos os produtos que necessitem de rótulo ou embalagem, acarretando a cobrança de imposto sobre imposto e tornando nosso sistema tributário ainda mais cumulativo.

Visando a corrigir essa distorção, e garantir, pelo menos, a manutenção da situação atual, apresentamos o presente requerimento DVS, para permitir a rejeição da expressão “impressão gráfica em geral, inclusive serviços de finalização e acabamento como corte, vinco, colagem e congêneres, ainda que venham a integrar de qualquer forma produtos destinados à comercialização ou industrialização” contida no subitem 13.05 da Lista de Serviços.

Sala das Sessões, 9 de julho de 2003. – **Leonel Pavan**.

REQUERIMENTO Nº 562, DE 2003

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, destaque para votação em separado das expressões “gráfico” e “impressão gráfica”, contidas, respectivamente, no item 113 e no subitem 13.05 da Lista de Serviços anexa ao Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 161, de 1989 – Complementar.

Justificação

Ao definir na lista de serviços as atividades ligadas à indústria gráfica, o Substitutivo da Câmara dos Deputados define os impressos gráficos de qualquer natureza como sujeitos ao ISS, avançando, a nosso ver, no campo de incidência do ICMS.

Atualmente, em face do texto lacunoso da legislação, construiu-se o entendimento de que confecção de impressos gráficos somente está sujeita ao pagamento de ISS quando o material impresso não for objeto se saídas subsequentes, pois, do contrário, o impresso está sujeito à incidência do ICMS. Isto se deve ao fato de que o ICMS é imposto não-cumulativo, de modo que o valor pago pela indústria gráfica pode ser inteiramente abatido no imposto devido posteriormente pelos revendedores ou industriais adquirentes dos impressos.

Ocorre que o Substitutivo dispõe que qualquer impresso gráfico estará sujeito apenas ao ISSQN, imposto que incide em cascata, e que não poderia ser aproveitado como crédito do ICMS. Com isso, eleva a carga tributária de todos os impressos destinada a revenda e de todos os produtos que necessitem de rótulo ou embalagem, acarretando a cobrança de imposto sobre imposto e tornando nosso sistema tributário ainda mais cumulativo. Visando a corrigir essa distorção, em nosso relatório aprovado na CAE, opinamos pela rejeição das expressões "setor" e "em geral", contidas no item 13 da Lista, e "em geral, inclusive serviços de finalização e acabamento como corte, vinco, colagem e congêneres, ainda que venham a integrar de qualquer forma produtos destinados à comercialização ou industrialização", contida no subitem 13.05 da Lista.

Porém, analisando mais detidamente o texto do substitutivo, verificamos a necessidade de serem suprimidas adicionalmente as expressões "gráfico", contida no item 13, e "impressão gráfica", contida no subitem 13.05 da Lista, a fim de que as indústrias gráficas não venham a correr o risco de ser alvo de injustificada duplidade de exigência fiscal, tanto por parte dos Estados como por parte dos Municípios.

Sala das Sessões, 9 de julho de 2003. – **Romeiro Jucá.**

REQUERIMENTO Nº 563, DE 2003

Requeiro, nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, destaque para votação em separado da expressão "de seguro desemprego, de loterias", contida no subitem 15.01 da Lista de Serviços

anexa ao Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 161, de 1989 — Complementar.

Justificação

O subitem 15.01 da Lista de Serviços anexa ao Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 161, de 1989 — Complementar tipifica como fato gerador do ISSQN o serviço de administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados, de seguro desemprego, de loterias, de crédito educativo, do Programa de Integração Social (PIS), do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), de Previdência Social e congêneres.

Examinando a matéria, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou parecer propondo que fossem suprimidos da Lista os serviços de administração de crédito educativo, do Programa de Integração Social (PIS), do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e de Previdência Social.

A proposta de supressão teve origem no entendimento de que não seria justo instituir tributo incidente sobre recursos pertencentes a programas relevantes. Entre tais programas insere-se também o seguro-desemprego, razão pela qual a referência a ele deve ser eliminada da Lista de Serviços, a fim de que sejam preservados os recursos a ele destinados.

As loterias, por sua vez, já são oneradas por várias contribuições sociais, cuja receita reverte-se em prol de programas governamentais de especial relevância, como os relativos ao desenvolvimento do desporto, ao Fundo Penitenciário e, sobretudo, à segurança social. São elas:

1ª. Contribuição da renda líquida de concursos de prognósticos para a segurança social;

2ª. Contribuição sobre os prêmios de concursos de prognósticos;

3ª Contribuição e adicional sobre a receita de concursos de prognósticos para o desenvolvimento do desporto;

4ª Contribuição sobre a receita de concursos de prognósticos para o Indesp;

5ª Contribuição do adicional a receita de concursos de prognósticos para o Indesp;

6ª Contribuição sobre a receita de concursos de prognósticos para o Funpen; e

7ª Contribuição sobre a receita de concursos de prognósticos e prémios prescritos.

Com todas essas contribuições, cuja receita é vinculada a ações governamentais relevantes, já onerando as receitas das loterias, não julgamos conveniente a instituição de mais um tributo sobre a referida atividade.

Por essas razões, requeremos o destaque para votação em separado, e consequente rejeição, da expressão "de seguro desemprego, de loterias", contida no subitem 15.01 da Lista de Serviços.

Sala das Sessões, 9 de julho de 2003. – **Romeiro Jucá.**

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Votação, em globo, dos requerimentos de destaque que acabam de ser lidos.

As Sras e Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 69 da Constituição, combinado com o do art. 288, inciso III, letra "a", do Regimento Interno, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

Peço aos Srs. Senadores que ocupem os seus lugares, para que possamos proceder à votação.

Votação, em globo, dos dispositivos do Substitutivo da Câmara, de parecer favorável, ressalvados os destaques.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, a orientação é o voto "sim", aprovando o relatório que apresentei.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Como orienta a Bancada do PMDB?

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, conversamos bastante, nas últimas horas, e chegamos a um acordo possível em torno do relatório, do Substitutivo do Senador Romero Jucá, com o fundamental compromisso, assumido por todas as Lideranças, de que, com relação ao sistema financeiro, se precisarmos aprimorar algo mais, nós o faremos daqui para a frente.

Resolvemos outros problemas, sobretudo dos artistas, a questão dos direitos autorais, de modo que

a recomendação do PMDB é o voto favorável, em função do acordo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana, Líder do Bloco de apoio ao Governo.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, o Bloco recomenda o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Algum outro Líder deseja orientar a sua Bancada? (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, o substitutivo do Senador Romero Jucá é consensual. A recomendação do PDT é o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, do PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, o competente relatório do Senador Romero Jucá ressalva o direito autoral, e, na verdade, ele e a lei não aumentam carga tributária; eles são mais disciplinadores do que arrecadadores. Por tudo isso, pelo acordo feito, pelo trabalho desempenhado muito competentemente por todas as Lideranças, a começar pela Liderança do Governo e passando por todos os demais Líderes, recomendo à minha Bancada o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino, do PFL.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, essa matéria vem sendo discutida há anos, e repto que esteja 95% madura. Há alguns pequenos reparos que, pelo encaminhamento dos destaques, vão ficar claros. No entanto, penso que a questão encaminhada pelo Sindicato da Construção Civil e a questão dos direitos autorais foram corretamente negociadas pelo Relator, que desejo cumprimentar pelo substitutivo apresentado, que vai merecer o voto "sim" do Partido da Frente Liberal.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador João Batista Motta.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PPS – ES) – Sr. Presidente, o PPS parabeniza o Senador Romero Jucá e também recomenda o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra, do PTB.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Sr. Presidente, muito embora o Líder do Bloco já se tenha manifestado, pela participação que tivemos na discussão do projeto, quero registrar o magnífico trabalho feito pelo Senador Romero Jucá e recomendar o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao nobre Senador Aloizio Mercadante, Líder do Governo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, cumprimento o excelente trabalho do Senador Romero Jucá, sem o qual não teria sido possível votar matéria tão complexa. Quero destacar que o projeto, basicamente, atualiza a base de tributação do ISS, que era de 1968. Muitos novos serviços surgiram, e, agora, essa atualização vai permitir ampliar a base de arrecadação, reduzindo-se, em alguns serviços, a alíquota, porque há uma sobrecarga de impostos.

Sr. Presidente, destaco ainda que o Sr. João Alberto Souza e a Bancada do PMDB, na pessoa do Líder Renan Calheiros, têm um papel muito importante em todo esse processo. Abordam algumas questões relacionadas ao mercado financeiro, sobretudo o Mercado de Futuros, que, eventualmente, não seria objeto de tributação do ISS.

O Governo está disposto a analisar essa questão, bem como a reivindicação dos Prefeitos, que, sobretudo nos grandes centros financeiros, tecem argumentos sobre o limite de 5%, que é necessário. Em boa parte dos Municípios, só há agências do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Se não houver um teto, haverá abuso de tributação. E os bancos públicos já têm prejuízo na sua função. O Governo quer estudar com mais detalhe a questão do ISS no âmbito do sistema financeiro. E aí poderíamos incorporar a preocupação do Senador João Alberto Souza.

Há também a preocupação do Senador Jonas Pinheiro em relação às cooperativas, matéria também relevante que precisa ser analisada. Com isso, concluiríamos os trabalhos.

O Relator teve ainda papel fundamental em dois pontos. Atendeu à classe artística, porque o direito autoral deve receber tratamento semelhante ao do bem imóvel, não podendo ser tributado na condição de ISS. É uma renda, é um patrimônio, assim como a propriedade e o aluguel, que não é objeto de tributação do ISS. Isso foi acatado pelo Relator, e o Presidente José Sarney tem papel muito importante nesse diálogo com os representantes do setor da cultura.

Quanto à indústria da construção civil e à indústria gráfica, houve a separação necessária entre ISS, mercadoria e serviço.

O projeto foi discutido com rigor, cuidado e profundidade. Creio que o relatório é muito promissor, restando, portanto, fundamentalmente, a questão do cooperativismo e do sistema financeiro para dialogar com as prefeituras. Com a preocupação expressa pelo Senador João Alberto Souza, vamos sentar e dialogar. Temos seis meses para fazê-lo, porque, só no próximo ano, essa base de tributação passará a vigorar.

Por tudo isso, parabenizo os Líderes do Senado por este momento importante para os Municípios, de atualizar a base de recolhimento do ISS, ampliando-o para os setores que não pagavam, permitindo assim reduzir a carga tributária.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – As Sras e os Srs. Senadores já podem votar.

Peço às Sras Senadoras e aos Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes ou em outras dependências da Casa que compareçam ao plenário. Estamos procedendo a uma votação nominal. (Pausa.)

(Procede-se à votação nominal.)



Senado Federal

246

VOTAÇÃO NOMINAL

DISPOSITIVOS DE PARECER FAVORÁVEL, SUB. AO PLS 161, DE 1989 - COMPL.

Num. Sessão: 1
Data Sessão: 9/7/2003

Num. Votação: 1
Hora Sessão: 14:30:00

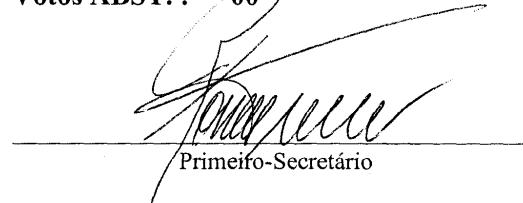
Abertura: 9/7/2003 16:18:05
Encerramento: 9/7/2003 16:25:47

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	SIM
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	SIM
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	SIM
PMDB	RO	AMIR LANDO	SIM
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	SIM
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	SIM
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	SIM
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	SIM
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	SIM
PFL	BA	CÉSAR BORGES	SIM
Bloco-PT	MS	DELCIÓDIO AMARAL	SIM
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	SIM
Bloco-PTB	PA	DUCIOMAR COSTA	SIM
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	SIM
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	SIM
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	SIM
Bloco-PT	DF	EURÍPEDES CAMARGO	SIM
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	SIM
Bloco-PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	SIM
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	SIM
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	SIM
Bloco-PSB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	SIM
PMDB	ES	GERSON CAMATA	SIM
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	SIM
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	SIM
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	SIM
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	SIM
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	SIM
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	SIM
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	SIM
PPS	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	SIM
PFL	TO	JOÃO RIBEIRO	SIM
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	SIM
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	SIM
PFL	RN	JOSÉ AGripino	SIM
PFL	PE	JOSÉ JORGE	SIM
PMDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	SIM
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	SIM
PMDB	PI	MÃO SANTA	SIM
PPS	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	SIM
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	SIM
PDT	PR	OSMAR DIAS	SIM
PMDB	AP	PAPALEO PAES	SIM
PPS	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	SIM
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	SIM
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM
PSDB	CE	RÉGINALDO DUARTE	SIM
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	SIM
PFL	SE	RÉNILDO SANTANA	SIM
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	SIM
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	SIM
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	SIM
PFL	SP	ROMEU TUMA	SIM
PFL	MA	ROSEANA SARNEY	SIM
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	SIM
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIAIS	SIM
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	SIM

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	SIM
PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	SIM
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	SIM
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	SIM

Presidente: JOSÉ SARNEY

Votos SIM : 62
Votos NÃO : 00 **Total : 62**
Votos ABST. : 00


Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Votaram SIM 62 Srs. Senadores.

Não houve voto NÃO.

Não houve abstenção.

Total: 62 votos.

A matéria foi aprovada. (Palmas.)

Recomendo às galerias que não se manifestem.

Vamos proceder, agora, à votação dos destaques.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço que V. Exª faça constar em ata o meu voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O Senador Luiz Otávio manifesta que votaria favoravelmente ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao nobre Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, qual é o dispositivo? São vários destaques, e não tenho o número do destaque. Que dispositivo está sendo votado?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – É o § 2º do art. 7º do substitutivo da Câmara.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esse destaque visa restabelecer no corpo do projeto as ressalvas que já estão, na prática, vigendo hoje, que são exatamente o abatimento para base de cálculo de ISS do valor total das notas fiscal, o material de construção empreendido na obra e a subempreitada, que já paga ISS. Esse dispositivo já está valendo, mas estava omisso no texto, sendo incluído no texto da Câmara.

Portanto, a orientação é restabelecer o texto da Câmara, votando “não” ao texto do meu relatório, retomando o texto da Câmara.

Pergunto se esse seria o entendimento?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Se V. Exª deseja manter o texto da Câmara, o voto será “sim”.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Então, desejo manter o texto da Câmara, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Fica esclarecido ao Plenário de que a orientação é a de que se mantenha o texto da Câmara.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Aliás, Sr. Presidente, a orientação é para se manter o texto original do projeto. Então, encaminho o voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Se V. Exª deseja manter o texto original do projeto, o voto é “não”.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, recomendo o voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Os Srs. Líderes podem orientar suas Bancadas.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, o Bloco recomenda o voto “não”.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, o PFL vota “não”, para evitar dupla tributação.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, novamente homenageando o Senador Romero Jucá, a orientação do PMDB é o voto “não”.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, o PDT recomenda o voto “não”.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Sr. Presidente, o PTB recomenda o voto “não”.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, o Governo recomenda o voto “não”, por entender que as matérias-primas não podem ser objeto de serviço.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Os Srs. Senadores já podem votar.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, o PSDB orienta o voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O PSDB recomenda o voto “não”.

Peço às Srªs e aos Srs. Senadores que agilizem a votação, porque ainda há 11 votações nominais em face dos destaques pedidos. (Pausa.)

Se todos os Srs. Senadores já votaram, vou encerrar a votação. (Pausa.)

Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)



Senado Federal

VOTAÇÃO NÔMINAL

§ 2º DO ART. 7º, DO SUB AO PLS 161/1989-COMPL.

Num. Sessão: 1
Data Sessão: 9/7/2003

Num. Votação: 2
Hora Sessão: 14:30:00

Abertura: 9/7/2003 16:29:00
Encerramento: 9/7/2003 16:31:52

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	NÃO	Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	NÃO
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	NÃO	Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	NÃO
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	NÃO	PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	NÃO
PMDB	RO	AMIR LANDO	NÃO	Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	NÃO
Bloco-PT	PA	ANA JULIA CAREPA	NÃO	PMDB	RO	VALDIR RAUPP	NÃO
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	NÃO				
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	NÃO				
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	NÃO				
PSDB	AM	ARTHUR VÍRGILIO	NÃO				
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	NÃO				
PFL	BA	CÉSAR BORGES	NÃO				
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	NÃO				
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	NÃO				
Bloco-PTB	PA	DUICIOMAR COSTA	NÃO				
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	SIM				
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	NÃO				
Bloco-PT	DF	EURÍPEDES CAMARGO	NÃO				
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	NÃO				
Bloco-PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	NÃO				
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	NÃO				
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	NÃO				
Bloco-PSB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	NÃO				
PMDB	ES	GÉRSON CAMATA	NÃO				
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	NÃO				
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	NÃO				
PFL	PI	HERACLITO FORTES	NÃO				
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	NÃO				
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	NÃO				
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	NÃO				
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	NÃO				
PPS	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	NÃO				
PFL	TO	JOÃO RIBEIRO	NÃO				
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	NÃO				
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	NÃO				
PFL	RN	JOSÉ AGRIPÍNIO	NÃO				
PFL	PE	JOSÉ JORGE	NÃO				
PMDB	MS	JUVÉNCIO DA FONSECA	NÃO				
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	NÃO				
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	NÃO				
PMDB	PI	MÁO SANTA	SIM				
PFL	PE	MARCO MACIEL	NÃO				
PPS	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	NÃO				
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	NÃO				
PDT	PR	OSMAR DIAS	NÃO				
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	NÃO				
PPS	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	NÃO				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	NÃO				
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	NÃO				
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	NÃO				
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	SIM				
PFL	SE	RENILDO SANTANA	NÃO				
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	NÃO				
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	NÃO				
PMDB	RR	ROMERO JUCA	NÃO				
PFL	SP	RÔMEO TUMA	SIM				
PFL	MA	ROSEANA SARNEY	NÃO				
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	ABST.				
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIAI	NÃO				

Operador: HÉLIO FERREIRA LIMA

Emissão: 9/7/2003 16:31:54

Presidente: JOSÉ SARNEY

Votos SIM : 04
 Votos NÃO : 58 Total : 63
 Votos ABST. : 01

Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Votaram SIM 04 Srs. Senadores; e NÃO 58.

Houve uma abstenção.

Total: 63 votos.

A matéria foi rejeitada, e restabelecido o texto original do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Votação do destaque para votação em separado. Nos termos regimentais, o Senador Jonas Pinheiro requer destaque para votação em separado do § 3º do art. 7º e respectivo subitem 4.23 da lista anexa do Projeto de Lei do Senado nº 161, de 1989-Complementar.

Com a palavra o Senador Jonas Pinheiro, para justificar.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – V. Exª tem a palavra, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, por favor, gostaria de retificar meu voto, que seria “não” e, por engano, votei “sim”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Ata registrará a retificação do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – V. Exª tem a palavra, pela ordem.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, orientei a Bancada a votar “não”, elogiei o parecer do Senador Romero Jucá, mas acabei equivocadamente votando “sim”. É a companhia que continua não sendo muito recomendável. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Ata registrará o equívoco de V. Exª, Senador Renan Calheiros.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Tem V. Exª a palavra, pela ordem.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pelo mesmo motivo, por equívoco, apertei a tecla “abstenção”, quando na verdade o voto é “não”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Senador Sérgio Cabral, a Ata registrará o voto de V. Exª.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Tem V. Exª a palavra, pela ordem.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também votei por engano.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Também o Senador Romeu Tuma.

O SR. JOSÉ AGRIPIINO (PFL – RN) – Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acho que há alguma coisa no painel, porque encaminhei o voto “não” e saiu “sim” no painel. Meu voto é “não”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A culpa é do painel, Senador José Agripino. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Senador Jonas Pinheiro, para justificar seu requerimento de destaque.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, quero chamar a atenção dos Líderes Aloizio Mercadante, José Agripino, Jefferson Péres, Arthur Virgílio, Fernando Bezerro, Tião Viana, Renan Calheiros, João Batista Motta e do Relator, Romero Jucá, para esse pedido de destaque. Por que o pedimos?

O texto original que votamos no Senado não previa a inclusão como base de cálculos para fins de aplicação do Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza, o ISS, de competência dos Municípios, sobre os serviços prestados por associados de cooperativas de saúde. Na sua tramitação, na Câmara dos Deputados, foi-lhe apresentado substitutivo para estender a aplicação daquele Imposto às cooperativas de saúde. Esse dispositivo integra o texto ora apreciado no Senado Federal.

O disposto no §3º do art. 7º do PLS nº 161, de 1989-Complementar, não observa o adequado tratamento tributário dispensado ao ato cooperativo, Sr. Presidente, conforme preceitua a Constituição Federal no seu art. 146, inciso III, alínea “c”.

No caso, Srs. Líderes, a cooperativa de trabalho médico, ao administrar um plano de saúde, o faz como sociedade auxiliar, sem que ela seja diretamente responsável pelos serviços prestados, nem benefi-

ciária dos recursos arrecadados. Assim, a cooperativa presta serviço ao cooperado, seu usuário, sem auferir vantagem patrimonial para si.

Isso posto, a cooperativa de trabalho não tem receita própria, e o valor arrecadado do usuário no plano de saúde pelo serviço prestado não é destinado à cooperativa e sim ao cooperado, como restituição do seu trabalho. A cooperativa é, portanto, mera depositária do valor recebido do usuário, sendo o médico associado o verdadeiro prestador dos serviços.

Então, Sr. Presidente, se o médico pagar e a cooperativa também pagar, haverá bitributação. Essa é a essência e a lógica da sociedade cooperativa, consagrada mundialmente. Por isso, forçosa é a conclusão de que a contribuição do ISS deve ser do médico cooperado e não da sua cooperativa. O dispositivo, incluído na Câmara dos Deputados, constante no texto ora em apreciação, colide com esse princípio e desconsidera o ato cooperativo inserido em nossa Constituição. Dessa maneira, ele é passível de questionamento no campo constitucional e a supressão dele do texto, além de respeitar os princípios previstos na Constituição Federal, não prejudica a essência do projeto e a sua qualidade.

Portanto, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, estamos trazendo esse assunto à baila porque fomos verificar, por último, e notamos que é injustiça cobrar o ISS do médico prestador de serviço e da cooperativa, que é mera prestadora do serviço daqueles médicos.

Peço a compreensão dos Srs. Líderes para voltarmos a conversar sobre esse assunto, principalmente, ao Sr. Relator, porque aqui está embutida uma bitributação no caso das cooperativas, que têm o ato cooperativo que as protegem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Relator.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, apesar de entender a preocupação do Senador Jonas Pinheiro, eu gostaria de fazer alguns esclarecimentos que considero importantes.

Primeiramente, no texto da proposta, no art. 7º, § 3º, menciona-se o seguinte:

§ 3º Na prestação dos serviços a que se referem os subitens 4.22 e 4.23 da lista anexa, quando operados por cooperativa...” – por-

tanto, contratados e atuados pela cooperativa – “... deduzir-se-ão da base de cálculo os valores despendidos com terceiros pela prestação de serviços de hospitais, laboratórios, clínicas, medicamentos médico, odontológico e demais profissionais de saúde.

O que determinam as relações 4.22 e 4.23? O seguinte:

4.22. Planos de medicina de grupo ou individual e convênios, para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.

4.23. Outros planos de saúde que cumpram, através do serviço de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano, mediante indicação do beneficiário.

Colocar da forma como pretende o Senador Jonas Pinheiro, retira-se da tributação planos de saúde e uma série de serviços que efetivamente devem pagar. Não estamos aqui tributando o ato cooperado, mas, em tese, tributando e abatendo dessa tributação os serviços da área de saúde quando contratados por cooperativas.

Essa questão do ato cooperado entendo – e aí o Senador Aloizio Mercadante pode se posicionar pela Liderança do Governo – pode ser discutida quando formos tratar especificamente da complementação do sistema financeiro na questão do ISS. Agora, entretanto, meu parecer é contrário ao destaque do Senador Jonas Pinheiro, pela manutenção do texto da forma como apresentei no substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Para a manutenção do texto, o voto será “sim”, de acordo com o parecer do Senador Romero Jucá.

As Sras e os Srs. Senadores já podem votar.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só gostaria de dizer que, se for suprimido do texto, cairá toda a tributação de planos de saúde. São mais de 40 milhões de pessoas e é um serviço efetivo. O texto já tem o cuidado de excluir da definição do cálculo do ISS todos as outras atividades vinculadas – hospitais, materiais – para não haver a bitributação.

Qualquer tributação sobre ato cooperativo será tratada à parte, não haverá ambigüidade da lei. Esse é o compromisso de trabalharmos nessa direção, não o que está escrito nesse texto. Estamos tratando aqui de planos de saúde, excluindo todas as atividades em

que poderia incidir a bitributação. Não podemos evidentemente tirar esse serviço, um serviço importante na receita dos Municípios, que têm imensas responsabilidades.

Por isso, há o compromisso de tratar a questão cooperativa à parte, e como eu disse, também quanto a algumas questões pendentes no aspecto do sistema financeiro, vamos negociar no mérito. O ato cooperativo está previsto na Constituição e não é objeto dessa discussão neste momento.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, a orientação é do voto “sim”, para manter o texto do meu substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Mesa explicou que, para manter o texto do projeto de acordo com o parecer do Relator, o voto será “sim”, contra o destaque, portanto.

As Sras e os Srs. Senadores já podem votar. As Lideranças já podem orientar suas Bancadas.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, recomendo o voto “sim”.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, quero reconhecer o mérito da preocupação do

Senador Jonas Pinheiro, que é total, igualmente as implicações do Relator, Senador Romero Jucá, e guardar o compromisso tomado taxativamente pelo Líder do Governo de considerar esse fato na época oportuna.

Por essa razão, o PFL recomenda o voto “sim”.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, a orientação para a Bancada do PMDB é o voto “sim”.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, na excelente companhia do Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros, o voto para o PSDB é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – As Sras e os Srs. Senadores já podem votar.

Peço aos Srs. Senadores que agilizem os seus votos, uma vez que ainda teremos nove votações.

O esforço do Senado justifica-se, estamos votando um excelente projeto, esperado pela sociedade há tanto tempo, um trabalho feito pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

Todos os Senadores já votaram? Vou proceder à apuração. (Pausa)

(Procede-se à apuração.)



Senado Federal

VOTAÇÃO NOMINAL

§ 3º DO ART. 7º, SUBITEM 4.23, DO SUB. AO PLS 161, DE 1989 - COMPL.

Num. Sessão: 1
Data Sessão: 9/7/2003

Num. Votação: 3
Hora Sessão: 14:30:00

Abertura: 9/7/2003 16:40:45
Encerramento: 9/7/2003 16:44:38

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	SIM
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	SIM
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	SIM
PMDB	RO	AMIR LANDO	SIM
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	SIM
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	SIM
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	SIM
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	NÃO
PFL	BA	CESAR BORGES	SIM
Bloco-PT	MS	DELCIÓDIO AMARAL	SIM
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	SIM
Bloco-PTB	PA	DUCIOMAR COSTA	SIM
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	SIM
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	SIM
Bloco-PT	DF	EURÍPEDES CAMARGO	SIM
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	SIM
Bloco-PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	SIM
Bloco-PT	PR	FLAVIO ARNS	SIM
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	SIM
Bloco-PSB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	SIM
PMDB	ES	GERSON CAMATA	SIM
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	SIM
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	SIM
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	SIM
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	SIM
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	SIM
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	SIM
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	SIM
PPS	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	SIM
PFL	TO	JOÃO RIBEIRO	SIM
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	NÃO
PFL	SC	JORGE BORNAUSEN	SIM
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM
PFL	PE	JOSÉ JORGE	NÃO
PMDB	MS	JUVÉNCIO DA FONSECA	SIM
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	SIM
PMDB	PA	LUIZ OTAVIO	SIM
PMDB	PI	MÁO SANTA	SIM
PFL	PE	MARCO MACIEL	SIM
PPS	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	SIM
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	SIM
PDT	PR	OSMAR DIAS	SIM
PMDB	AP	PAPALEO PAES	SIM
PPS	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	SIM
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	SIM
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	SIM
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	SIM
PFL	SE	RENILDO SANTANA	SIM
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	SIM
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	SIM
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	SIM
PFL	SP	ROMEU TUMA	SIM
PFL	MA	ROSEANA SARNEY	SIM
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	SIM
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	SIM
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIAI	SIM

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	SIM
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	SIM
PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	SIM
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	SIM
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	SIM

Presidente: JOSÉ SARNEY

Votos SIM : 60
Votos NÃO : 03 **Total : 63**
Votos ABST. : 00

Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Votaram SIM 60 Senadores; NÃO 03.

Não houve abstenção.

Total: 63 votos.

O destaque foi rejeitado, aprovado o texto.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Destaque nº 3. Pede a votação em separado da expressão “nono”, contida no art. 10 do substitutivo do Projeto de Lei do Senado nº 161. Assinado pelo Senador Fernando Bezerra.

Com a palavra o autor para justificar seu pedido de destaque.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a razão do destaque e da emenda para que se reponha o art. 9º é no sentido de evitar a bitributação. O art. 9º do Decreto-Lei nº 406 fazia a separação clara entre os materiais e a prestação de serviços. Nesse sentido, já nos entendemos com o Relator, Senador Romero Jucá. Com o aperfeiçoamento feito por S. Exª no art. 7º, creio que atende o sentido de que seja tributado apenas a prestação de serviço. São minhas explicações, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Relator.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a posição do Relator é favorável ao destaque e, portanto, à supressão quando se fala do art. 9º no art. 10. O pare-

cer é para retirar a menção ao art. 9º. O voto é “não” porque o que está sendo votado é o art. 9º. Para se retirar o art. 9º, o voto é “não”, acompanhando a indicação do Senador Fernando Bezerra, que complementa o entendimento feito com a área de construção civil para não haver bitributação nessa matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O parecer é no sentido de aprovar o pedido de destaque e votar “não” para a supressão no texto da lei da expressão destacada.

As Sras e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação nominal.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, o PFL vota “não”.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, o Bloco vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – As Sras e os Srs. Senadores já podem votar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O PSDB vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – O PMDB vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – PSDB vota “não”, PFL vota “não”, PDT vota “não”, PMDB vota “não”.

As Sras e os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

Se todas as Sras e todos os Srs. Senadores já votaram vou proceder à apuração.

(Procede-se à apuração.)



Senado Federal

VOTAÇÃO NOMINAL¹¹

EXPRESSÃO "9º", ART. 10, SUB PLS 161/1989 - COMPL.

Num. Sessão: 1 Data Sessão: 9/7/2003 Num. Votação: 4 Hora Sessão: 14:30:00 Abertura: 9/7/2003 16:46:10 Encerramento: 9/7/2003 16:47:44

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	NÃO	Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	NÃO
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	NÃO	PMDB	RO	VALDIR RAUPP	NÃO
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	NÃO				
PMDB	RO	AMIR LANDO	NÃO				
Bloco-PT	PA	ANA JULIA CAREPA	NÃO				
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	NÃO				
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	NÃO				
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	NÃO				
PSDB	AM	ARTHUR VÍRGILIO	NÃO				
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	NÃO				
PFL	BA	CÉSAR BORGES	NÃO				
Bloco-PT	MS	DELCIÓDIO AMARAL	NÃO				
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	NÃO				
Bloco-PTB	PA	DUICOMAR COSTA	NÃO				
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPILCY	NÃO				
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	NÃO				
Bloco-PT	DF	EURÍPEDES CAMARGO	NÃO				
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	NÃO				
Bloco-PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	NÃO				
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	NÃO				
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	NÃO				
Bloco-PSB	AC	GERALDO MESQUITA JUNIOR	NÃO				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	NÃO				
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	NÃO				
PMDB	MG	HELIO COSTA	NÃO				
PFL	PI	HÉRACLITO FORTES	NÃO				
Bloco-PT	SC	IDEI SALVATTI	NÃO				
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	NÃO				
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	NÃO				
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	NÃO				
PFL	TO	JOÃO RIBEIRO	NÃO				
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	NÃO				
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	NÃO				
PFL	RN	JOSE AGRIPINO	NÃO				
PFL	PÉ	JOSÉ JORGE	NÃO				
PMDB	MS	JUVÉNCIO DA FONSECA	NÃO				
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	NÃO				
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	NÃO				
PMDB	PI	MÁO SANTA	NÃO				
PFL	PE	MARCO MACIEL	NÃO				
PPS	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	NÃO				
PDT	PR	OSMAR DIAS	NÃO				
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	NÃO				
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	NÃO				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	NÃO				
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	NÃO				
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	NÃO				
PFL	SE	RENILDO SANTANA	NÃO				
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	NÃO				
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	NÃO				
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	NÃO				
PFL	SP	ROMEU TUMA	NÃO				
PFL	MA	ROSEANA SARNEY	NÃO				
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	NÃO				
PSDB	PÉ	SÉRGIO GUERRA	NÃO				
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIAZI	NÃO				
Bloco-PT	AC	SIBA MACHADO	NÃO				
PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	NÃO				

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Votaram NÃO 60 Srs. Senadores.

Não houve abstenções.

Total: 60 votos.

Rejeitada a matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Destaque de autoria do Senador Romero Jucá, Relator, pedindo que sejam votadas em separado as expressões “de imagem”, “de expressão” e “de textos” “e demais direitos autorais e de personalidade”, contidas no subitem 3.03 da Lista de Serviços anexa ao substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 161.

Com a palavra o Relator, autor do destaque.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esse destaque coroa o entendimento realizado hoje, no Gabinete de V. Ex^a, na Presidência, com diversos artistas e empreendedores culturais, no sentido de não tributar com ISS (Imposto sobre Serviços) o direito de imagem, o direito autoral e uma série de questões ligadas à propriedade intelectual.

A posição do Relator é ajustar o termo da forma como foi feito o entendimento e por isso votamos para a retirada dessas expressões que constam no substitutivo. Portanto, a orientação de votação é “não” para a retirada dos textos mencionados.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O parecer do Relator é pela retirada dos textos, portanto, pela supressão. A orientação é “não”.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Governo encaminha o voto “não”.

Destaco a importância do Presidente da Casa, Senador José Sarney, que sempre teve muita sensibilidade quanto ao tema da cultura na construção deste acordo. A Senadora Roseana Sarney tem participado ativamente de todos os temas relacionados à cultura, assim como o Líder Renan Calheiros e o Senador Romero Jucá. Entendo que a cultura tem que ser tratada com excepcionalidade, portanto a autoria de uma obra não pode ser considerada como serviço e, sim, como renda.

Finalmente, destaco que o Governo continuará prestigiando o Senador Romero Jucá como Relator, não só pela competência, mas porque o Senador Arthur Virgílio está tendo uma recaída governista muito oportuna ao Senado e aos desafios que temos pela frente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – As Sras e os Srs. Senadores já podem votar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, nenhuma razão de oposição me faria votar contra a cultura brasileira. Portanto, em defesa dela, o PSDB recomenda o voto “não”, com o Relator e com o Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, o Bloco vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Legitimado por esse setor, agradeço a expressão sobre a cultura.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – O PFL vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – O PDT vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – O PTB vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – As Sras e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação nominal.)



Senado Federal

VOTAÇÃO NOMINAL

EXPRESSÃO "DE IMAGEM" SUBITEM 3.03, SUB PLS 161/1989-COMPL.

Num. Sessão: 1
 Data Sessão: 9/7/2003
 Num. Votação: 5
 Hora Sessão: 14:30:00
 Abertura: 9/7/2003 16:48:30
 Encerramento: 9/7/2003 16:51:06

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	NÃO				
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	NÃO				
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	NÃO				
PMDB	RO	AMIR LANDO	NÃO				
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	NÃO				
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	NÃO				
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	NÃO				
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	NÃO				
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	NÃO				
PFL	BA	CÉSAR BORGES	NÃO				
Bloco-PT	MS	DELCIÓDIO AMARAL	NÃO				
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	NÃO				
Bloco-PTB	PA	DUCIOMAR COSTA	NÃO				
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	NÃO				
Bloco-PT	DF	EURÍPEDES CAMARGO	NÃO				
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	NÃO				
Bloco-PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	NÃO				
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	NÃO				
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	NÃO				
Bloco-PSB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	NÃO				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	NÃO				
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	NÃO				
PMDB	MG	HELIO COSTA	NÃO				
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	NÃO				
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	NÃO				
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	NÃO				
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	NÃO				
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	NÃO				
PFL	TO	JOÃO RIBEIRO	NÃO				
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	NÃO				
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	NÃO				
PMDB	MS	JUVÉNCIO DA FONSECA	NÃO				
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	NÃO				
PMDB	PA	LUIZ OTAVIO	NÃO				
PMDB	PI	MÃO SANTA	NÃO				
PFL	PE	MARCO MACIEL	NÃO				
PPS	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	NÃO				
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	NÃO				
PDT	PR	OSMAR DIAS	NÃO				
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	NÃO				
PPS	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	NÃO				
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	NÃO				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	NÃO				
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	NÃO				
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	NÃO				
PFL	SE	RENILDO SANTANA	NÃO				
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	NÃO				
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	NÃO				
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	NÃO				
PFL	MA	ROSEANA SARNEY	NÃO				
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	NÃO				
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIAZI	NÃO				
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	NÃO				
PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	NÃO				
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	NÃO				
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	NÃO				

Presidente: JOSÉ SARNEY

Operador: HELIO FERREIRA LIMA

Emissão: 9/7/2003 16:51:07

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Votaram NÃO 56 Srs. Senadores.

Não houve abstenção.

Total: 56 votos.

Rejeitada.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Passa-se à apreciação do Destaque nº 05, para votação em separado do Subitem nº 10.02, do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 01 – A, de 1991.

Subscritor: Senador João Alberto.

Com a palavra o autor do requerimento de destaque, Senador João Alberto.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA). Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, o destaque refere-se a agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.

Nos termos do art. 153, inciso V, da Constituição Federal, compete à União Federal a instituição de impostos sobre operações relativas a títulos ou valores mobiliários.

Mas, Sr. Presidente, ouvi a palavra do Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, comprometendo-se, assim como quanto ao outro destaque que redigi, a manter um entendimento na execução, para que não se criem problemas à aprovação desse projeto.

Assim sendo, Sr. Presidente, solicito a retirada do meu destaque.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Senador João Alberto, peço a V. Ex^a que formalize a retirada do seu destaque – a Mesa levará até V. Ex^a o documento para esse fim.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a V. Ex^a a palavra pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, na votação imediatamente anterior, o meu voto é “não”, por favor.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Ata registrará a manifestação de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O Senador João Alberto Souza está assinando o requerimento no sentido de retirada dos dois destaques que apresentou. (Pausa.)

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 564, DE 2003

Requeiro, nos termos do art. 256, § 2º, inciso I, do Regimento interno, a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 557, de 2003.

Sala das Sessões, 9 de julho de 2003. – Senador **João Alberto Souza**.

REQUERIMENTO Nº 565, DE 2003

Requeiro, nos termos do art. 256, § 2º, inciso I, do Regimento interno, a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 558, de 2003.

Sala das Sessões, 9 de julho de 2003. – Senador **João Alberto Souza**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em votação os requerimentos.

As Sras e os Srs. Senadores que os aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Os destaques foram retirados.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Passa-se à apreciação do Destaque nº 7, de autoria do Senador Romero Jucá, para votação em separado da expressão “distribuição”, contida no Subitem nº 13.01, da Lista de Serviços, anexo ao Substitutivo.

Com a palavra o Relator, para justificar a exclusão da expressão “distribuição”.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR). Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a idéia é a inclusão da expressão “distribuição”, contida no texto da Câmara. Ou seja, incluiremos a palavra “distribuição” exatamente para resolver o problema da distribuição de filmes, vídeos e CDs, que, com a retirada desse termo, poderia ser tributada pelo ICMS, o que geraria um prejuízo muito grande.

Então, a proposta é votar “sim”, recuperando, do texto da Câmara, a palavra “distribuição”, que havia saído no meu substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – V. Ex^a recomenda a manutenção da expressão no substitutivo do Senado?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, desejo incluir a palavra “distribuição” no substitutivo do Senado, oriunda do texto da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Então, o voto será “sim” para a inclusão da expressão “distribuição”.

Os Srs. Senadores que aprovarem votarão “sim”.

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – O Bloco recomenda o voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPIINO (PFL – RN) – O PFL
vota “sim”, Sr. Presidente.

(Procede-se à votação nominal.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O
PSDB recomenda o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Todos os
Srs. Senadores já votaram?

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – O
PDT orienta o voto “sim”.

Vamos proceder à apuração.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB –
RN) – O PTB orienta o voto “sim”.

(Procede-se à apuração)



Senado Federal

VOTAÇÃO NÔMINAL

DISPOSITIVOS DE PARECER CONTRÁRIO, SUB. AO PLS 161, DE 1989 - COMPL.

Num. Sessão: 1 Num. Votação: 9 Abertura: 9/7/2003 17:04:10
Data Sessão: 9/7/2003 Hora Sessão: 14:30:00 Encerramento: 9/7/2003 17:05:50

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	NÃO				
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	NÃO				
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	NÃO				
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	NÃO				
PFL	BA	ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	NÃO				
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	NÃO				
PSDB	AM	ARTHUR VIRGILIO	NÃO				
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	NÃO				
PFL	BA	CESAR BORGES	NÃO				
Bloco-PT	MG	DELCIODIO AMARAL	NÃO				
Bloco-PTB	PA	DUCIOMAR COSTA	NÃO				
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPlicy	NÃO				
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	NÃO				
Bloco-PT	DF	EURÍPEDES CAMARGO	NÃO				
Bloco-PT	RO	FATIMA CLEIDE	NÃO				
Bloco-PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	NÃO				
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	NÃO				
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	NÃO				
Bloco-PSB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	NÃO				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	NÃO				
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	NÃO				
PNDB	MG	HÉLIO COSTA	NÃO				
PFL	PI	HERACLITO FORTES	NÃO				
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	NÃO				
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	NÃO				
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	NÃO				
PPS	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	NÃO				
PFL	TO	JOÃO RIBEIRO	NÃO				
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	NÃO				
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	NÃO				
PFL	RN	JOSÉ AGRIPIINO	NÃO				
PFL	PE	JOSÉ JORGE	NÃO				
PMDB	MS	JUVÉNCIO DA FONSECA	NÃO				
PMDB	PI	MÁO SANTA	NÃO				
PPS	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	NÃO				
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	NÃO				
PDT	PR	OSMAR DIAS	NÃO				
PMDB	AP	PAPALEO PAES	NÃO				
PPS	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	NÃO				
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	NÃO				
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	NÃO				
PFL	SE	RENILDO SANTANA	NÃO				
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	NÃO				
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	NÃO				
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	NÃO				
PFL	SP	ROMEO TUMA	NÃO				
PFL	MA	ROSEANA SARNEY	NÃO				
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	NÃO				
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	NÃO				
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIAÍ	NÃO				
Bloco-PT	MT	SERYS SLEHESARENKO	NÃO				
Bloco-PT	AC	SIBA MACHADO	NÃO				
PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	NÃO				
Bloco PT	AC	TIÃO VIANA	NÃO				
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	NÃO				

Presidente: JOSE SARNEY

Orcador: HÉLIO FERREIRA LIMA

Emissão: 9/7/2003 17:05:52

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Votaram SIM 59 Srs. Senadores; e Não 1 Sr. Senador.

Não houve abstenção.

Total: 60 votos.

Foi incluída a expressão “distribuição”, na forma requerida no parecer do Relator.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Passa-se à apreciação das matérias destacadas pelos Requerimentos nºs 560 e 561, de autoria do Senador Leonel Pavan, a quem concedo a palavra.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a retirada dos meus destaques porque o Relator apresentou um similar. Em homenagem ao Senador Romero Jucá, Relator, solicito a retirada dos meus destaques.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Mesa aguardará a formalização do pedido de retirada dos dois destaques apresentados por V. Exª. (Pausa.)

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 566, de 2003

Requeiro, nos termos do art. 256, § 2º, inciso I, do Regimento Interno, a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 560, de 2003.

Sala das Sessões, 9 de julho de 2003. – Senador **Leonel Pavan**.

REQUERIMENTO Nº 567, DE 2003

Requeiro, nos termos do art. 256, § 2º, inciso II, do Regimento Interno, a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 561, de 2003.

Sala das Sessões, 9 de julho de 2003. – Senador **Leonel Pavan**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em votação os requerimentos de retirada dos Destaques referentes aos Requerimentos nºs 560 e 561.

As Sras e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Passa-se à apreciação da matéria destacada pelo Requerimento nº 562. Relator e autor: Senador Romero Jucá, que pede a votação em separado das expressões “gráfico” e “impressão gráfica”, contidas no item nº 13 e no subitem 13.05 da lista de serviços 13.5 ao substitutivo da Câmara do Projeto de Lei do Senado nº 161.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, o objetivo do pedido de destaque é exatamente retirar do texto do substitutivo do Senado a expressão “gráfico” e “impressão gráfica”, o que vem fechar e coroar o entendimento com toda a indústria gráfica brasileira. Dessa forma, pela primeira vez, teremos definido o que é Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Imposto sobre Prestação de Serviços. Não haverá mais essa zona cinzenta que, efetivamente, tem apenado a indústria nacional. Portanto, pretende-se retirar os dois termos e a votação é “não”, a fim de que os termos sejam retirados.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Como se trata de retirada da expressão, a votação será “não”.

As Sras e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação nominal.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, o PFL vota “não”.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, o PSDB vota “não”.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AP) – Sr. Presidente, o PDT vota “não”.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, o Bloco vota “não”.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, o PMDB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – As Sras e os Srs. Senadores já votaram? (Pausa.)

Vou proceder à apuração.

(Procede-se à apuração.)



Senado Federal

VOTAÇÃO NOMINAL

EXPRESSÃO "SETOR GRÁFICO EM GERAL" ITEM 13, SUB PLS 161/1989-COMPL.

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 9/7/2003Num.Votação: 7
Hora Sessão: 14:30:00Abertura: 9/7/2003 16:59:16
Encerramento: 9/7/2003 17:00:51

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	NÃO
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	NÃO
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	NÃO
PMDB	RO	AMIR LANDO	NÃO
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	NÃO
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	NÃO
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	NÃO
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	NÃO
PFL	BA	CÉSAR BORGES	NÃO
Bloco-PT	MS	DELCIÓDIO AMARAL	NÃO
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	NÃO
Bloco-PTB	PA	DUCIOMAR COSTA	NÃO
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	NÃO
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	NÃO
Bloco-PT	RO	FATIMA CLEIDE	NÃO
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	NÃO
Bloco-PSB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	NÃO
PMDB	ES	GERSON CAMATA	NÃO
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	NÃO
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	NÃO
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	NÃO
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	NÃO
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	NÃO
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	NÃO
PPS	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	NÃO
PFL	TO	JOÃO RIBEIRO	NÃO
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	NÃO
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	NÃO
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	NÃO
PFL	PE	JOSE JORGE	NÃO
PMDB	MS	JUVÉNCIO DA FONSECA	NÃO
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	NÃO
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	NÃO
PMDB	PI	MÃO SANTA	NÃO
PFL	PE	MARCO MACIEL	NÃO
PPS	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	NÃO
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	NÃO
PDT	PR	OSMAR DIAS	NÃO
PMDB	AP	PAPALEO PAES	NÃO
PPS	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	NÃO
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	NÃO
PMDB	RS	PEDRO SIMON	NÃO
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	NÃO
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	NÃO
PFL	SE	RENILDO SANTANA	NÃO
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	NÃO
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	NÃO
PMDB	RR	ROMERO JUCA	NÃO
PFL	SP	ROMEU TUMA	NÃO
PFL	MA	ROSEANA SARNEY	NÃO
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	NÃO
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	NÃO
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIAI	NÃO
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	NÃO
PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	NÃO
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	NÃO

Votos SIM : 00
Votos NÃO : 56 Total : 56
Votos ABST. : 00

Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Votaram NÃO 56 Srs. Senadores.

Não houve voto favorável.

Não houve abstenção.

As expressões foram excluídas do texto.

A Presidência constata que a Lista de Votação está epigrafada com a expressão “setor gráfico em geral”, quando o correto é “gráfico” e “impressão gráfica”, contida no item 13 e no subitem 13.05 da lista de serviços ao substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 161, de 1989 – Complementar.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar o meu voto “não”.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, na votação anterior, deveria ser o voto “sim” e votei “não” por equívoco de digitação. Eu gostaria que fosse corrigido esse voto.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Ata registrará as manifestações de V. Ex^{as}s, e pede a Mesa desculpas, porque o painel está se comportando hoje com muita deficiência.

A SRA. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar o meu voto “não”.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, na votação anterior eu gostaria de registrar o meu voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Mesa registrará as manifestações de V. Ex^as.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, a Mesa não registrou meu voto.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Qual seria o voto de V. Ex^a para a Ata anotá-lo?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Voto “não”.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar o meu voto nesta votação: “não”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Mesa registrará as manifestações de V. Ex^{as}.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em votação o último destaque, referente ao Requerimento nº 563, do Senador Romero Jucá, que pede a votação em separado da expressão “de seguro desemprego e de loterias”, da lista 15.01 de serviços, anexa ao substitutivo.

Concedo a palavra ao Relator.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, essa solicitação é fruto de entendimento com o Governo no sentido de não penalizar o seguro desemprego e a própria loteria, que são, de certa forma, encaminhados pela Caixa Econômica Federal. Então, a posição é retirar do texto do Substitutivo do Senado o termo “de seguro desemprego e de loterias”. Portanto, o voto é “não”, retirando do texto a expressão votada.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – As Sras e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação nominal.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O PSDB vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – O Bloco vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS) – Sr. Presidente, o PTB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Comunico ao Plenário que, embora este seja o último destaque, haverá mais três votações nominais em seguida.

Procederei à apuração. (Pausa.)

Senadora Lúcia Vânia, infelizmente a Mesa já vai proclamar o resultado, mas a Ata registrará a posição de V. Ex^a.

(Procede-se à apuração.)



Senado Federal

VOTAÇÃO NOMINAL[#]

EXPRESSÃO "DE SEGURO DESEMPREGO..." SUBITEM 15.01, SUB PLS161/89-COMP

Num.Sessão: 1 Data Sessão: 9/7/2003 Num.Votação: 8 Hora Sessão: 14:30:00 Abertura: 9/7/2003 17:02:55 Encerramento: 9/7/2003 17:03:48

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	NÃO				
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	NÃO				
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	NÃO				
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	NÃO				
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	NÃO				
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	NÃO				
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	NÃO				
PSDB	AM	ARTHUR VIRGILIO	NÃO				
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	NÃO				
PFL	BA	CÉSAR BORGES	NÃO				
Bloco-PT	MS	DELcídio AMARAL	NÃO				
Bloco-PTB	PA	DUICIOMAR COSTA	NÃO				
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	NÃO				
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	NÃO				
Bloco-PT	DF	EURÍPEDES CAMARGO	SIM				
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	NÃO				
Bloco-PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	NÃO				
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	NÃO				
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	NÃO				
Bloco-PSB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	NÃO				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	NÃO				
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	NÃO				
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	NÃO				
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	NÃO				
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	NÃO				
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	NÃO				
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	NÃO				
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	NÃO				
PFL	TO	JOÃO RIBEIRO	NÃO				
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	NÃO				
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	NÃO				
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	NÃO				
PFL	PE	JOSÉ JORGE	NÃO				
PMDB	MS	JUVÉNCIO DA FONSECA	NÃO				
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	NÃO				
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	NÃO				
PMDB	PI	MÁO SANTA	NÃO				
PFL	PE	MARCO MACIEL	NÃO				
PPS	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	NÃO				
PDT	PR	OSMAR DIAS	NÃO				
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	NÃO				
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	NÃO				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	NÃO				
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	NÃO				
PFL	SE	RENILDO SANTANA	NÃO				
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	NÃO				
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	NÃO				
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	NÃO				
PFL	SP	ROMEU TUMA	NÃO				
PFL	MA	ROSEANA SARNEY	NÃO				
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	NÃO				
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	NÃO				
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIAI	NÃO				
Bloco-PT	AC	SIBA MACHADO	NÃO				
PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	NÃO				
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	NÃO				
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	NÃO				

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Votou SIM 1 Sr. Senador; e votaram NÃO 56.

Não houve abstenções.

Total de votos: 57.

A expressão será retirada do projeto.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Votação, em globo, dos dispositivos do substitutivo da Câmara dos Deputados, com parecer contrário.

As Sr^{as}s e os Srs. Senadores já podem votar.

Pergunto ao Relator se deseja orientar as Bancadas. (Pausa.)

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, o meu voto, na votação anterior, é “não”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Ata registrará o voto de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Votação, em globo, dos dispositivos do substitutivo da Câmara dos Deputados, com parecer contrário, do Senador Romero Jucá, a quem concedo a palavra.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, o parecer contrário é para rejeitar essa parte do substitutivo da Câmara dos Deputados.

Portanto, o voto é “não”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Voto “não”.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, o PMDB vota “não”.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, o Bloco vota “não”.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, o PSDB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O PSDB vota “não”.

Como vota o Líder do PTB?

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Sr. Presidente, voto “não”.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO NOMINAL

DISPOSITIVOS DE PARECER CONTRÁRIO, SUB. AO PLS 161, DE 1989 - COMPL.

Num. Sessão: 1
Data Sessão: 9/7/2003 Num. Votação: 9
Hora Sessão: 14:30:00 Abertura: 9/7/2003 17:04:10
Encerramento: 9/7/2003 17:05:50

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	NÃO
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	NÃO
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	NÃO
Bloco-PT	PA	ANA JULIA CAREPA	NÃO
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	NÃO
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	NÃO
PSDB	AM	ARTHUR VIRGILIO	NÃO
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	NÃO
PFL	BA	CÉSAR BORGES	NÃO
Bloco-PT	MS	DELCIÓDIO AMARAL	NÃO
Bloco-PTB	PA	DUOCIMAR COSTA	NÃO
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPÍCIC	NÃO
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	NÃO
Bloco-PT	DF	EURÍPEDES CAMARGO	NÃO
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	NÃO
Bloco-PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	NÃO
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	NÃO
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	NÃO
Bloco-PSB	AC	GERALDO MESQUITA JUNIOR	NÃO
PMDB	ES	GERSON CAMATA	NÃO
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	NÃO
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	NÃO
PFL	PI	HERACLITO FORTES	NÃO
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	NÃO
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	NÃO
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	NÃO
PPS	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	NÃO
PFL	TO	JOÃO RIBEIRO	NÃO
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	NÃO
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	NÃO
PFL	RN	JOSE AGRIPINO	NÃO
PFL	PE	JOSE JORGE	NÃO
PMDB	MS	JUVÉNCIO DA FONSECA	NÃO
PMDB	P	MÁO SANTA	NÃO
PPS	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	NÃO
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	NÃO
PDT	PR	OSMAR DIAS	NÃO
PMDB	AP	PAPALEO PAES	NÃO
PPS	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	NÃO
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	NÃO
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	NÃO
PFL	SE	RENILDO SANTANA	NÃO
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	NÃO
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	NÃO
PMDB	RR	ROMERO JUÇÁ	NÃO
PFL	SP	ROMEU TUMA	NÃO
PFL	MA	ROSEANA SARNEY	NÃO
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	NÃO
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	NÃO
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIAI	NÃO
Bloco-PT	MT	SERYS SCHESSARENKO	NÃO
Bloco-PT	AC	SIBA MACHADO	NÃO
PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	NÃO
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	NÃO
PMDB	RO	VALDIR RAUAPP	NÃO

Votos SIM : 00
Votos NÃO : 55 Total : 55
Votos ABST. : 00

Assinatura
Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Votaram
Não 55 Srs. Senadores.

Não houve abstenção.

A matéria foi rejeitada.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Senador Pedro Simon, qual o seu voto para a Ata registrá-lo?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, voto “não”.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Ata registrará as manifestações de V. Ex^{as}s.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final da matéria, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 727, DE 2003

(Comissão Diretora)

Redação final do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 161, de 1989 – Complementar (nº 1-A, de 1991 – Complementar, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 161, de 1989 – Complementar (nº 1-A, de 1991 – Complementar, na Câmara dos Deputados), que define os serviços de qualquer natureza sujeitos ao imposto de competência dos Municípios, previsto no inciso IV do art. 156 da Constituição, e estabelece suas alíquotas máximas, consolidando as alterações propostas pelo relator e aprovadas pelo Plenário e promovendo adequações redacionais necessárias à compatibilização do texto.

Sala de Reuniões da Comissão, 9 de julho de 2003. – **José Sarney**, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator – **Eduardo Siqueira Campos** – **Heráclito Fortes** – **Paulo Paim**.

ANEXO AO PARECER Nº 727, DE 2003

Dispõe sobre o Imposto sobre serviços de qualquer natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Imposto sobre serviços de qualquer natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, tem como fato gerador a prestação de serviços constantes da lista anexa, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

§ 1º O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

§ 2º Ressalvadas as exceções expressas na lista anexa, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

§ 3º O imposto de que trata esta Lei Complementar incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

§ 4º A incidência do imposto não depende da denominação dada ao serviço prestado.

Art. 2º O imposto não incide sobre:

I – as exportações de serviços para o exterior do País;

II – a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;

III – o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

Parágrafo único. Não se enquadram no disposto no inciso I os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

Art. 3º O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXII, quando o imposto será devido no local:

I – do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 1º do art. 1º desta Lei Complementar;

II – da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 da lista anexa;

III – da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da lista anexa;

IV – da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista anexa;

V – das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista anexa;

VI – da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista anexa;

VII – da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista anexa;

VIII – da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista anexa;

IX – do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista anexa;

X – da execução dos serviços de saneamento ambiental, purificação, tratamento, esgotamento sanitário e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.14 da lista anexa;

XI – do tratamento e purificação de água, no caso dos serviços descritos no subitem 7.15 da lista anexa;

XII – do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da lista anexa;

XIII – da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da lista anexa;

XIV – da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da lista anexa;

XV – onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista anexa;

XVI – dos bens ou do domicílio das pessoas vi-giadas, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa;

XVII – do armazenamento, depósito, carga, des-carga, arrumação e guarda do bem, no caso dos ser-viços descritos no subitem 11.04 da lista anexa;

XVIII – da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos ser-viços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista anexa;

XIX – do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo su-bitem 16.01 da lista anexa;

XX – do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista anexa;

XXI – da feira, exposição, congresso ou congê-neres a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 da lista anexa;

XXII – do porto, aeroporto, ferroporto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos ser-viços descritos pelo item 20 da lista anexa.

§ 1º No caso dos serviços a que se refere o subi-tem 3.04 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de ferrovia, rodovia, pos-tes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direi-to de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

§ 2º No caso dos serviços a que se refere o subi-tem 22.01 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de rodovia explorada.

§ 3º Considera-se ocorrido o fato gerador do im-posto no local do estabelecimento prestador nos ser-viços executados em águas marítimas, excetuados os serviços descritos no subitem 20.01.

Art. 4º Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

Art. 5º Contribuinte é o prestador do serviço.

Art. 6º Os Municípios e o Distrito Federal, medi-ante lei, poderão atribuir de modo expresso a respon-

sabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação, inclusive no que se refere à multa e aos acréscimos legais.

§ 1º Os responsáveis a que se refere este artigo estão obrigados ao recolhimento integral do imposto devido, multa e acréscimos legais, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no **caput** e no § 1º deste artigo, são responsáveis:

I – o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;

II – a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.05, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.14, 7.15, 7.16, 7.17, 7.19, 11.02, 17.05 e 17.10 da lista anexa.

Art. 7º A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.

§ 1º Quando os serviços descritos pelo subitem 3.04 da lista anexa forem prestados no território de mais de um Município, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, à extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza, ou ao número de postes, existentes em cada Município.

§ 2º Não se incluem na base de cálculo do imposto sobre serviços de qualquer natureza:

I – o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos nos itens 7.02 e 7.05 da lista de serviços anexa a esta Lei;

II – o valor de sub-empreitadas sujeitas ao imposto sobre serviços de qualquer natureza.

§ 3º Na prestação dos serviços a que se referem os subitens 4.22 e 4.23 da lista anexa, quando operados por cooperativas, deduzir-se-ão da base de cálculo os valores despendidos com terceiros pela prestação de serviços de hospitais, laboratórios, clínicas, medicamentos, médicos, odontólogos e demais profissionais de saúde.

Art. 8º As alíquotas máximas do imposto sobre serviços de qualquer natureza são as seguintes:

I – jogos e diversões públicas, exceto cinema, 10% (dez por cento);

II – demais serviços, 5% (cinco por cento).

Art. 9º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Ficam revogados os arts. 8º, 10º, 11º e 12º do Decreto-Lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968; os incisos III, IV, V e VII do art. 30 do Decreto-Lei nº 834, de 8 de setembro de 1969; a Lei Complementar nº 22, de 9 de dezembro de 1974; a Lei nº 7.192, de 5 de junho de 1984; a Lei Complementar nº 56, de 15 de dezembro de 1987; e a Lei Complementar nº 100, de 22 de dezembro de 1999.

Lista de serviços anexa à Lei complementar

1 – Serviços de informática e congêneres.

1.01 – Análise e desenvolvimento de sistemas.

1.02 – Programação.

1.03 – Processamento de dados e congêneres.

1.04 – Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.

1.05 – Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.

1.06 – Assessoria e consultaria em informática.

1.07 – Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.

1.08 – Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.

2 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

2.01 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

3 – Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.

3.01 – Locação de bens móveis.

3.02 – Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.

3.03 – Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.

3.04 – Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.

3.05 – Cessão de andaiques, palcos, coberturas e outras estruturas de uso

temporário.

4 – Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.

4.01 – Medicina e biomedicina.

4.02 – Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.

4.03 – Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.

4.04 – Instrumentação cirúrgica.

4.05 – Acupuntura.

4.06 – Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.

4.07 – Serviços farmacêuticos.

4.08 – Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.

4.09 – Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.

4.10 – Nutrição.

4.11 – Obstetrícia.

4.12 – Odontologia.

4.13 – Ortopédica.

4.14 – Próteses sob encomenda.

4.15 – Psicanálise.

4.16 – Psicologia.

4.17 - Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.

4.18 – Inseminação artificial, fertilização **in vitro** e congêneres.

4.19 – Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.

4.20 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.

4.21 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.

4.22 – Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.

4.23 – Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.

5 – Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.

5.01 – Medicina veterinária e zootecnia.

5.02 – Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.

5.03 – Laboratórios de análise na área veterinária.

5.04 – Inseminação artificial, fertilização **in vitro** e congêneres.

5.05 – Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.

5.06 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.

5.07 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.

5.08 – Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.

5.09 – Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.

6 – Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.

6.01 – Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.

6.02 – Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.

6.03 – Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.

6.04 – Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.

6.05 – Centros de emagrecimento, **spa** e congêneres.

7 – Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.

7.01 – Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.

7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

7.03 – Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.

7.04 – Demolição.

7.05 – Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

7.06 – Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede,

vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.

7.07 – Recuperação, raspagem, polimento e ilustração de pisos e congêneres.

7.08 – Calafetação.

7.09 – Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.

7.10 – Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.

7.11 – Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.

7.12 – Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.

7.13 – Dedezação, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.

7.14 – Saneamento ambiental, inclusive purificação, tratamento, esgotamento sanitário e congêneres.

7.15 – Tratamento e purificação de água.

7.16 – Florestamento, reflorestamento, sementeira, adubação e congêneres.

7.17 – Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.

7.18 – Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.

7.19 – Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.

7.20 – Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.

7.21 – Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretação, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.

7.22 – Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.

8 – Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.

8.01 – Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.

8.02 – Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.

9 – Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.

9.01 – Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, **apart-service** condominiais, **flat**, apart-hóteis, hotéis residência, **residence-service**, **suite service**, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).

9.02 – Agenciamento, organização, promoção intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.

9.03 – Guias de turismo.

10 – Serviços de intermediação e congêneres.

10.01 – agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.

10.02 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.

10.03 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.

10.04 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (**leasing**), de franquia (**franchising**) e de faturização (**factoring**).

10.05 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.

10.06 – agenciamento marítimo.

10.07 – Agenciamento de notícias.

10.08 – Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.

10.09 – Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.

10.10 – Distribuição de bens de terceiros.

11 – Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.

11.01 – Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.

11.02 – Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.

11.03 – Escolta, inclusive de veículos e cargas.

11.04 – Armazenamento, depósito, carga, des-carga, arrumação e guarda de bens de qualquer es-pécie.

12 – Serviços de diversões, lazer, entretenimen-to e congêneres.

12.01 – Espetáculos teatrais.

12.02 – Exibições cinematográficas.

12.03 – Espetáculos circenses.

12.04 – Programas de auditório.

12.05 – Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.

12.06 – Boates, **taxi-dancing** e congêneres.

12.07 – **Shows, ballet**, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

12.08 – Feiras, exposições, congressos e con-gêneres.

12.09 – Bilhares, boliches e diversões eletrôni-cas ou não.

12.10 – Corridas e competições de animais.

12.11 – Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do es-petador.

12.12 – Execução de música.

12.13 – Produção, mediante ou sem encomen-da prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, *shows, ballet*, danças, desfiles, bailes, teatros, ópe-ras, concertos, recitais, festivais e congêneres.

12.14 – Fornecimento de música para ambien-tes fechados ou não, mediante transmissão por qual-quer processo.

12.15 – Desfiles de blocos carnavalescos ou fol-clóricos, trios elétricos e congêneres.

12.16 – Exibição de filmes, entrevistas, musica-is, espetáculos, *shows*, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.

12.17 – Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.

13 – Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.

13.01 – Produção, gravação, edição, legendagem e distribuição de filmes, videotapes, discos, fitas casse-te, *compact disc, digital video disc* e congêneres.

13.02 – Fonografia ou gravação de sons, inclusi-ve trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.

13.03 – Fotografia e cinernatografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.

13.04 – Reprografia, microfilmagem e digitalização.

13.05 – Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia, fotolitografia.

14 – Serviços relativos a bens de terceiros.

14.01 – Lubrificação, limpeza, ilustração, revi-são, carga e recarga, conserto, restauração, blinda-gem, manutenção e conservação de máquinas, veí-culos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empre-gadas, que ficam sujeitas ao JCMS).

14.02 – Assistência Técnica.

14.03 – Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

14.04 – Recauchutagem ou regeneração de pneus.

14.05 – Restauração, recondicionamento, acon-dicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, se-cagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congê-neres, de objetos quaisquer.

14.06 – Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem in-dustrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.

14.07 – Colocação de molduras e congêneres.

14.08 – Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.

14.09 – Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.

14.10 – Tinturaria e lavanderia.

14.11 – Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.

14.12 – Funilaria e lanternagem.

14.13 – Carpintaria e serralheria.

15. Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por institui-ções financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.

15.01 – Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêñe-res, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres. 15.02 – Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no ex-terior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.

15.03 – Locação e manutenção de cofres parti-culares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.

15.04 – Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.

15.05 – Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclu-são no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.

15.06 – Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.

15.07 – Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.

15.08 – Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.

15.09 – Arrendamento mercantil (*leasing*) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (*leasing*).

15.10 – Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou camês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.

15.11 – Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.

15.12 – Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.

15.13 – Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.

15.14 – Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.

15.15 – Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive de-

pósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.

15.16 – Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.

15.17 – emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.

15.18 – Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.

16 – Serviços de transporte de natureza municipal.

16.01 – Serviços de transporte de natureza municipal.

17 – Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.

17.01 – Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.

17.02 – Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.

17.03 – Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.

17.04 – Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.

17.05 – Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.

17.06 – Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.

17.07 – Veiculação e divulgação de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, por qualquer meio.

17.08 – Franquia (**franchising**).

17.09 – Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.

17.10 – Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.

17.11 – organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).

17.12 – Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.

17.13 – Leilão e congêneres.

17.14 – Advocacia.

17.15 – Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.

17.16 – Auditoria.

17.17 – Análise de Organização e Métodos.

17.18 – Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.

17.19 – Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.

17.20 – Consultoria e assessoria econômica ou financeira.

17.21 – Estatística.

17.22 – Cobrança em geral.

17.23 – Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (**factoring**).

17.24 – Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.

18 – Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

18.01 – Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

19 – Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

19.01 – Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

20 – Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.

20.01 – Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, servi-

ços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.

20.02 – Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.

20.03 – Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.

21 – Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

21.01 – Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

22 – Serviços de exploração de rodovia.

22.01 – Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.

23 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

23.01 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

24 – Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, **banners**, adesivos e congêneres.

24.01 – Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, **banners**, adesivos e congêneres.

25 – Serviços funerários.

25.01 – Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifos; aluguel de capela; transporte do corpo cadáverico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.

25.02 – Cremação de corpos e partes de corpos cadávericos.

25.03 – Planos ou convênio funerários.

25.04 – Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.

26 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; **courier** e congêneres.

26.01 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou

valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; **courrier** e congêneres.

27 – Serviços de assistência social.

27.01 – Serviços de assistência social.

28 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

28.01 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

29 – Serviços de biblioteconomia.

29.01 – Serviços de biblioteconomia.

30 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.

30.01 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.

31 – Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

31.01 – Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

32 – Serviços de desenhos técnicos.

32.01 – Serviços de desenhos técnicos.

33 – Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

33.01 – Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

34 – Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

34.01 – Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

35 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

35.01 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

36 – Serviços de meteorologia.

36.01 – Serviços de meteorologia.

37 – Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

37.01 – Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

38 – Serviços de museologia.

38.01 – Serviços de museologia.

39 – Serviços de ourivesaria e lapidação.

39.01 – Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).

40 – Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.

40.01 – Obras de arte sob encomenda.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em discussão a redação final. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

A matéria foi aprovada e vai à sanção.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Desejo ressaltar que a Casa acaba de votar projeto da maior importância e do maior interesse público.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – **Item 2:**

MENSAGEM Nº 70, DE 2003

Escolha de Chefe de Missão Diplomática
(Votação secreta)

Mensagem nº 70, de 2003 (nº 102/2003, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Marcelo Andrade de Moraes Jardim*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Polônia.

O Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma, procederá à leitura do parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Lê parecer.

PARECER Nº 728, DE 2003-CRE

A indicação do nome do Sr. *Marcelo Andrade de Moraes Jardim*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Polônia, obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O parecer é favorável.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 6 de maio de 1998, e nos termos do disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto, em sessão pública.

A Presidência determina à Secretaria-Geral da Mesa que prepare o computador de votação. (Pausa)

As Sras e Srs. Senadores já podem votar.

Encerrou-se a outra matéria, com a seqüência de votos “não”. Agora temos outro tipo de votação.

(Procede-se à votação nominal e secreta.)

VOTAÇÃO SECRETA

MENSAGEM N° 70, DE 2003 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

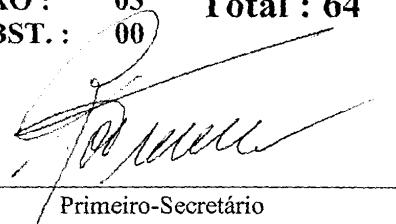
O Sr. MARCELO ANDRADE DE MORAES JARDIM, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DA POLÔNIA

Num. Sessão: 1
Data Sessão: 9/7/2003 Num. Votação: 10
Hora Sessão: 14:30:00 Abertura: 9/7/2003 17:07:16
Encerramento: 9/7/2003 17:09:26

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	Votou	PFL	MA	ROSEANA SARNEY	Votou
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	Votou	PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou	Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIAIS	Votou
PMDB	RO	AMIR LANDO	Votou	Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou	Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	Votou	PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	Votou
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou	Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou	PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGILIO	Votou				
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou				
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou				
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	Votou				
Bloco-PTB	PA	DUCIOMAR COSTA	Votou				
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou				
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	Votou				
Bloco-PT	DF	EURÍPEDES CAMARGO	Votou				
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou				
Bloco-PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou				
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou				
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou				
Bloco-PSB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou				
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou				
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	Votou				
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou				
Bloco-PT	SC	IDELE SALVATTI	Votou				
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	Votou				
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	Votou				
PPS	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	Votou				
PFL	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou				
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou				
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	Votou				
PFL	RN	JOSÉ AGRIPIÑO	Votou				
PFL	PE	JOSÉ JORGE	Votou				
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou				
PMDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou				
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou				
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou				
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou				
PMDB	PI	MÃO SANTA	Votou				
PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou				
PPS	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou				
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou				
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou				
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou				
PPS	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	Votou				
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou				
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou				
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	Votou				
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou				
PFL	SE	RENILDO SANTANA	Votou				
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou				
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou				
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou				
PFL	SP	ROMEO TUMA	Votou				

Presidente: JOSÉ SARNEY

Votos SIM : 61
Votos NÃO : 03
Votos ABST. : 00 Total : 64


Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Votaram SIM 61 Srs. Senadores e NÃO 3.

Não houve abstenção.

Total: 64 votos.

A indicação do nome do Sr. *Marcelo Andrade de Moraes Jardim* foi aprovada e será feita a comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – **Item 3:**

MENSAGEM Nº 110, DE 2003

Escolha de Chefe de Missão Diplomática
(Votação secreta)

Mensagem nº 110, de 2003 (nº 216/2003, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Carlos Augusto Rego dos Santos Neves*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República do Cazaquistão, obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

O Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma, procederá à leitura do parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Lê parecer.

PARECER Nº 729, DE 2003-CRE

A indicação do nome do Sr. *Carlos Augusto Rego dos Santos Neves*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República do Cazaquistão, obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O parecer é favorável.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir a matéria, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 6 de maio de 1998, e nos termos do disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto, em sessão pública.

A Presidência determina à Secretaria-Geral da Mesa que prepare o computador de votação. (Pausa)

As Sr's e os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa)

(Procede-se à votação nominal e secreta.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Se todos os Srs. Senadores e Sr's Senadoras já votaram, procederei à apuração. (Pausa.)

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO SECRETA

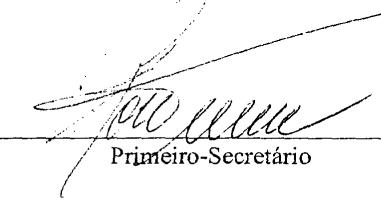
MENSAGEM N° 110, DE 2003 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

O Sr. CARLOS AUGUSTO REGO SANTOS NEVES, PARA, CUMULATIVAMENTE COM O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À FEDERAÇÃO DA RÚSSIA, EXERCER O DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DO CAZAQUISTÃO

Nºum.Sessão: 1
Data Sessão: 9/7/2003
Nºun. Votação: 11
Hora Sessão: 14:30:00
Abertura: 9/7/2003 17:09:43
Encerramento: 9/7/2003 17:11:32

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	Votou	PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	Votou				
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou				
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou				
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou				
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou				
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou				
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou				
Bloco-PT	MS	DELcíDIO AMARAL	Votou				
Bloco-PTB	PA	DECIMAR COSTA	Votou				
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	Votou				
Bloco-PT	DF	EURÍPEDES CAMARGO	Votou				
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou				
Bloco-PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou				
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou				
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou				
Bloco-PSB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou				
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou				
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	Votou				
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou				
Bloco-PT	SC	IDÉLI SALVATTI	Votou				
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	Votou				
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	Votou				
PPS	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	Votou				
PFL	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou				
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou				
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou				
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou				
PMDB	MS	JUVÉNCIO DA FONSECA	Votou				
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou				
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou				
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou				
PMDB	PI	MÃO SANTA	Votou				
PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou				
PPS	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou				
PMDB	PB	NEY SUASSUÑA	Votou				
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou				
PMDB	AP	PAPALEÓ PAES	Votou				
PPS	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	Votou				
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou				
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou				
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	Votou				
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou				
PFL	SE	RENILDO SANTANA	Votou				
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou				
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou				
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou				
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	Votou				
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou				
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIAZI	Votou				
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou				
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou				
PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	Votou				
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou				

Votos SIM : 52
Votos NÃO : 05
Votos ABST. : 00 Total : 57



Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Votaram SIM 52 Srs. Senadores e NÃO 5.

Não houve abstenção.

Total: 57 votos.

A indicação do nome do Sr. *Carlos Augusto Rego Santos Neves* foi aprovado e será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de votar SIM, mas a votação foi encerrada. Quero que seja considerado o meu voto. Portanto, são 53 votos SIM.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Ata registrará a manifestação de V. Ex^a e a da Senadora Roseana Sarney.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – O meu voto também é SIM.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – E também a do Senador Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – **Item 4:**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 10, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 2003 (nº 1.488/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais e de Serviço entre os Governos dos Países Membros da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa, celebrado em Maputo, em 17 de julho de 2000, tendo

Parecer favorável, sob nº 588, de 2003, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Tem a palavra V. Ex.^a

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, trata-se de um acordo de grande importância para os governos dos países membros da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa para se isentarem, reciprocamente, a necessidade de visto consular nos passaportes de pessoal diplomático e dos funcionários de modo geral dos países- membros.

Na verdade, seria importante que pudéssemos dar um passo mais além: que toda a Comunidade dos Países da Língua Portuguesa não mais exigisse visto,

como já acontece entre Brasil e Portugal. Entretanto, recentemente houve problemas em Portugal com brasileiros, que terão a oportunidade de um diálogo com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante sua visita, nesta semana, a Lisboa.

A propósito, Sr. Presidente, eu gostaria de falar como seria importante ter a liberdade de poder ir a qualquer país. Na União Européia já existe a livre circulação de pessoas pelos países que fazem parte da Comunidade. Talvez um dia cheguemos a isso aqui nas Américas.

Sr. Presidente, eu gostaria de informar que a Senadora Iris de Araújo e eu, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores, fizemos há pouco uma visita à Embaixadora Donna Hrinak, para levarmos o ofício, assinado por todos os membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que trata do jovem brasileiro Jorge Geraldo Pinto, de 23 anos, que encontra-se detido na fronteira dos Estados Unidos com o México desde maio, após tentar ultrapassar, a nado, a fronteira do México com os Estados Unidos.

Ele ficou cinco dias sem alimentação e mesmo sem água para beber, emagrecendo 17 quilos. Após ter se entregado às autoridades norte-americanas, esse jovem de Jaraguá, interior de Goiás, fez um apelo para que pudesse seus pais, sua família e a comunidade tomar as providências a fim de que retornasse ao seio de sua família. Seu pai procurou a Senadora Iris de Araújo, que tomou as providências cabíveis. Podemos agora dar a notícia de que a Embaixadora Donna Hrinak e os funcionários responsáveis pelo Serviço de Imigração da Embaixada dos Estados Unidos nos informaram que está prevista para amanhã uma audiência de Jorge Geraldo Pinto com o juiz. Confirmado o desejo de retornar ao Brasil e tendo a família informado à Embaixada norte-americana que se responsabilizará pelas despesas de sua passagem, será uma questão de dias para que tudo seja providenciado e Jorge Geraldo Pinto possa voltar ao Brasil.

Cumprimento a Senadora Iris de Araújo pela iniciativa tomada. Felizmente, esse brasileiro de Goiás poderá, nos próximos dias, estar de volta ao seio de sua família.

Sr. Presidente, quero informar que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional receberá oito membros do Parlamento sul-africano às 18 horas. Informo aos Senadores daquela Comissão e aos interessados que quem desejar dialogar com os Deputados sul-africanos deverá comparecer à sala da Comissão de Relações Exteriores às 18 horas. Serão todos bem-vindos.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Continua em discussão o **Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 2003**.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, também desejo expressar meu entendimento sobre a importância dessa matéria. O Senador Suplicy não só faz uma manifestação da maior importância sobre o tema em plenário, como tem dedicado, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, enorme atenção e destaque a esse tipo de situação, de brasileiros nas suas relações internacionais, de brasileiros que estão fora do País e que precisam de um modelo de relacionamento diplomático distinto. Sem dúvida alguma, essa matéria significa um avanço concreto na busca de uma relação melhor entre os povos.

Pessoalmente, tenho visto um belíssimo exemplo de avanço obtido no Mercosul entre os países sul-americanos. Entendo que precisamos avançar mais, para um dia alcançarmos um estágio em que o ir e vir dos cidadãos nos países vizinhos seja livre, de respeito, apenas pela condição humana, inclusive com a existência de atividades profissionais em países vizinhos. Penso que essa matéria ainda é limitada, porque é restrita ao campo diplomático.

Quero registrar também que o Presidente José Sarney tem sido um árduo defensor, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, do avanço de uma melhor cooperação entre os países de língua portuguesa.

Portanto, o meu encaminhamento é favorável a essa matéria. E, com entusiasmo, acredito que é um avanço significativo para os países de língua irmã.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com a palavra o Senador Duciomar Costa, em continuidade à discussão da matéria.

O SR. DUCIOMAR COSTA (Bloco/PTB – PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria, primeiramente, de destacar o brilhante trabalho que vem sendo feito na Comissão de Relações Exteriores pelo Presidente Senador Eduardo Suplicy. Gostaria também de dizer da satisfação de poder votar uma matéria como essa.

Em segundo lugar, quero registrar que, recentemente, estivemos em Portugal e pudemos constatar que esses acordos bilaterais nem sempre funcionam. Agora mesmo, com todo esse namoro por parte de Portugal com a questão da Comunidade Européia, o que pudemos constatar da nossa visita àquele país foi um tremendo descaso em relação à questão dos brasileiros que hoje lá se encontram.

Fizemos um relatório e o entregamos à Comissão de Relações Exteriores. E espero que, agora, com a visita do Presidente Lula a Portugal, Sua Excelência possa resolver todas essas dificuldades.

O Parlamento português aprovou, em março de 2003, uma lei unificada para toda a Europa, que deixa os brasileiros em Portugal numa situação muito difícil.

Faço esse registro e voto favoravelmente à matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o **Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 2003**. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Hélio Costa, para encaminhar.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é um avanço que fazemos no campo diplomático, especialmente com os países de língua portuguesa, que representam hoje quase 300 mil seres que falam a nossa língua, esparramados por quatro continentes.

Tive oportunidade, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, de iniciar esse procedimento. Foi sob a nossa Presidência que discutimos amplamente a questão da importância e da necessidade de se facilitarem as entradas e saídas daqueles que estão trabalhando pelos seus respectivos governos, portadores de passaportes diplomáticos, nos países de língua portuguesa, como o Brasil.

Acrescento a observação feita pelo Líder do Bloco, Senador Tião Viana, da importância de estendermos essa relação com os países da CPLP, principalmente no próximo ano, se pudermos iniciar a discussão, para que todos os residentes nos países de língua portuguesa possam ter esse mesmo privilégio de poder transitar entre um país e outro sem a necessidade do visto diplomático.

Portanto, Sr. Presidente, pela Liderança do PMDB, o voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em votação a matéria.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 10, DE 2003**

(Nº 1.488/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo sobre Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais e de Serviço entre os Governos dos Países-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, celebrado em Maputo, em 17 de julho de 2000.

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo sobre Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais e de Serviço entre os Governos dos Países-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, celebrado em Maputo, em 17 de julho de 2000.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) A íntegra do texto do acordo encontra-se publicada no **DSF**, de 18-3-2003.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – **Item 5:**

REQUERIMENTO Nº 524, de 2003]

Votação, em turno único, do Requerimento nº 524, de 2003, do Senador Juvêncio da Fonseca, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2003, com os Projetos de Lei do Senado nºs 292, 386 e 614, de 1999, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.

A Presidência esclarece ao Plenário que a aprovação do requerimento acarretará a perda do caráter terminativo atribuído ao Projeto de Lei do Senado nº

202, de 2003, tendo em vista a apresentação do Requerimento nº 09, de 2001, às demais matérias.

Em votação o requerimento, em turno único. (Pausa.)

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2003, perde seu caráter terminativo e passa a tramitar em conjunto com os de nºs 292, 386 e 614, de 1999.

A Presidência esclarece ao Plenário que, apesar de os Projetos de Lei do Senado nºs 292, 386 e 614, de 1999, já estarem instruídos e dependerem apenas de parecer sobre as emendas de plenário, em face da aprovação da tramitação conjunta com o Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2003, todos retornarão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Posteriormente, irão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para exame.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

Passa-se agora à apreciação do **Requerimento nº 547, de 2003**, de urgência, lido no Expediente, para o Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2002.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Passa-se agora à apreciação do **Requerimento nº 548, de 2003**, de urgência, lido no Expediente, para o Projeto de Resolução nº 27, de 2003.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria a que se refere figurará na Ordem do Dia da segunda sessão deliberativa ordinária, nos termos do art. 345, inciso II, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Passa-se à apreciação do **Requerimento nº 549, de 2003**, de urgência, lido no Expediente, para o Projeto de Resolução nº 29, de 2003.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria a que se refere figurará na Ordem do Dia da segunda sessão deliberativa ordinária, nos termos do art. 345, inciso II, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício SF/GSHH nº 198/03

Brasília/DF, 9 de julho de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Tendo em vista o que estabelece o artigo 13, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 37/95, informo a Vossa Excelência que, inobstante estar presente na sessão ordinária de hoje, dia 9-7-03, tive que me ausentar antes do início das votações nominais ocorridas, razão por que solicito seja considerada como falta justificada minha ausência no decorrer das referidas deliberações.

Pela atenção dispensada ao assunto, antecipadamente agradeço.

Atenciosamente, – Senadora **Heloísa Helena**.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O expediente lido vai à publicação.

Concedo a palavra, para uma comunicação de interesse partidário, ao Senador Mozarildo Cavalcanti, Líder do PPS.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, hoje, a cidade de Boa Vista, capital do meu Estado, completa 113 anos de sua fundação. Portanto, quero fazer o registro desta data, que é muito importante para todos os Senadores do Estado de Roraima. Gostaria de ler uma matéria publicada no jornal **Folha de Boa Vista** a respeito da data.

O Município de Boa Vista completa hoje 113 anos. De 1890 até agora muitas mudanças ocorreram, e a cidade bucólica e pacata cedeu lugar ao centro das decisões políticas, econômicas e sociais do Estado do Roraima.

No bojo das mudanças, é possível observar que com o desenvolvimento urbano, que melhorou a qualidade de vida do boa-vistense, vieram também os fatos negativos que deixaram a sociedade estarrecida, como por exemplo o aumento da criminalidade.

O crescimento populacional desordenado pode ser medido nos dados do último censo realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), quando registrou no Município uma população de

200.568 habitantes, dos quais 197.098 estão distribuídos nos 50 bairros da capital.

A história de Boa Vista se confunde com a do Estado, porque sua formação tem origem no século XIX, quando inúmeras fazendas de gado estabeleceram-se ao longo dos rios que compõem a bacia do rio Branco.

O pequeno povoado foi batizado como Freguesia de Nossa Senhora do Carmo. Por volta de 1830, uma fazenda do Império chamada Boa Vista originou o pequeno núcleo populacional formado nas terras ao redor e deu nome definitivo ao lugar.

Construída em área plana, a imagem da cidade chama atenção pelo seu plano urbanístico moderno e arborizado. As principais avenidas que convergem para o centro são amplas e, vistas do alto, formam um leque.

Com o crescimento populacional e a expansão do lado oeste da cidade, a principal rodovia de acesso, a BR-174, ficou dentro da cidade. É através dela que se tem acesso ao vizinho Estado do Amazonas e também a Venezuela.

Com uma área de 5.117 km², o equivalente a 2,26% do total do Estado, a capital de Roraima tem um clima tropical quente e úmido, com temperatura média variando de 21 a 36 graus.

Os moradores da capital são na maioria jovens e têm renda média de R\$ 1.000,00. As estatísticas do IBGE mostram que a renda média mensal do boa-vistense, no valor de R\$ 1.041,00, é considerada excelente, confrontada com as de outras capitais. Os dados do censo de 2000 mostram também que a capital tem uma população jovem. Dos 200.568 habitantes do município, 91.312, o equivalente a 45% têm até 19 anos de idade.

Levando-se em consideração que o restante está distribuído entre as faixas etárias de 20 a 59 anos, pode-se afirmar que mais da metade da população é jovem.

Apesar de existir apenas 6% da população acima de 60 anos, esse percentual é considerado elevado em relação ao restante do mundo. Essa resistência da terceira idade é atribuída, logicamente, ao avanço da ciência e ao maior acesso à informação, que

têm também elevado a expectativa de vida das pessoas.

Sr. Presidente, sem desmerecer as demais capitais do Norte do Brasil, posso dizer, com certeza, que é a mais bela capital devido ao seu traçado. Antes mesmo de começar seu povoamento mais denso, ela foi planejada, sendo uma das poucas cidades planejadas no Brasil.

Por fim, Sr. Presidente, peço que faça parte integrante do meu pronunciamento, para que conste

dos Anais, o poema "Ode a Boa Vista", do poeta Jaber Xaud, que faz realmente um apelo poético e uma homenagem muito justa aos 113 anos do nosso Município de Boa Vista.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVAL-
CANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

ODE A BOA VISTA

Jaber Xaud

I
Na solidão verde da Amazônia
Na planura dos campos gerais
Tu nasceste radiante e bela
Sob o manto dos teus ancestrais

II
Teu cenário de serras ondulantes
Teus rios, lagos e buritizais
Os olhos do migrante encantaram
E viram o agreste nos muricizais

III
Pelos campos verdejantes das planícies
Nos garimpos de variados metais
Plantastes uma civilização pura
Roraimense de sonho e ideais

IV
Nestes anos de trabalho fecundo
De glórias, lutas e conquista audaz
Construíste um Estado progressista
Roraima, Eldorado, bendito da paz

V
Ao imigrante saudoso tu deste
Terra, trabalho, esperança e pão
Ele lembrando sua terra distante
Te ama com fé, amor e paixão.

VI
Hoje o teu lindo traçado urbano
De estrutura radial e linear
Encanta o visitante estrangeiro
Que vem ver a Amazônia secular.

VII
Ao olhar a paisagem do Rio Branco
Inácio Magalhães se deslumbrou
Chamou de Boa Vista, sua Fazenda,
Assim "Meu Cantinho" se imortalizou.
VIII
Tuas terras foram muito pesquisadas
Humbolt, Ricce, Rondon e outros mais,
Disseram que teu subsolo era rico
Em ouro, diamante e metais

IX
Sob o signo da cruz te iniciaste
Beneditinos, Evangélicos tu amaste
A todos eles teus filhos entregaste
Para que em Deus acreditasse

X
Teus filhos que sempre trabalharam
Numa luta muitas vezes desigual
Conquistaram com trabalho fecundo
Este "Inferno Verde", lindo, colossal

XI
Ao garimpeiro tu deves a coragem
De desbravar o teu lindo sertão
Ao pecuarista tu deves a guarda
Das fronteiras deste Setentrião

XII
Ao índio tu deves a gênese
Mistura pura de varias nações
Uapixanas, Xirianas, Ianomâmis,
Ingaricós, Macuxis, nossos irmãos

XIII
Ao migrante tu deves o solo
Conquistado com determinação
Eles construiram tuas vilas
E teus municípios, progressistas são

XIV
Com a luz da ciência acendeste
O farol bendito da Educação
Com Capristano aprendeste a ler
Com Diomedes completaste a lição

XV
Hoje fazes aniversário
E quero te homenagear
Teu passado foi lindo e puro
O teu hoje, o amanhã dirá

XVI
Todos nós te adoramos
E queremos muito ajudar
A desenvolver este novo Estado
Para o Brasil e o mundo encantar.

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Demóstenes Torres.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tenho o maior respeito pela Mesa na condução dos trabalhos, mas testemunho um fato ocorrido hoje, que me chama a atenção e que exige um posicionamento crítico, na minha condição de Líder de Bancada.

A Senadora Ideli Salvatti solicitou a palavra como Líder e à frente dela estava apenas inscrito o Senador José Agripino. Subi até a Mesa, testemunhei o fato e disseram-me que eu aguardasse porque haveria uma alternância ainda com uma breve comunicação. Mesmo sabendo que a força do Regimento se impõe sobre tal situação, acolhemos de maneira democrática, mas, infelizmente, a lista de inscritos que está posta sobre a mesa exclui o nome da Senadora Ideli Salvatti. Não me parece uma atitude correta da Mesa do Senado Federal neste momento. Fica o meu registro crítico de completa insatisfação e de reprovação a esse tipo de procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Senador Tião Viana, defiro a palavra, de acordo com o Regimento, pela ordem de inscrição. Segundo me passa a assessoria da Mesa, a palavra será deferida, primeiramente, ao Senador Romeu Tuma; depois, à Senadora Ideli Salvatti, a mim, à Senadora Iris de Araújo e, por último, ao Senador Sérgio Guerra, obedecendo à ordem de inscrição.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Registro que S. Ex^a estava inscrita à frente. Comunicarei o fato por escrito ao Presidente do Senado Federal.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, V. Ex^a permitiria que eu cedesse a palavra à Senadora Ideli Salvatti e, em seguida, usasse da palavra? Pelo respeito que tenho ao Senador Tião Viana, aguardo a minha vez.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Por cessão do Senador Romeu Tuma, concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, pela Liderança do PT.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, lamento essa situação. Não é a primeira vez que ocorrem alguns problemas de encaminhamento com relação à Mesa.

Inscrevi-me e, inclusive, aguardei a presença do nosso Líder, Tião Viana, que chegou ao plenário quando estava fazendo pronunciamento o Líder do PSDB. Consultei o Líder se poderíamos falar em nome do Bloco para respondermos, com as nossas ponderações, o que estava sendo explicitado pelo Senador Arthur Virgílio. Quando há uma polêmica no plenário, é usual os Líderes falarem. É estranho, pois vou falar depois de quase duas horas do pronunciamento do Senador Arthur Virgílio sobre o que S. Ex^a falou. De qualquer forma, não podemos deixar passar essas situações. Por isso fiz questão de manter a inscrição e de falar, porque o Senador Arthur Virgílio veio a esta tribuna – de forma muito eloquente e empolgada, como sempre se manifesta – trazendo inúmeros recortes de jornais de hoje a respeito de posicionamentos de personalidades e de autoridades do nosso Governo com relação à greve dos servidores.

Esta tribuna tem sido palco de reiteradas manifestações legítimas de quem exerce a Oposição, mas é importante sempre ressaltarmos, em primeiro lugar, que temos pouco mais de seis meses de Governo, administrando uma herança muito pesada, muito difícil, com situações realmente complexas para serem resolvidas pelo atual Governo.

Cito a questão do reajuste das tarifas de telefone, que foi fruto de contratos assinados, de questões acordadas e assinadas pelo Governo anterior. O novo Governo agora deve administrar a situação, encontrar uma alternativa que não seja tão pesada para os usuários de telefone do nosso País e empreender todas as tentativas de negociação, porque há um compromisso de não romper contratos, tendo em vista que, nas áreas de comunicação e de energia elétrica, em todos os setores da infra-estrutura, ou se respeitam contratos ou não há investimento no setor. Contudo, cumprir o contrato não significa não tentar encontrar uma saída, uma alternativa que não seja tão pesada para a população.

Há outras questões, como a função e o trabalho das Agências Reguladoras, que são necessárias, mas cuja existência e maneira de atuar também são herança. Temos de administrar como funcionam ou deixam de funcionar essas Agências Reguladoras.

Muitas questões – eu poderia ficar 30 ou 40 minutos listando aspectos da herança – parecem não ser lembradas pelo Líder do PSDB, como se não tivessem relação com a realidade do nosso País, mas serão equacionadas pelo Governo do Presidente Lula.

A sensação que tenho é de que todas as semanas algo tem de ser inventado, porque as teses, teorias e prognósticos vão-se desmontando. Previu-se o caos, que não ocorreu. Está aí a economia sob controle, com todos os índices macroeconômicos, com todos os indicadores extremamente positivos. Disseram que não iria haver representatividade. E a representação internacional está aí, crescente, reconhecida. Há representatividade interna, com governabilidade, com condições de aprovação no Congresso Nacional dos principais projetos do Governo.

Quanto aos investimentos a que o Senador Arthur Virgílio se referiu, eu mesma fui porta-voz, na tribuna, há uma ou duas semanas, de mais de uma dúzia de grandes empresas nacionais que estão tirando da gaveta projetos de investimento da ordem de mais de US\$14 bilhões exatamente para serem iniciados já no segundo semestre e no início do ano que vem.

Na semana retrasada, o Banco do Brasil e a Petrobras fizeram negociações internacionais para investimentos, para empréstimos. No caso da Petrobras, será mais de meio bilhão de dólares, pela primeira vez, sem nenhuma exigência de garantia em troca. Por quê? Porque todas as análises referentes à economia brasileira mostraram uma economia sob controle, que não causa preocupação, como já causou há poucos meses.

A própria questão dos juros – parece que se esqueceram de falar dos juros – desapareceu. Era o grande assunto. Não tinha dia em que não havia pronunciamento sobre a queda dos juros. Como a curva dos juros é decrescente – já estão aí as projeções sobre a possibilidade de a taxa Selic virar o ano abaixo de 20% –, os juros já saíram do cenário, não estão mais na pauta. Então, inventaram o boné do MST. Nesta semana, fala-se do autoritarismo com relação à greve. O que virá na semana que vem?

É importante nós termos essas lembranças a respeito da mudança do tom das críticas e do seu alvo, porque elas têm demonstrado uma capacidade de tentar encontrar justificativa para o desmonte de todas as teorias negativas que armaram com relação ao Governo Lula e que vêm se desmanchando como nuvens pelo ar.

Gostaríamos ainda de registrar que o Senador Arthur Virgílio tratou aqui de duas questões que vale a pena serem ressaltadas. A primeira foi com relação ao primeiro emprego. O Presidente Lula tomou uma iniciativa muito louvável, porque não fez o projeto Primeiro Emprego por medida provisória, mas por projeto de lei, para que todo o Congresso Nacional Deputados e Senadores possa aperfeiçoar o programa. Todos nós sabemos que esse programa é fundamental para a juventude brasileira, pois o grande número de brasileiros atingidos pela chaga social do desemprego encontra-se exatamente na faixa de 16 a 24 anos. É nessa faixa etária que estão os índices mais alarmantes. Portanto, é muito importante uma política de primeiro emprego, um projeto que possa ser aperfeiçoado por todos e que não tenha paternidade.

O Senador Arthur Virgílio precisa ler o projeto, pois fez aquela piada de mau gosto de que o filho substituiria o pai. Pelo projeto, a empresa que fizer a substituição de mão-de-obra cai fora do programa, deixa de receber o benefício, o subsídio para a contratação. E, se o Senador tiver algum mecanismo mais eficiente e eficaz para impedir a substituição, é muito simples: basta S. Ex^a emendar o projeto quando este chegar no Senado Federal.

Por último, pondero sobre as manifestações de autoridades brasileiras acerca da greve. Como funcionalária pública que sou, fiz muita greve na minha vida e defendo esse direito dos servidores. A greve é um direito que possui regras e está regulamentado. Há questões que precisam ser observadas, mas o Poder Judiciário brasileiro já tem deliberações sobre vários pontos relacionados a paralisações de servidores. Portanto, as autoridades que se pronunciaram, de forma muito especial, o Ministro José Dirceu, fizeram-no sobre a ótica de respeito ao regramento jurídico e respeito ao Judiciário brasileiro.

Contudo, é engraçado. Quando o Presidente da República diz que nem geada, nem frio, nem isso nem aquilo, nem o Poder Judiciário nem o Poder Legislativo vão impedir de se colocar o Brasil na rota do desenvolvimento, aí é “afronta aos Poderes constituídos; o Presidente Lula não dá importância, não respeita os demais Poderes”. Agora, quando um Ministro de Estado diz claramente que o regramento jurídico será observado e que as deliberações do Poder Judiciário sobre a questão serão acatadas, aí é autoritarismo.

Então, seria importante também haver coerência entre as críticas. Quando fossem feitas, que pelo menos fossem no mesmo tom e na mesma linha.

Muito obrigada, Sr. Presidente. Mais uma vez, peço desculpas por ter criado...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT SC) – Pedi a palavra como Líder, Senador Eduardo Suplicy. Regimentalmente, não há condições de apartes. Desculpe-me!

Agradeço ao Senador Romeu Tuma pela gentileza em permitir-me falar.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT SP) – Apenas quero sugerir a V. Ex^a que insira como parte de seu pronunciamento o excelente artigo “O boné frígio”, de Carlos Heitor Cony, cuja leitura recomendo a todos, porque cabe muito bem no seu pronunciamento.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB RR) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB RR) – Quero solicitar a minha inscrição pela Liderança do PMDB, assim que for possível, para um pequeno comunicado.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Sr. Senador, comunico a V. Ex^a que a Senadora Iris de Araújo está inscrita pela Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Concedo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um dos princípios que defendo desta tribuna, desde o meu ingresso no Senado da República, há nove anos, é de que o grau de evolução política de um povo corresponde ao nível de liberdade desfrutada por todos os cidadãos. Por consequência, somente se deve considerar democrático o País que garanta, pela via constitucional, a existência prática das franquias expressas na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Relembro isso, nobres Pares, para ressaltar o valor da Revolução Constitucionalista de 1932 na caminhada do Brasil rumo ao Estado Democrático de Direito, hoje consagrado em nossa Constituição Cidadã. Ao comemorar o 71º aniversário desse movimento no dia de hoje, reverenciamos um dos grandes marcos da liberdade e da evolução política conquistadas com o sangue generoso de milhares de brasileiros neste meio milênio de nossa existência como Nação.

Foi um movimento armado heróico, destinado a conscientizar a ditadura da irreversibilidade do anseio do povo por uma Constituição que lhe era negada. Representou uma batalha perdida na “Guerra Cívica”, como a chamam renomados autores, que gerou a

Constituição de 1934 e nela expressou a conquista de importantes direitos, a exemplo do voto feminino.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Estado de onde venho dedica ao Nove de Julho o culto reservado aos maiores acontecimentos de nossa história. Não é para menos. Sua capital, São Paulo, fora mutilada por bombardeios e pela metralha, na década anterior, durante a Revolução de 1920 e 1924. Ao serem chamados para nova contenda que viria a situar-se nas raízes da democracia brasileira, os paulistas natos ou por adoção ainda pranteavam os filhos civis e militares tombados naquelas refregas.

Há quem atribua caráter elitista ao movimento, mas pesquisadores isentos afirmam o contrário. Encontra-se a síntese dessas opiniões na *A Revolução de 32*, do notável escritor e jornalista Hernani Donato:

Nunca, em nenhum outro movimento brasileiro, registrou-se tamanha unanimidade entre uma população envolvida na defesa de seus ideais. Sempre existe alguém que discorde de alguma idéia, mas, na Revolução de 1932, apenas 1% ou 2% do povo de São Paulo, se tanto, não apoiou o movimento.

Síntese abalizada, fruto de demoradas pesquisas e que secundou a afirmação feita pelo não menos ilustre, revolucionário e historiador Paulo Nogueira Filho, em *Ideais e Lutas de um Burguês Progressista: A Guerra Cívica 1932*. Dizia ele:

Poucas vezes, na história de nossos tempos, um povo soube, com tanto vigor e clareza, revelar a executar sua vontade. Foi um fenômeno de psicologia coletiva que, a seu tempo, não escapará às cogitações da ciência.

O apelo à constitucionalização do País empolgou os poderes estaduais e as tropas federais sediadas no meu Estado, a ponto de até o Judiciário paulista se distinguir no movimento como destacou o Desembargador Álvaro Lazzarini em artigo publicado na **Folha de S. Paulo**. E transformou antigos inimigos da Revolução de 1924 em heróis de 1932, como aconteceu com Júlio Marcondes Salgado.

Major de Cavalaria, Júlio Marcondes Salgado comandara a defesa legalista de uma usina elétrica, em 1924, e fizera as tropas revolucionárias do Tenente Cabanas retrocederem pela primeira vez. Em 1932, comandando a Força Pública paulista – atual Polícia Mili-

tar –, morreu num teste de morteiro e transformou-se em um dos grandes vultos de nossa História.

Desagrada-me mencionar nomes em pronunciamentos sobre episódios heróicos pelo temor de olvidar algum e, com isso, cometer injustiça. No presente caso, porém, não há como respeitar essa regra pessoal, ainda mais porque sinto necessidade de resgatar figuras ímpares que se desvaneceram ao longo do tempo. É o caso, por exemplo, do saudoso jornalista Cásper Líbero, que engajou no movimento um dos maiores jornais paulistas da época – **A Gazeta** – e pagou caro por isso. Cásper Líbero viu seu jornal ser invadido e destruído por simpatizantes da ditadura. Precisou exilar-se, primeiro nos Estados Unidos e depois na França, por dois anos. Retornou em 1934, foi indenizado pelo Estado e reconstruiu o império jornalístico com a mais moderna tecnologia existente na época, antes de o transformar na fundação que leva seu nome. Foi de sua iniciativa, entre outras coisas, a criação da primeira escola de jornalismo da América Latina, hoje Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero.

O elenco de vultos históricos produzidos pela Revolução Constitucionalista é imenso, a par da infinável menção a heróis anônimos gerados pelos ferozes combatentes. Evidentemente, como sucedeu em movimentos congêneres, nada seria possível sem a presença de fortes lideranças representadas por tribunos, radialistas, jornalistas, radioamadores, políticos e militares do porte de Ibrahim Nobre, Nicolau Tuma, Júlio de Mesquita Filho, José Cardoso de Almeida Sobrinho, Paulo e César Yazbek, Pedro de Toledo, Isidoro Dias Lopes e Euclides de Figueiredo. Cada qual a seu modo e mediante os meios que possuía encarou o sublime ideal da liberdade.

Dizem que as disputas bélicas são motores do progresso tecnológico. Concordo apenas em parte, pois os senhores da guerra só dinamizam em grande escala as técnicas que a ciência inspira em tempos de paz. Graças a esse tipo de massificação, as novas tecnologias acabam avultando como subprodutos de interesses bélicos. Assim foi também em 1932, quando o Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo chamava-se Laboratório de Resistência de Materiais da Escola Politécnica (LEM) e apoiava especialmente a construção civil, no campo do concreto armado, desde 1926. O LEM atuava também na metalurgia e, com a Revolução, dedicou-se a pesquisas voltadas para a fabricação de armamentos, como carros blindados e granadas. Seu histórico oficial registra:

Terminada a Revolução, ficou como resultado o grande salto tecnológico da indústria paulista. A experiência adquirida com o rigoroso controle de peças e de materiais, exigidos na produção de armamentos, abriu caminho para a criação, dois anos mais tarde, da Seção de Metrologia do IPT.

Todavia, quão doloroso foi esse salto tecnológico para ambos os lados contendores! Em 23 de julho de 1932, custou-nos até a existência do maior símbolo da aerodirigibilidade e da aeronáutica, o incomparável brasileiro Alberto Santos Dumont, Pai da Aviação. A mente conturbada por absurdo complexo de culpa, ante a visão do bombardeio aéreo contra o cruzador Bahia defronte ao litoral do Guarujá, levou-o a imolar-se aos 59 anos de idade, na maior manifestação antibelicista já vista em solo pôtrio, como se responsável fosse pelo uso da aeronáutica a serviço da destruição. **Eu inventei a desgraça do mundo**, disse angustiado ao cocheiro que o levava a passear pela última vez ao longo da praia. Mas nem o luto nacional de três dias por sua morte, decretado pelo Presidente Getúlio Vargas, bastou para arrefecer os combates.

Pelos registros históricos, notadamente os da Força Aérea Brasileira, verifica-se que os rebeldes de 1932 haviam ocupado o Campo de Marte paulista no dia 10 de julho e tomado quatro aviões militares, antes que mais dois aparelhos fossem levados a São Paulo por pilotos simpatizantes da Revolução. Outras nove aeronaves particulares foram colocadas à disposição dos revoltosos por seus proprietários, o que perfazia 15 aviões rebeldes contra 68 aparelhos de reconhecimento, bombardeio e caça inimigos. Posteriormente, os revolucionários requisitaram um avião cargueiro à empresa francesa Aéropostale para ser usado como bombardeio e importaram quatro aeronaves do Chile.

Apesar da evidente desproporção de forças, os rebeldes foram autores da primeira derrubada de um avião em combate nos céus latino-americanos. Essa mesma desproporção levou-os a praticar o primeiro ataque aéreo noturno da América Latina, em Resende, sem causar prejuízos apreciáveis, mas acabou facilitando o bombardeio da Fortaleza de Itaipu, em Praia Grande, pelos aviões governistas, nos dias 3 e 5 de setembro, com danos pessoais e materiais de monta entre os derradeiros revolucionários.

Passara-se pouco tempo e a Revolução Constitucionalista já estertorava. Todavia, os fatos históricos que lhe deram origem eram anteriores a 1932 e have-

riam de desembocar na democracia brasileira como a temos hoje.

Desde o fim do Império, o poderio político-econômico de dois Estados prevalecia na chamada “política do café com leite” – café representando São Paulo e leite, Minas Gerais. Alternavam-se paulistas e mineiros na Presidência da República, embora com exceções, como a do paraibano Epitácio Pessoa, em 1919, eleito Presidente entre os mandatos do paulista Rodrigues Alves e do mineiro Artur Bernardes.

O então Senador e ex-Governador de São Paulo Washington Luiz Pereira de Souza chegou à Presidência em 1926 com o lema “governar é abrir estradas”. Fez muito pelo País, mas enfrentou grande insatisfação popular em decorrência de crescente desemprego e restrições à liberdade de imprensa e de reunião, assim como da repressão às greves operárias que se sucediam.

As dificuldades socioeconômicas agravaram-se, refletindo a crise mundial de 1929, que atingiu toda a economia brasileira, especialmente a monocultura cafeeira. A oposição cresceu quando o Presidente Washington Luiz rompeu com a “política do café com leite”: não escolheu para sucedê-lo o Governador mineiro Antonio Carlos e indicou o Governador paulista Júlio Prestes. Com isso, atraiu o rancor do chefe político de Minas, que proclamou: “Se o próximo Presidente não for mineiro, não será paulista!” Na seqüência, Antonio Carlos lançou a candidatura do Governador gaúcho Getúlio Vargas, sendo candidato a Vice-Presidente o Governador da Paraíba João Pessoa.

O resultado das eleições realizadas em 1º de março de 1930, vencidas por Júlio Prestes, não foi respeitado por Getúlio Vargas, que lançou manifesto para tachar o pleito de viciado e verberar o Presidente eleito. Entremes, a 26 de julho, o ex-candidato a Vice-Presidente João Pessoa foi assassinado, por motivos pessoais, numa confeitearia do Recife. Era o “mártir” que faltava à oposição para produzir agitação popular e o movimento militar contra o Governo Washington Luiz.

Em 3 de outubro, eclodiu a Revolução de 1930, comandada por Getúlio. Sem resistência, o Presidente foi deposto e Getúlio assumiu a chefia do Governo Provisório, com o compromisso de realizar eleições e elaborar uma nova Constituição.

Entretanto, a decepção viria imediatamente para quem almejava a prática democrática. Getúlio suspendeu a Constituição de 1891, dissolveu o Congresso Nacional e outorgou poderes ilimitados a si mesmo, por decreto. Nomeou interventores federais,

como substitutos dos governadores e da maioria dos prefeitos. O Estado de São Paulo, com seus sete milhões de habitantes, sentiu-se refém da Legião Revolucionária e do Partido Popular Paulista, ambos às ordens da ditadura, que se apossaram dos postos de comando da política local e passaram a hostilizar as lideranças estaduais.

A insatisfação transformou-se em revolta devido a decepções, sofrimentos e humilhações, como diziam os manifestos da época. E a revolta desembocou em movimentos de massa.

Em 25 de janeiro de 1932, no Lago da Sé, uma multidão manifestou seu anseio por liberdade. Em 17 de fevereiro, surgiu a Frente Única de partidos políticos, para lutar pela constitucionalização do Brasil, num claro indício de que já se conspirava contra a ditadura. Ato contínuo, foi organizada uma comissão composta de militares e civis para coordenar, em todo o Estado, os esforços em prol de uma revolução constitucionalista.

Em 21 de maio, anunciou-se a chegada do Ministro da Fazenda Osvaldo Aranha, em meio à mobilização popular contrária, feita por rádios e jornais que apontavam arbitrariedades do Governo Vargas. No dia seguinte, a agitação espalhou-se por ruas e praças. A população manifestava abertamente desagrado com a visita do ministro. Inflamados oradores discursavam em vários pontos da cidade, clamando por armas para o povo e a derrubada do governo central, cuja sede estava no Rio de Janeiro.

Tamanha fora a comoção que o amanhecer de 23 de maio encontrou o comércio liberando os empregados para participar das manifestações que recrudesceriam por toda parte. Começaram os choques entre os manifestantes e os militantes da Legião Revolucionária e do Partido Popular Paulista, logo degenerando em clima de guerra civil. Tiros foram desferidos contra a fachada do jornal governista **Correio da Tarde** pelo mesmo grupo extremado que, pouco depois, empastelou o periódico **A Razão**, pertencente à família de Osvaldo Aranha. Outros manifestantes abriram à força casas de armas e munições das Ruas Boa Vista e Libero Badaró, no centro da cidade, e dirigiram-se à esquina da Praça da República com a rua Barão de Itapetininga, onde se situava a sede do Partido Popular Paulista. Das janelas e do telhado do prédio, partiu o revide: nutrido fogo de fuzis e metralhadoras. Manifestantes tentaram incendiar a sede partidária, arremessando coquetéis molotov. A resposta veio com granadas.

Na madrugada seguinte, ao final da fuzilaria, jaziam no solo da praça Mário Martins de Almeida, estudante de Direito; Antônio Américo de Camargo Andrade, casado, com três filhos menores; Euclides Miragaia, estudante em São José dos Campos; Dráusio Marcondes de Souza e Amadeu Martins, todos com 21 anos de idade. Deles originou-se a famosa sigla MMDC, de Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo, com que foi batizada a organização inicial do movimento. Tropas do Exército, deslocadas de outras cidades, restabeleceram a ordem na capital paulista, que apresentava calma nos dias seguintes. Não se sabe ao certo quantos feridos morreram depois do tiroteio.

Foi então que Getúlio nomeou o General Espírito Santo Cardoso, reformado havia dez anos, para ser Ministro da Guerra. Surgiram protestos, engrossados por uma manifestação assinada pelo General Bertholdo Klinger, comandante militar de Mato Grosso, que precipitou a Revolução. A revolta eclodiu às 23 horas de 9 de julho, mas Klinger não cumpriu, entre outras, a promessa de levar seis mil homens em armas de Mato Grosso para São Paulo. Mesmo assim, começava o maior conflito militar em solo brasileiro no século XX.

A senha "Sergipe" e a contra-senha "37" circularam rapidamente entre os batalhões clandestinos arregimentados pelo MMDC, as fileiras da Força Pública e as guarnições do Exército sediadas no Estado de São Paulo.

A população paulista ficou sozinha, mas empenhou-se nos sangrentos combates, especialmente nas divisas com Minas Gerais e Rio de Janeiro. Manifestos, artigos em jornais e discursos nas vias públicas e no rádio clamavam incessantemente por uma Constituição que garantisse liberdade e democracia, com novas eleições para Presidente e Governadores.

Na chamada Frente Norte, onde se localiza o Vale do Paraíba, havia 135 mil voluntários e soldados constitucionalistas, um acontecimento marcou o alvorecer do dia 7 de setembro. Os revolucionários hastearam o Pavilhão Nacional, ao som de clarins, no ponto mais alto de suas trincheiras. Todos os rebeldes que se achavam nas proximidades colocaram-se de pé em posição de sentido, à borda das trincheiras, expondo-se ao fogo inimigo. Mas, imediatamente, a fuzilaria cessou e as tropas governistas também deixaram as trincheiras em continência à Bandeira. A batalha só recomeçou depois da cerimônia.

A 2 de outubro, quando as últimas posições paulistas estavam sitiadas entre as cidades de Lorena e Guaratinguetá, terminava a Revolução, com o armistício assinado na cidade de Cruzeiro.

Os registros oficiais dizem que 830 rebeldes haviam morrido na luta. Na maioria, os despojos estão sepultados no Monumento-Mausoléu do Soldado Constitucionalista de 1932, construído no Parque Ibirapuera sob um obelisco de 72 metros de altura, a contar do andar térreo, ou 81 metros, considerando-se a cripta subterrânea.

Hoje, Senadora, em São Paulo, pela manhã, um desfile militar em comemoração ao 71º aniversário da Revolução, outros corpos foram trasladados para esse mausoléu.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ainda naquele dia 2 de outubro, conciso manifesto subscrito pelas maiores autoridades civis revolucionárias comunicou o fim das hostilidades. Na ortografia da época, dizia o manifesto "Ao Povo de São Paulo", entre outras coisas:

"Sem desfalecimento, fez São Paulo tudo quanto o engenho de sua gente e a capacidade de sua indústria e da sua lavoura permittiram para o abastecimento dos exercitos, amparo e socorro da população civil, salvaguarda de todos os direitos individuais e collectivos, mantendo, a todo o transe, a ordem jurídica e social, assegurando, assim, todos os elementos da victoria.

"Com altaneria de espirito e serenidade e razão, demonstrou o povo paulista nesta epopéa sem igual, a firmeza do seu pulso, a largueza de suas vistas e a amplitude de seu sentimento nacional. A pagina, que agora coloriu com o seu sangue, ha de permanecer, immortal aos olhos de todo o Brasil, como a mais inequivoca demonstração da sinceridade de sentimentos com que se entregou á causa da rapida constitucionalização do paiz."

O documento recebeu a assinatura do Governador aclamado pelos paulistas – o maçom e ex-Grão Mestre do Grande Oriente Estadual de São Paulo, Pedro de Toledo –, além de Waldemar Ferreira, Paulo de Moraes Barros, J. Rodrigues Alves Sobrinho, F.E. da Fonseca Telles, Francisco da Cunha Junqueira, Godofredo da Silva Telles, Joaquim A. Sampaio Vidal e Thyrso Martins. Após três meses de embates desproporcionais e sangrentos, era o final da Revolução Constitucionalista, cujo 71º aniversário comemoramos neste Nove de Julho.

Viva a Constituição.

Durante o discurso do Sr. Romeu Tuma, o Sr. Demóstenes Torres, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Íris de Araújo.

A SRA. PRESIDENTE (Iris de Araújo) – Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres, pela Liderança do PFL .

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, “A gente sabe mais de um homem é o que ele esconde”, Guimarães Rosa.

O agronegócio projeta para este ano o resultado mais espetacular de todos os tempos. Nunca o Brasil foi tão competitivo em um segmento econômico a ponto de atrair a atenção e a fúria protecionista dos parceiros comerciais. Para 2003, o setor projeta crescimento de 5,35%, o suficiente para assegurar que o País não se afunde na recessão. A agricultura e a pecuária representam cerca de 7,3% do Produto Interno Bruto e acumularam, nos últimos dez anos, um saldo líquido próximo dos U\$170 bilhões. O superávit, nos cinco primeiros meses deste ano, alcançou US\$9,3 bilhões, e não é preciso entender de economia para inferir que se trata do grande garantidor da moeda e da estabilidade política do Brasil.

Ainda que o País tenha um parque industrial respeitável, a soberania nacional está sendo mensurada nas negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) a partir da estatura do agronegócio. Os Estados Unidos têm motivo para tanta preocupação. De acordo com relatório do Departamento Americano para Agricultura, a soja brasileira não é hoje somente mais competitiva do que a americana, mas apresenta capacidade de expansão de 200% nos próximos 50 anos se mantido o nível atual de tecnologia. Para concorrer com o agricultor brasileiro, no ano passado, a União Européia e os Estados Unidos concederam aos seus produtores subsídios que somaram US\$202 bilhões. Mesmo assim, em patamar desnívelado de competição, com rodovias em estado lastimável, carga fiscal exorbitante, custo portuário elevado e insegurança jurídica quanto ao futuro próximo, o segmento continua a dar alegria aos brasileiros.

O produtor, que superou o atraso tecnológico e tornou economicamente viável o setor primário depois do interregno que se seguiu à Crise do Café da década de 1930, agora parece que está sendo penalizado por ter feito tão bem ao Brasil. Eu não gostaria de crer, mas percebo que há algo tramando contra o sucesso do agronegócio nacional e esta Casa não pode se omitir. A reforma agrária precisa ser realizada, os avanços quantitativos foram importantes na distribuição de terras nos últimos oito anos, mas me parece temerário simular a solução de um problema social por intermédio da desestabilização do setor primário.

O Brasil foi um dos últimos países do Planeta a formular política de reforma agrária, mas aprendeu muito pouco com as nações que ousaram superar o conflito fundiário em diversos momentos históricos e seguir rumo à civilização. Os europeus, por exemplo, há mais de 200 anos souberam fazer a transição do arcaísmo feudal para novo modelo de aproveitamento da terra e chegaram ao topo do mundo. Após a Segunda Guerra Mundial, no leste asiático, Japão, Coréia do Sul e Taiwan redesenharam a distribuição da pouca terra disponível e despontaram no cenário internacional. O Chile, na década de 1970, fez reforma agrária profunda, sepultou os traços do latifúndio e se tornou a única nação latino-americana preparada para ingressar no Primeiro Mundo.

Já este País, obliterado pela tradição colonial-escravagista, postergou o problema agrário até a beira do insuportável e o lema tacanho do “quanto pior, pior” se confirmou. Hoje, há notória incapacidade de o Estado brasileiro formular política fundiária sustentável, enquanto as lideranças do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, impacientes, não querem mais ter o chão e lançar a semente, mas alimentar de material carburante o conflito rural.

A reforma agrária representa o esforço estatal de redistribuição do domínio da terra com a finalidade de promover o desenvolvimento, imprimir o crescimento econômico, elevar os indicadores sociais e apaziguar as tensões políticas, com reflexo em toda a sociedade. São inúmeras as vantagens da providência. Um programa sustentável de reforma agrária, no caso do Brasil, corrigiria injustiça histórica e promovia espetacular ajuste de contas com o passado. Do ponto de vista econômico, significaria criação de emprego a baixo custo. A unidade produtiva de um assentado é capaz de gerar três postos de trabalho a um valor individual médio de R\$6 mil. Se se considerar que o Movimento dos Sem-Terra quer assentar um milhão de pessoas nos próximos quatro anos, estamos falando na amortização de 40% do estoque de 10 milhões de empregos que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, prometeu criar em seu mandato.

O módulo da pequena propriedade advinda de programa de reforma agrária propicia ainda a produção do alimento ao consumo interno, talvez até com nível de excelência visando ao comércio exterior, com a obtenção de divisas, o incremento da atividade macroeconômica e a elevação da receita tributária. No aspecto social, reforma agrária faz o que o Presidente Lula proclama “ensinar a pescar”, pois torna o homem produtivo, orgulhoso da sua raiz cultural e longe dos

ciclos migratórios que deterioraram a qualidade de vida nas cidades. Politicamente, confere estabilidade às relações institucionais, elemento essencial para que cada um possa executar o próprio projeto de vida e vislumbrar a grandeza do Brasil.

Apesar de os equívocos do modelo fundiário remontarem aos primeiros dias da colonização portuguesa no Brasil, só no ano de 1964 foi “outorgada” a primeira autorização constitucional à União para promover desapropriação por interesse social, o que ensejou o Estatuto da Terra. Daquele ano até o Governo Fernando Henrique Cardoso, criaram-se órgãos gestores da política agrária em profusão, houve desastrosa substituição de siglas governamentais, planos românicos foram encetados, mas os resultados não vieram porque não se pretendia fazer reforma agrária de verdade. Sr^{as} e Srs. Senadores, recordem que durante a Constituinte o temário foi um dos mais contraditórios, mas as discussões resultaram estéreis, deram azo ao acirramento do conflito enquanto prosseguia a desigualdade na distribuição da posse da terra.

Sr. Presidente, no Governo FHC, sem dúvida, foi empreendido o maior esforço de reforma agrária do Brasil. Os resultados são positivos quando observada a expressão matemática das políticas desenvolvidas de parcelamento do latifúndio improdutivo. Entre os anos de 1995 e 2002, foram repartidos 20 milhões de hectares e quase dois milhões de sem-terra instalados em assentamentos. O indicador é cheio de superlativos e representa número superior ao dobro do que foi realizado nos 30 anos anteriores. Caso sejam somados os custos de desapropriação, instalação, concessão de crédito para assentamentos e fomento à agricultura familiar, o valor convertido se aproxima dos R\$30 bilhões em oito anos. Infelizmente, em que pese aos vultosos recursos despendidos e à numerosa massa de trabalhadores assentados, foi bastante tímido o desconto no passivo agrário brasileiro. Veja o caso de Goiás: foram assentadas aproximadamente 8 mil famílias em uma área de 442 mil hectares. O Incra tem um planejamento de imitar na posse outras três mil famílias em 2003. Mas a lógica do movimento é perversa e opera em escala exponencial. Em dezembro de 2002, havia quatro mil famílias acampadas, hoje superam sete mil. Se assentar três mil, vão continuar sobrando os mesmos quatro mil. De janeiro para cá, surgiram novos 26 acampamentos no Estado. Devidamente, assim, a equação não será decomposta nunca.

A razão deve ser endereçada à irresponsável capacidade do Movimento dos Sem-Terra de repor o exército de maltrapilhos nos acampamentos, mas não

pode deixar de se considerar que o modelo executado produziu números expressivos, mas de baixa densidade quando é examinado o conteúdo da política executada pelos governos anteriores.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, no ano passado, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a Universidade de São Paulo e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com apoio da FAO, órgão das Nações Unidas para a agricultura, realizaram um estudo para aferir a qualidade dos assentamentos criados entre 1985 e 2001. Foram pesquisados 4.340 projetos de reforma agrária, representando um universo que ultrapassa as 450 mil famílias, e realizadas quase 14.500 entrevistas. Seis indicadores de qualidade dos projetos de assentamento e outros oito parâmetros de inserção do modelo de reforma fundiária realizado no País foram medidos. Os resultados, grosso modo, não são nada bons, exceto no que se refere à intervenção do Governo na alteração da estrutura fundiária. Em 26 anos de política de reforma agrária, a iniciativa só foi aprovada no quesito que avaliou a ocupação efetiva dos projetos de assentamento. Como se verá, o Governo e as organizações de trabalhadores sem terra vão bem quando se trata de ocupar a terra, mas não sabem o que fazer para semear a sustentabilidade.

De acordo com a pesquisa, quando é avaliado o índice de qualidade de vida, tendo como requisitos a moradia, a água potável, o esgoto, a rede de eletricidade, a educação e a saúde, os resultados gerais apontam que os valores médios foram baixos, sendo o período de 1985 a 1994 um pouco superior aos assentamentos da era Fernando Henrique. Mesmo assim, apenas “alguma coisa a mais do que a metade dos fatores foi satisfeita”. Contribuiu decisivamente para mandar o índice à lona o acesso à saúde, à água e ao esgoto doméstico. Os indicadores de eletrificação dos projetos de reforma agrária cresceram, por exemplo, caso comparados os dois períodos, mas continuam na faixa de metade da demanda total. Já o índice de articulação de organização social, utilizado para medir a reivindicação dos assentados por benefícios sociais e arregimentação ao incremento do sistema produtivo, demonstrou que, após realizado o assentamento, as famílias optam por individualizar a produção, mas permanecem relativamente unidas para cobrar providências. Apenas em 9% dos casos houve parcerias para produzir e comercializar e, em 57% dos casos busca de benefícios coletivos. O índice de parceria com agroindústria e de formação de cooperativas foi respectivamente de 33% e 50%.

Se o dado anterior indica que o MST – antes um movimento social – é bom para promover o baderna-

ço pela terra, mas nada eficiente para fazê-la dar frutos, o indicador de ação operacional do Estado demonstra que, no intervalo de 1995 a 2001, menos da metade dos compromissos de levar infra-estrutura, liberar crédito e titular as propriedades foi cumprido.

Há torpeza bilateral nas relações dos agentes da reforma agrária, assim entendidos Governo e sem-terra, e seria muito oportuno que se aclarassem as intenções maldosas e as omissões claudicantes para que o País pudesse eleger um modelo eficiente de repartição da terra. Esta Casa poderia investigar como foram despendidos os recursos destinados ao financiamento da iniciativa, bem como o grau de eficiência dos assentamentos realizados.

Observem, Sr.ºs e Srs. Senadores, que a pesquisa, ao avaliar a renda das famílias, demonstra que os projetos estão distantes de conferir a sustentação propugnada nos projetos de reforma agrária. A média familiar nos assentamentos do período de 1985 a 1994 é de R\$232,00, caindo para R\$198,00 por família nos realizados durante o Governo FHC. Em outros indicativos, o estudo deixou claros alguns pontos que demonstram que já não existe no Brasil estoque incommensurável de latifúndios improdutivos a repartir, principalmente nas regiões do Centro-Sul. Em decorrência do fato, há uma tendência de localizar os projetos de assentamento em área de baixa densidade populacional, onde a agricultura familiar é menos representativa.

Sr. Presidente, conforme vários Senadores manifestaram desta tribuna, vejo com extrema preocupação a série de chantagens ideológicas que as lideranças do MST estão patrocinando com a finalidade de criar impasse institucional e assim impor a sua fantasia marxista. O Governo do Presidente Lula definitivamente não pode tratar com biscoitinho na boca quem se vale da aglutinação oportunista de miseráveis para intentar ações delirantes em direção à ditadura do campesinato. Esse tempo passou. Cabe ao Poder Executivo definir um projeto de reforma agrária consistente para o País em vez de ficar compartilhando com os josés rainhas da vida as milongas do materialismo dialético. Acredito, sim, que precisamos redefinir esse novo modelo de reforma agrária, contribuir para selar a paz no campo e, realmente, assentar na terra quem tem vocação para debulhar o trigo e fazer o pão. Muito pão.

Muito obrigado, Sr.ºs Srs. Senadores.

Durante o discurso do Sr. Demóstenes Torres, a Sra. Íris de Araújo, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) – Concedo a palavra à Senadora Iris de Araújo.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr.ºs e Srs. Senadores, recorro ao discurso de posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para as devidas correlações com esse momento efervescente que vivemos hoje, seis meses depois.

Sem meias palavras, o Presidente dizia: “Meu Governo terá a marca do entendimento e da negociação. Da firmeza e da paciência (...) Continuaremos a ter atuação decidida no sentido de unir as diversas forças políticas e sociais para construir uma Nação que beneficie o conjunto do povo. Vamos promover um pacto nacional pelo Brasil (...) e escolher os melhores quadros para fazer parte de um Governo amplo, que permita iniciar o resgate das dívidas sociais seculares”.

Sr. Presidente, Sr.ºs e Srs. Senadores, no momento em que o País se vê diante da ameaça de enveredar por uma crise política de graves proporções, em função dos últimos acontecimentos no cenário nacional, basicamente representado pelo conflito no campo, essas palavras ditas pelo Presidente, no início de sua gestão, soam como uma espécie de profecia que precisa, como nunca, se cumprir agora, quando brotam as angústias e incertezas a respeito do futuro da Nação.

Desde a minha estréia nesta tribuna, há pouco mais de quatro meses, tenho sido voz insistente e perseverante no sentido de fazer cumprir esse que é o único caminho viável para um país com tanta diversidade como o Brasil: o caminho do dar as mãos, da ação coletiva, da cooperação, do agrupamento de esforços para domar as dificuldades e construir o verdadeiro crescimento, que nada mais é do que o repartir justo e digno das riquezas produzidas por todos.

O Presidente Lula falou, nos primórdios, em governar com as diversas forças políticas e sociais, bem como em promover um pacto nacional pelo Brasil. Agora que a realidade vem com toda a intensidade de sua crueza, agora que os arautos do confronto ampliam seus espaços, creio que finalmente chegou a hora de se apostar para valer nesse projeto, que, sem dúvida, representa a vontade maior de nosso povo.

Pertenço a um partido que construiu a sua trajetória com uma coerência ímpar, mas muitas vezes pouco reconhecida pelos agentes públicos! O que é a coerência ímpar do PMDB? Em todos os momentos da vida nacional, independentemente das incompreensões e das acusações fúteis, essa legenda jamais

se furtou a realmente colaborar para que a governabilidade se viabilizasse, para que as instituições fossem integralmente respeitadas, para que a Nação pudesse dar um passo à frente a partir do imprescindível equilíbrio e maturidade.

O PMDB sempre atuou dentro dos intocáveis padrões democráticos e jamais se deixou levar pelos caminhos de fogo; antes, procurou impedir qualquer tentativa que, de repente, acabasse por levar a Nação a um cenário de mais tormenta ou dor.

Muitas vezes, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o PMDB se apresenta, sim, disposto ao sacrifício e à remissão, a fim de que o Brasil possa cumprir as suas etapas históricas dentro da possível normalidade, o que significa permitir ao seu povo a paz social, para que encontre um lugar ao sol no processo produtivo, para ver atendidas as suas necessidades básicas, para que, enfim, prospere a cidadania como expressão maior das relações sociais realmente justas.

Faço essas observações porque estamos no início de um perigoso debate, na medida em que se busca maximizar situações que podem ser naturalmente controladas por meio da única via admissível no sistema democrático, que é o diálogo, o entendimento e a razão.

É bem verdade que a economia brasileira vive momento de estagnação, de retração dos investimentos, de desemprego em alta. Os excessos da política monetária naturalmente produziram efeitos colaterais próprios da administração em altas dosagens do medicamento aplicado, mas também não é verdade que estejamos à porta do caos. Como contrapartida ao cenário da estagnação, o dilema inflacionário parece ter sido domado, a alta desenfreada do dólar cede a uma via de racionalidade, o risco país aponta à curva descendente, os negócios no campo prosperam e a credibilidade internacional do Brasil não está afetada. Portanto, temos pesos e medidas que certamente não apontariam para uma celebração exacerbada e muito menos para um pessimismo alarmante.

A questão central, neste momento, é a perigosa ênfase na batalha política, quando as nossas atenções deveriam estar voltadas para a aplicação das alternativas viáveis – seja por meio das reformas, seja por meio da adoção de um choque administrativo capaz de fazer deslanchar os inúmeros projetos que estão na órbita dos Ministérios apenas no papel e cheios de boas intenções.

Em função do vazio administrativo substituído pelos excessos de palavras e pelos excessos de gestos que emanam do Palácio do Planalto, de repente, se forja um ambiente perigoso no centro das institui-

ções – ambiente alimentado por um aspecto conjuntural representado pelas ações do MST e pela sua contrapartida, qual seja, a formação de grupos armados por partes dos grandes proprietários rurais.

Veja bem, Sr. Presidente, que o Brasil não está à beira da fornalha, mas determinadas situações forjam as condições para que se aproxime dela. E é nesse cenário que o PMDB mais uma vez se apresenta para fazer o alerta e, sobretudo, colocar-se à disposição do Brasil com determinação para o equilíbrio, para a consciência e para a maturidade, porque a nossa vocação é, sobretudo, a vocação democrática, berço e origem do PMDB. Como muito bem afirmam os registros oficiais do Partido, “surpreende que o PMDB tenha resistido a tantas pressões de governos ditatoriais, divisões internas, esvaziamento, crescimento, novas divisões e se mantenha como a legenda de maior base no território nacional. (...) A história do PMDB, Srs. Senadores, é a história do Brasil que continuou pulsando a partir de 1964 (...) Hoje, para contar com um pouco da história do PMDB é preciso não só falar da História do Brasil, mas de praticamente todos os Partidos, à sua esquerda ou à sua direita.”

Oficialmente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o PMDB nasceu MDB, teve a sua fundação em 24 de março de 1966 com o registro na Justiça Eleitoral. Era um dos resultados da extinção dos partidos imposta pelo AI-2 e a instalação do bipartidarismo. Mas ao invés de sua hipotética destinação servil, o que se viu foi o nascimento de uma legenda aguerrida, corajosa, destemida, patriótica, guerreira, disposta a lutar pelo Brasil – o nosso País.

Sou desta geração, Sr. Presidente, que não se curva, que não se dobra diante das dificuldades, que persegue o ideal democrático com garra e temperança, mas colocando o coração em tudo o que se faça. Persistir no ideal democrático hoje é não permitir que sejamos outra vez reféns dos excessos e dos radicalismos que, sob a justificativa da defesa de seus argumentos próprios, acabem fomentando um ambiente perigosamente inquietante, perigosamente explosivo.

Para que alimentar argumentos a pau e pedra, Sr. Presidente? Precisamos, sim, é de alternativas práticas, factíveis, viáveis, para tirar a economia da letaria e gerar emprego para o povo – porque enquanto discutimos o MST, os chamados radicais do PT e o último boné ou discurso do Presidente Lula, o nosso povo vê aumentar sua fome de pão, de arroz e de feijão!

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Senadora Iris de Araújo, V. Ex^a tem autoridade de sobra para falar sobre o PMDB, sobre o País e sobre a Administração Pública. V. Ex^a foi Primeira-Dama várias vezes. Cuidou dos pobres, da sociedade do seu Estado e deu exemplos ao Brasil. Sou testemunha disso. À época em que Iris Rezende, ex-Senador da República e seu marido, era Ministro da Agricultura e eu aqui era Senador, S. Ex^a aumentou a produção de grãos no País, elevando a nossa taxa de grãos de 60 bilhões de toneladas para aproximadamente 80 bilhões. Envie-lhe um telegrama.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) – Senador Alberto Silva, tendo em vista que o tempo da sessão ordinária se esgotou, prorrogo a sessão por mais quinze minutos.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Senadora Iris de Araújo, não quero tomar o tempo do belo discurso de V. Ex^a. Quero apenas dizer-lhe – V. Ex^a é testemunha – que estamos montando um esquema do nosso Partido, o PMDB, para apresentar ao Presidente da República uma solução para consertar as nossas estradas. V. Ex^a ouviu, aprovou o projeto, e tenho certeza de que o Partido também o aprovará. Além disso, ontem tive um encontro com o Ministro Ciro Gomes para dizer que é possível, com três hectares, darmos salário de mil reais a um lavrador do semi-árido do Nordeste. Apresentarei esse segundo projeto, contando também com o apoio de V. Ex^a e do Partido. Vamos oferecer o apoio do PMDB para gerar emprego e dar sossego e paz à população brasileira. Parabéns, Senadora Iris de Araújo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) – Senadora Iris de Araújo, lamento informar que V. Ex^a dispõe de apenas mais cinco minutos.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente, procurarei ser breve.

Nobre Senador Alberto Silva, agradeço o aparte. Conheço o projeto de V. Ex^a e penso que faz muito bem em apresentá-lo, com o nosso apoio.

Temos uma responsabilidade pública. O PMDB a tem. E não se fura a colaborar com suas idéias, com seu projeto de desenvolvimento, com sua larga experiência administrativa, com seus reconhecidos talentos e quadros para simplesmente ajudar o Brasil – sem interesses nem segundas intenções.

Está o Senado da República mais uma vez comandado por um ex-Presidente da República que é a voz da ponderação, da lealdade, que é a própria ex-

pressão do mais fervoroso amor à Pátria, que é o nosso Presidente José Sarney. Estão aí o Líder do Governo no Congresso, Amir Lando, e o Líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros. Todos integralmente dedicados a amar este País e sempre dispostos a colaborar para o bem nacional. Tantos valores tem esse Partido, de Norte a Sul do País, que podem espontaneamente disponibilizar as suas experiências tendo em vista incrementar um novo horizonte para este País! Homens de história, de fibra, de elevado espírito público, como Mão Santa, Pedro Simon, Ney Suassuna, Alberto Silva, Ramez Tebet, Hélio Costa, Sérgio Cabral, Maguito Vilela e tantos outros dentro e fora do Senado.

Esse Partido tem história, Sr. Presidente, tem serviços prestados, tem a cor deste País. Mas temos, sobretudo, essa capacidade prática de realizar a coisa concreta. Outro dia, aqui mesmo, apresentava um vídeo do mutirão, instrumento barato e eficaz para resolver o drama da falta de moradias.

No momento em que o Brasil se perde no redemoinho das palavras, o PMDB pode perfeitamente fazer a diferença no sentido de convocar a Nação para um imprescindível mãos à obra contra a fome, contra a miséria, contra o desemprego.

Todos nós queremos não apenas assistir, mas participar do espetáculo do crescimento, Sr^{as} e Srs. Senadores. Um levantamento recente feito pelo Portal iG computou que o Presidente Lula, desde sua posse, já pronunciou mais de 200 mil palavras, superando os 160 mil verbetes da última versão do dicionário Aurélio. E o que tantas palavras geraram? Mais inquietação do que tranqüilidade, infelizmente, fornecendo combustível para os que se encontram ao redor da fornalha.

O PMDB não quer saber de fomentar essa ladainha, Sr. Presidente. O PMDB quer trabalhar com seriedade, denodo, compromisso e amor em favor do Brasil e de seu povo.

Está na hora de reunirmos as melhores idéias, os melhores projetos e começar a viabilizar o Brasil dos nossos sonhos. Jamais o Brasil da instabilidade, do retrocesso, do desrespeito à ordem e à lei, da ingeribilidade. Mas, sim, o Brasil da construção, das grandes realizações, do crescimento econômico e da justiça social.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente, pela oportunidade e por sua paciência.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desejo apenas encaminhar à Mesa um pronunciamento sobre o desemprego, na visão de uma série de entidades da sociedade, inclusive do próprio Governo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra pela Liderança do PSDB. S. Ex^a dispõe de dez minutos

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s. Senadores, há cerca de um mês, aprovamos no Senado Federal o Estatuto dos Torcedores, uma lei em parte contestada, mas que representou, estou convencido, um avanço no que se refere à modernização, ao crescimento e ao desenvolvimento mais integral dos esportes no Brasil.

Novos acontecimentos são relevantes para o nosso País nessa área e sobre eles eu gostaria de dar uma palavra hoje.

Primeiro quero saudar, em nome do meu Partido, a escolha do Rio de Janeiro para disputar o direito de sediar as Olimpíadas de 2012.

Sem dúvida, esta conquista, a vitória do Rio de Janeiro, sem subestimação de outros eventuais candidatos, comprova a caracterização do Rio como cartão-postal do nosso País e, da mesma forma, o reconhecimento de um trabalho de qualidade do Prefeito do Rio de Janeiro, César Maia. Os dois, o Rio e o seu Prefeito, o seu Governo de uma maneira geral, estão de parabéns. Mas este não é um ato isolado, e é sobre isso que eu gostaria de falar um pouco hoje à noite.

O Brasil é um País de imensas potencialidades. Uma das suas grandes potencialidades, que o povo reconhece, mas que não é organizada, diz respeito à capacidade brasileira nos esportes, que pode e deve ser associada à expansão de uma outra capacidade: a capacidade brasileira de produzir o turismo, trazendo empregos, negócios e distribuir renda.

Em 2004, as olimpíadas serão em Atenas. Em 2008, candidata-se e deverá ser aprovada para sediar outra olimpíada. O projeto dos chineses é fazer uma imensa olimpíada, algo que comprove para o mundo o lançamento da China como grande potência deste século.

A expectativa é que seja, de todas, no século, a mais relevante das olimpíadas internacionais. O Brasil se candidata pelo Rio de Janeiro a fazê-lo em

2012. Em 2012, as olimpíadas serão disputadas por vários países e cidades do mundo inteiro.

Sobre a possibilidade brasileira faço alguns comentários realistas. Primeiro, antes de qualquer coisa, nós brasileiros sempre encontramos um pretexto para subestimar as nossas possibilidades, mas elas são grandes. O conceito mais atual de olimpíada moderna incorpora a idéia de áreas isoladas que podem ser organizadas e nas quais se pode garantir segurança, eficiência e conforto.

A Barra da Tijuca é seguramente no Brasil e no mundo, uma bela paisagem com excelente situação para um programa desse tipo. Investimentos terão que ser feitos, mas são irrelevantes diante da potencialidade desse projeto.

Sendo a Barra da Tijuca uma grande vocação para o projeto, uma outra vantagem brasileira parece ser a questão da segurança. A segurança sob o ponto de vista atual e não a segurança sob o ponto de vista convencional.

O que se entende, hoje, depois especialmente do 11 de Setembro, é que não existe mais apenas um problema de segurança diluído, mas um problema de segurança associado à questão política relevante e à questão do terrorismo internacional.

Cidades como Nova York ou Berlim não são mais seguras nessa perspectiva do que o Rio de Janeiro, e é essa perspectiva que conta. Portanto, o Rio de Janeiro é um endereço possível, assim como o Brasil, para a realização da Olimpíada Internacional em 2012.

Além do mais, é claro que essa atuação brasileira seria relevantemente favorecida, se os brasileiros acreditassesem nela, se, desde agora, um esforço fosse feito, um convencimento fosse difundido, o País pudesse acreditar, investir e organizar essa solução.

Temos alguns dados concretos, por exemplo: em relação às Olimpíadas, a decisão tenderá ser por um país do Terceiro Mundo atual, ou melhor, provavelmente das Américas. Há um certo reconhecimento disso.

Além do mais, o Brasil já tem um calendário provável que consolida ainda mais essa expectativa. Em 2007, os Jogos Pan-Americanos serão realizados no Rio de Janeiro. Esta cidade sediará um dos mais importantes eventos do esporte internacional. Para este acontecimento, investimentos já serão feitos. Em torno dele, uma opinião pública internacional será mobilizada, atraída.

O Brasil, por outro lado, tem uma grande possibilidade de ter, em 2014, a Copa do Mundo; em 2006,

será a Alemanha; em 2010 há uma tendência para que seja na África. Há uma confirmação de que para 2014 se realize num país sul-americano. A confirmação é absolutamente favorável para o Brasil, uma vez que não haverá, provavelmente nessas condições, nenhum país sul-americano com a capacidade brasileira organizada com tal finalidade.

A combinação dessas atuações: os Jogos Pan-Americanos; a possível definição do Brasil para uma olimpíada que vai se realizar em 2005, que é a data prevista para essa solução, e uma Copa do Mundo em 2014 significam muito mais do que um sonho para os que gostam de esportes. Significam, de maneira concreta, um projeto econômico e social para o Brasil, e é o que devemos ter em vista. Se o Brasil reproduzir tais iniciativas, será um país com novas possibilidades de atrair investimentos e não apenas turismo, um endereço para os esportes internacionais, uma situação crescentemente consolidadora da nossa liderança na América Latina e nas Américas. Apostar e confiar no Brasil passa pela determinação de acreditar em projetos como esses para os quais o Brasil tem vocação, capacidade humana, capacidade técnica e capacidade de mobilizar capitais. Que não se alegue que investimentos para essa finalidade não são prioritários. São. Prioritário no Brasil é, sobretudo, a organização econômica que reproduza emprego, e o faça de forma distribuída.

O Rio de Janeiro está de parabéns. E devemos no Congresso Nacional tratar do assunto com responsabilidade, com organização, de maneira a que em médio e longo prazo o Brasil se consolide na liderança e melhore as condições de vida da população.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 568, DE 2003

Requer Voto de Aplauso ao município de Manacapuru, Estado do Amazonas, pelo transcurso de seu 71º aniversário de criação.

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso pelo transcurso, no dia 11 de julho de 2003, do 71º aniversário de instalação do município de Manacapuru, no Amazonas. Localizado a 86 quilômetros de Manaus, Manacapuru é

um dos mais importantes municípios do Amazonas, com expressivo índice de crescimento. As comemorações incluem um Festival Folclórico com apresentação de grupos amazonenses, incluindo espetáculos da dança de rua "Gueto Boys" e da Academia Rucilene. No dia 15 de julho, serão atrações às cirandas dos Guerreiros Mura, Tradicional e Karamtade. No dia 16, será inaugurado o Museu da Restauração, implantado em antiga loja e residência da família Ventura. Requeiro mais que o Voto de Aplauso seja comunicado ao Prefeito Municipal de Manacapuru, Ângelos Figueira.

Sala das Sessões, 9 de julho de 2003. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) – A Mesa encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) – Os Srs. Senadores Arthur Virgílio, Sérgio Zambiasi, Valmir Amaral, Reginaldo Duarte, a Srª Senadora Lúcia Vânia, e os Srs. Senadores Pedro Simon, Romero Jucá, Antero Paes de Barros, Sérgio Guerra, Leonel Pavan, Teotônio Vilela Filho e Paulo Paim enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do art. 203 do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum.

S. Exªs serão atendidos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o editorial da edição de hoje de **O GLOBO**, ao analisar a divulgação do novo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, salienta que "a melhoria do País no **ranking** do IDH serve para aplacar uma certa sofreridão dos responsáveis pela política social do Presidente Lula. Pois está claro que o atual Governo não detém o monopólio das preocupações sociais com o povo; sua salvação não depende exclusivamente do PT. Nem ele precisa ser salvo. Por estar no poder, cabe ao partido aperfeiçoar o que foi feito, mas sem a visão messiânica de que tem de partir de nada e que só ele sabe os caminhos da redenção.

Eis aí um oportuno conselho do grande jornal brasileiro ao Presidente Lula e a toda sua equipe. Por isso, solicito que o editorial passe a constar deste pronunciamento.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

Rio, 9 de Julho de 2003

Usina de injustiça

As estatísticas das Nações Unidas sobre o quadro social brasileiro confirmam que, já há algum tempo, políticas corretas aplicadas na educação e na saúde têm conseguido resgatar parte da pesada dívida da sociedade com as parcelas menos favorecidas da população.

A melhoria do país no *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano, IDH, serve para aplacar uma certa sofreruidão dos responsáveis pela política social do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Pois está claro que o atual governo não detém o monopólio das preocupações sociais com o povo; sua salvação não depende exclusivamente do PT. Nem ele precisa ser salvo. Por estar no poder, cabe ao partido aperfeiçoar o que foi feito, mas sem a visão messiânica de que tem de partir do nada e que só ele sabe os caminhos da redenção.

Muito já se andou nessa estrada – como se constata pela pesquisa – mas o país não pode permanecer no nível médio de desenvolvimento. E para avançar terá de atacar em duas frentes. Uma, onde são visíveis os progressos, é a frente dos gastos sociais em si. No final do governo passado, já estavam sendo aplicados na área social R\$ 30 bilhões por ano, tanto quanto é arrecadado pelo Imposto de Renda da pessoa física.

Na outra frente – essa mais desafiadora e onde pouco se tem avançado – é preciso fazer com que os recursos públicos de fato favoreçam os pobres. Por deficiências estruturais e históricas, boa parte desses gastos tem beneficiado as classes mais abastadas. Sem precisar ir muito longe no tempo, lembre-se dos subsídios do Banco Nacional da Habitação, uma das maiores transferências de dinheiro público para a classe média já feitas no país.

Debelar a grave deficiência nacional da distribuição de renda, apontada pelo trabalho da ONU, implica rever de forma radical a maneira como o Estado gasta o dinheiro do contribuinte. Não deixa de ser uma poderosa usina de concentração de riqueza o sistema previdenciário. Bem como o próprio ensino público universitário, no qual 93% dos estudantes estão entre os 40% mais ricos da população. São inúmeros os exemplos. Falta tomar consciência da extensão do problema.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente,

Sr@s e Srs. Senadores, uma das grandes questões que a democratização das sociedades e a revolução industrial colocaram, a partir do século XVIII, foi a da relação entre o capital e o trabalho. Dessa dualidade surgiram alguns dos grandes conflitos ideológicos e bélicos da humanidade nos séculos XIX e XX. Socialismo, comunismo e demais “ismos” tentaram se contrapor ao radicalismo da exploração do homem pelo homem pelo poder do capital dos primórdios do capitalismo, metamorfose do poder senhorial e feudal em nova forma dominação, conforme a história sobejamente nos ensinou.

Com a evolução das sociedades modernas, as relações em seu seio começaram a mudar, acarretando a busca de um novo equilíbrio entre os que detêm o capital e os que emprestam seu trabalho para a produção de riqueza. Todavia, e apesar de toda a evolução político-social vivida, ainda não granjeamos, aos olhos dos agentes sociais, uma harmonia aceitável entre capital e trabalho.

Nessa tentativa de conquista de equilíbrio, passos importantes têm sido dados com as diversas versões de participação de funcionários no capital das empresas em que trabalham, o que já ocorre no Brasil, mas principalmente nos países onde o mercado acionário é mais ativo. Contudo, mesmo essa meritória forma de redistribuição de renda e de democratização do capital não tem sido facilmente realizada ao longo das décadas de evolução do conceito de participação do trabalhador na empresa e de sua prática social.

Hoje, Sr. Presidente, desejo falar, pois, de um “Programa de Participação do Funcionário no Capital da Empresa em que Trabalha”, que eu chamarei aqui, para efeitos de oratória de PARCAPE, mesmo que não seja possível classificá-lo, no estrito senso legal, na categoria de programa. Trata-se de uma proposta que desejo ver debatida, aperfeiçoada e tornada realidade em favor da melhoria das condições de vida de todos quantos trabalham e colaboram para transformar o capital de alguns em riqueza para toda a sociedade.

Os objetivos do PARCAPE que proponho são os de:

a) estreitar e melhorar as relações entre o empregado e sua empresa, além de proporcionar um ambiente mais fraterno de trabalho;

b) fazer com que - existindo interesse e participação maior do funcionário – a empresa apresente melhor desempenho, se fortaleça e, dessa forma,

produza melhores resultados, beneficiando ambas as partes;

c) ensejar ao empregado a formação ou ampliação de seu patrimônio;

d) proporcionar, através do recebimento de dividendos, uma renda adicional ao funcionário quando se aposentar - renda e direitos derivados que permanecerão inalterados para a viúva e sucessores após o falecimento do empregado.

A consequência subsidiária de aporte de capital à empresa não pode ser encarada como objetivo do programa, já que aos empregados, pela legislação trabalhista atual, não cabe assumir os riscos de empreendimento, ônus exclusivo dos controladores da empresa.

Tal integração do empregado ao capital da empresa se fará pela possibilidade de utilização de parte de seu Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e/ou por incentivos oferecidos pelos governos federal, estaduais e municipais às empresas que adotarem o PARCAPE. Outras formas de incentivar a participação do trabalhador no capital da empresa poderão também ser articuladas dentro do quadro legal brasileiro.

Garantias de que o programa não se torne um grande engodo devem ser dadas para o caso de haver solução de continuidade no funcionamento da empresa. Para motivar a participação dos empregados, as ações que adquirirem terão preferência no recebimento de dividendos. Como garantia de estabilidade, as ações não poderão ser negociadas pelo empregado nos dez primeiros anos de aquisição. Em contrapartida, se o funcionário tiver recebido, como é o caso hoje de diretores, participação acionária expressiva por força de seu cargo, deverá vender sua posição se deixar a empresa, desde que não seja por aposentadoria.

Sr. Presidente, o BNDES, como gestor do Fundo de Amparo ao Trabalhador, o FAT, cujos recursos poderão ser em parte utilizados no projeto, poderá, também, encarregar-se do programa, em parceria com a Caixa Econômica Federal, gestora do FGTS, o que dará um maior aporte ao programa.

Sr^{as} e Srs. Senadores, acabo de apresentar, de modo resumido, o que se pode considerar como as linhas gerais de um programa de participação de empregados no capital das empresas em que trabalham. Tal proposta não exclui nem invalida iniciativas já existentes em empresas específicas. A elas deve somar-se e fazer prosperar o conceito de que a distribuição da renda é um objetivo social a ser alcançado.

Sr. Presidente, uma das tarefas mais nobres do poder político é o de regular as relações na sociedade, de modo a beneficiar o maior número de cidadãos. Uma outra tarefa é a de criar condições que possibilitem a geração de empregos, a distribuição da renda e o aumento da participação dos empregados na renda das empresas para as quais empregam sua força de trabalho.

Creio, Sr^{as} e Srs. Senadores, que já está definitivamente encerrada a era em que os que detinham o capital não tinham qualquer compromisso com o restante da sociedade. Estamos entrando na era da integração social entre pessoas e entidades. Não se concebe mais uma empresa que esteja desvinculada da proteção ambiental, da valorização de seus empregados, da qualificação continuada de seus quadros. Estamos entrando na era em que empreender não é apenas negócio. É também promoção humana e contribuição social, além da econômica.

Sr. Presidente, meus nobres Pares, faço votos que esta minha proposta possa prosperar em benefício dos que, à custa de seu esforço, contribuem para a construção das empresas brasileiras e da economia nacional. Este será, se concretizado, um passo importante na elevação do padrão socioeconômico de todos os brasileiros.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com imenso regozijo que o Brasil toma conhecimento das novas políticas de saúde, às quais o Governo do PT se associa para gerenciar os problemas do País. Refiro-me, mais especificamente, às notícias veiculadas, há bem pouco, sobre redução da carga tributária de medicamentos. Para a satisfação do cidadão, tal medida se refletirá naturalmente sobre a composição dos preços finais nas farmácias. Com o barateamento dos remédios, surge uma nova esperança de vida para a população mais carente e menos assistida de nossas cidades.

Em termos gerais, o plano consiste em expandir a lista de remédios que, atualmente, estão isentos da cobrança do PIS/Cofins. Segundo o Ministro Humberto Costa, a idéia é de incluir também naquele lista aqueles rótulos mais caros, principalmente os de uso contínuo, analgésicos e antibióticos. A expectativa do Governo Lula é de que o impacto da diminuição de impostos sobre os preços finais dos medicamentos alcance a faixa redutora dos 10%.

Isso corresponderia a uma economia bastante significativa no bolso da população mais afetada por enfermidades de natureza mais complexa, como o câncer, a diabetes e a hipertensão.

São, na verdade, cerca de três mil novos medicamentos na lista daqueles cuja alíquota zero tem sido aplicada para efeito de pagamento de determinados impostos. Cumpre destacar que, dois anos atrás, quando o antibiótico Bactrim e o tranqüilizante Lexotan foram enquadrados como isentos, seus preços no mercado sofreram reduções de 10% à época. A partir dessa experiência, criou-se, assim, um feliz precedente para que se adotasse mais tarde uma política mais abrangente de medicamentos. No fundo, aguarda-se que os populares analgésicos, como Aspirina, Tylenol e Arcoxia, sejam agora inscritos na categoria dos isentos.

Mais auspicioso, ainda, foi o anúncio da alta probabilidade de o Governo vir a acentuar a baixa da carga tributária dos medicamentos, via redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para o setor farmacêutico. As boas novas saem, igualmente, pela voz do Ministro da Saúde, quando faz questão de esclarecer que tudo depende de uma negociação mais estreita com os Estados, por cuja perda na arrecadação exigiriam, em troca, palatáveis compensações. Hoje, as alíquotas de ICMS dos Estados para medicamentos variam de 12% a 19%.

Em todo caso, o que o Brasil espera é que as indústrias farmacêuticas repassem para os consumidores os benefícios que obtiverem com a redução da carga tributária. Isso se torna, neste exato momento, plenamente factível, visto que, diante da baixa do dólar, os custos das matérias-primas importadas pelos fabricantes caíram consideravelmente. Todavia, embora a Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica apóie declaradamente as novas medidas, faz uma pequena ressalva, no sentido de o Governo vir a apreciar a proposta de reduzir os pesados encargos do imposto sobre a renda da sociedade brasileira.

Por outro lado, na linha da regularização do mercado farmacêutico, o PT acerta em estimular a criação de farmácias populares, em cujas prateleiras remédios mais baratos poderão ser ofertados à população. Na verdade, a medida segue de perto experiências exitosas desenvolvidas por administrações municipais do partido nos últimos anos. Trata-se, em suma, de bancar o abastecimento de remédios populares, mediante a produção dos mes-

mos em laboratórios oficiais do Estado. Vale ressaltar que as três esferas da Administração Pública respondem pela compra de 40% de toda a produção nacional.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, qualquer imposto sobre medicamento implica, no fundo, uma taxação sobre o próprio doente, o que demonstra ser algo desprovido de qualquer senso de juízo e de justiça. Não é à toa, portanto, que a própria OMS, com base em estudos, recomende aos governos que cortem a carga tributária incidente sobre os remédios. No Brasil, por exemplo, para garantir um mês de tratamento de úlcera com um medicamento de marca, o paciente vai ser onerado em 25 dias de trabalho de um trabalhador médio.

Enfim, para que tal quadro de injusto ônus seja, em definitivo, expurgado de nossa história, julgamos da maior relevância as medidas que o Ministério da Saúde anuncia para baratear os medicamentos. Nessa ordem, tenho convicção de que a população brasileira aguarda, ansiosamente, pela implementação da redução da carga tributária sobre os remédios, para que o cuidado com a saúde não seja mais considerado, neste País, objeto de poucos e para poucos.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE.
Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna, na tarde de hoje, para fazer um breve comentário sobre o artigo intitulado “O ABC da miséria”, de autoria do senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) publicado no jornal **O Globo**, edição de 9 de julho do corrente ano.

Ao solicitar que a matéria seja inserida nos Anais do Senado, destaco que o PSDB apóia qualquer iniciativa no sentido de buscar um país mais justo e equilibrado socialmente.

O texto, que passo a ler, para que fique integrando este pronunciamento, é o seguinte:

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

Quarta-feira, 9 de julho de 2003

O ABC da miséria

EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS

Nos últimos dias, dois eventos ganharam as manchetes dos jornais. O primeiro, pela força das imagens — a fila dos candidatos a gari da Comlurb, no Rio. O segundo, pela força dos números — a divulgação pelo IBGE dos índices de desemprego em seis regiões metropolitanas.

Poucas imagens foram tão chocantes quanto as da fila da Comlurb. No primeiro dia de inscrição, 20 mil se espremeram e se acotovelaram. Submeteram-se a bombas de efeito moral e granadas de gás. Envolveram-se num empurra-empurra com policiais. Tudo para inscreverem-se à primeira fase de um processo de seleção de nove dias.

Para quem pensava que aquilo era tudo, a surpresa: as 20 mil pessoas eram só o início do processo de seleção. Além do sonho do emprego, estavam unidas pelas iniciais. Todos alt-se chamavam André, Armando, Arnaldo, Bruno, Bruna, Ana, Alda, Altair, Adelaida, Bárbara, Belchior... Só os nomes começados por A e B.

Era o ABC da tragédia brasileira, da falta de perspectiva. A materialização de anos de concentração de renda. E o que existe de mais comovente e ao mesmo tempo devastador é constatar a esperança de tanta gente. A esperança depositada num emprego de gari. Um candidato chegou a dizer que aquele era mesmo seu sonho. Nada contra a profissão, evidentemente. É uma atividade honrada, digna — como qualquer outra. Mas recolher lixo nas ruas não pode ser a primeira opção de ninguém.

O aterrador em tudo isso é constatar que nenhuma capital brasileira estaria livre do "teste da Comlurb". Os números estão aí para varrer qualquer idéia de que o fenômeno é carioca. A taxa de desemprego no Brasil em maio de 2003 foi de 12,8%, contra 11,9% em maio de 2002. O rendimento médio real das pessoas ocupadas foi de R\$ 841,00, queda de 14,7% em relação ao mesmo mês de 2002. Apenas em São Paulo, a taxa de desemprego cresceu de 12,2% para 14,6% no

período. Há hoje 1,3 milhão de desempregados na região metropolitana, 30,5% acima do que havia um ano atrás. A renda caiu 14,9% por lá, a cima portanto da média nacional.

Ou seja, São Paulo não passaria no teste da Comlurb. O Brasil não passaria. Até porque a fila da Comlurb é o Brasil. É São Paulo. É o Rio. É Londrina, onde 17 mil pessoas acabam de inscreverem-se em recrutamento para o serviço funerário.

As imagens do Sambódromo devem ficar gravadas na retina dos formuladores da política econômica. Com o perdão de Drummond, havia uma fila no meio do caminho. Nada pode ser tão importante para um governo de viés social do que varrer as filas da Comlurb para a lata de lixo da História.

Quem se inscreveu no concurso da Comlurb acredita no Brasil. O concurso, neste sentido, não é para uma vaga de gari. É para uma vaga de cidadão. Se puder olhar para trás, em quatro ou oito anos, e acenar com a redução drástica do desemprego, o governo Lula terá cumprido boa parte do que se esperava dele. O importante é fazer. Uma certeza todo mundo tem: crescimento e empregos só virão com queda expressiva das taxas de juros e reformas constitucionais como as da Previdência e do sistema tributário. O governo do PT se comprometeu com esta agenda positiva. Nas filas, nas vilas, favelas, é o que todo brasileiro espera de Lula.

O PSDB já manifestou seu apoio às reformas. Tem cobrado a redução dos juros. O partido estará atento aos movimentos do governo até o final de 2003. Um ano é tempo suficiente para que algumas decisões sejam tomadas. Uma coisa é combater a inflação; outra é correr o risco de paralisar o país. Está na hora de virar a página da concentração de renda, da exclusão social, do crescimento às colherinhas. O PSDB começou a inventar um novo Brasil, mais justo e equilibrado socialmente. O PT não pode fazer menos do que radicalizar esta transformação.

EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS é senador pelo PSDB-TO.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, venho neste momento a esta tribuna para, novamente, destacar matérias que tratam da ocupação de terras, pelo MST, desta vez nos Estados de Pernambuco e Paraná.

As matérias, de extrema atualidade, pelo que entendo que a inserção nos Anais do Senado é oportuna, e que foram publicadas nos jornais **Folha de S.Paulo** e **O Globo**, ressaltam mais uma vez a necessidade de uma providência por parte do governo Lula para evitar a situação de tensão permanente que permeia a questão agrária no Brasil.

CONFLITO AGRÁRIO PM mobiliza 385 homens, mas não encontra resistência; tratores destroem as lavouras dos invasores

Policia retira sem-terra de engenho em PE

FÁBIO GUIBU
DA AGÊNCIA FOLHA, EM RECIFE

Os 1.500 sem-terra acampados no engenho Prado, em Tracunhaém (PE), foram despejados ontem pela Polícia Militar, por ordem judicial. A operação, que durou 12 horas, mobilizou 385 policiais e resultou na detenção de três lavradores, dois deles acusados de porte ilegal de armas.

Não houve confronto, mas foram feitas várias denúncias de truculência policial. Os sem-terra afirmam que a líder do grupo, Luiza Cavalcanti, foi espancada antes de ser presa, acusada de desacatar os PMs em serviço. Até o fim da tarde, os despejados permaneciam próximos às áreas, às margens da rodovia, alegando não ter para onde ir. Tratores destruíram seus barracos e cultivos.

O despejo ocorreu um dia após o encontro dos líderes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que não obteve promessa de trégua para as invasões e saques.

O engenho Prado, invadido há sete anos por integrantes da CPT (Comissão Pastoral da Terra), braço agrário da Igreja Católica, foi palco de uma das ações mais violentas do MST neste ano.

No dia 19 de maio, cerca de mil lavradores invadiram a sede da propriedade, depredaram e incendiaram casas, galpões e tratores. O movimento classificou o ataque como "um ato de solidariedade" aos acampados.

No dia seguinte, os trabalhadores rurais perseguiram dois seguranças da Usina Santa Teresinha, do engenho, incendiaram suas motos e os tornaram como reféns.

Ontem, os 180 barracos dos três acampamentos montados no engenho (Chico Mendes 1, 2 e 3) foram destruídos. Os tratores derubaram ainda quatro igrejas dos colonos e passaram por cima de lavouras e pomares que já estavam em período de colheita.

Adultos e crianças choraram. "Perdi mil pés de inhame, alicerce, macaxeira, milho, feijão e cebolinha", disse a agricultora Maria José Monteiro, 49, há sete anos

acampada no local. "Para onde vamos agora?", perguntou.

O comandante da operação, coronel da PM Romero Queiroz, disse que os sem-terra poderiam ir "para onde quisessem". Afirmou também que toda a ação foi pacífica e negou a acusação de truculência e agressão contra a líder do acampamento.

Segundo ele, a agricultora "gritava, esperneava e desacatava" os policiais. Ainda de acordo com o coronel, os outros dois detidos portavam espingardas artesanais, conhecidas por "soca-socas".

Helicóptero e caminhões

Além de 385 homens armados com escopetas, pistolas e bombas de efeito moral, a PM contou com o apoio de um helicóptero da Secretaria da Defesa Social do Estado e 17 caminhões e ônibus cedidos pelo proprietário das terras para a remoção dos lavradores.

O secretário da Defesa Social, Gustavo Lima, negou que o despejo tenha conotação política: "Cumprimos o que a Justiça determinou". Lima afirmou que o efetivo policial "foi o necessário para a manutenção da ordem".

A operação começou às 5h30, com a interdição de nove quilômetros da rodovia PE-41, que passa em frente aos acampamentos. O trabalho só terminou no final da tarde, com a suspensão, pela justiça, do despejo de 38 famílias (180 pessoas) que vivem em outro engenho, o Penedinho, também pertencente à Usina Santa Teresinha.

Segundo o superintendente do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em Recife, João Farias de Paula Júnior, a área não pode ser alvo de ações de reintegração de posse por se tratar de um assentamento.

Não é o caso dos acampamentos no engenho Prado, cujas áreas estão em processo de vistoria. O pedido de reintegração dessas glebas foi feito em 1997, mas a liminar só foi concedida pela Justiça na terça-feira. O gerente-geral da Usina Santa Teresinha, José Mário Santos, disse que as áreas invadidas (cerca de 400 ha dos 800 ha do engenho) serão usadas para o plantio de cana-de-açúcar.

Os textos, que passo a ler, para que fiquem integrando este pronunciamento, são os seguintes:

1 – Polícia retira sem-terra de engenho em PE – **Folha de S.Paulo** - A6 – 04.07.03";

2 – MST acusa dirigente da UDR se ser mandante – **O Globo** Caderno 1 – 5A – 05.07.03".

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)



MST acusa dirigente da UDR de ser mandante

Presidente da entidade nega e diz que funcionários de fazenda foram tocados

• NOVA ESPERANÇA (PR). O Movimento dos Sem Terra (MST) acusou ontem o presidente da União Democrática Ruralista (UDR) do Paraná, Marcos Prochet, de ser o mentor do ataque aos acampamento de sem-terra anteontem à noite. Ontem, Prochet visitou as fazendas Roma e Pitanga e acompanhou as operações policiais na região. Irritado, parou diante da porteira da Fazenda Roma e tentou convencer os policiais de que a revista na propriedade seria uma vergonha. Pouco depois disse que iria embora para não ser preso por desacato.

Segundo o MST, as recentes declarações do presidente da UDR em defesa da formação de milícias armadas e outros atos de violência, mostram que ele seria o "mentor da ação terrorista". Prochet nega a acusação.

— O que houve lá foi uma armação do MST e eu não deixaria de ir às fazendas prestar solidariedade aos produtores rurais. O que aconteceu foi que dois funcionários foram tocados dentro da Fazenda Roma e os policiais não tiveram sequer a coragem de revistar o acampamento do MST, que está sempre carregado de armas — disse Prochet.

O ruralista já foi acusado pelo MST do assassinato do sem-terra Sebastião Camargo, numa violenta desocupação

promovida pelas milícias da UDR em fevereiro de 1998, no município de Marilena. O fazendeiro argumenta que foi ele quem foi ameaçado por militantes sem-terra.

MST acusa UDR de várias violações a direitos humanos

O MST argumentou que durante o governo Jayme Lerner, a PM e as milícias da UDR protagonizaram várias violações de direitos humanos em despejos ocorridos na região noroeste do estado. Também datam dessa época os assassinatos dos sem terra Sétimo Garibaldi (1998) em Marilena, de Eduardo Anghinoni (1999), e de Sebastião da Maia (2000), em Querência do Norte.

O MST e a ONG Terra de Direitos encaminharam uma representação ao Ministério da Justiça e à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos para que o caso seja investigado.

O presidente da UDR do Paraná disse ainda que os fazendeiros agem na defesa de seus direitos ao usarem seguranças armados em suas propriedades.

— Eles (os militantes do MST) invadem propriedades e querem levar o quê? Lanchinho? — perguntou o dirigente da UDR. (S.A.) ■

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores: recentemente, pedi a inclusão nos Anais do Senado Federal de alguns textos que elaborei em meados da década de 90 e que acabaram servindo quase sempre como base para pronunciamentos que fiz na Tribuna do Senado Federal ou que acabaram sendo publicados, como artigos, em jornais de circulação. Pedi a inclusão nos anais dessas reflexões - distribuídas em dez textos - porque, ao relê-las, notei que todas tratavam de temas sociais ainda hoje candentes. O que eu posso dizer é que, de uma maneira geral, o Brasil pouco avançou nos últimos cinco ou dez anos, em especial no campo social.

Analizando aqueles antigos textos percebi que vários deles tratavam de um tema que tem sido central na minha atividade política: o combate sem tréguas à corrupção.

Num desses trabalhos escrevi: “decomposição, devassidão, perversão, depravação, putrefação. Palavras comuns, não apenas em suas rimas, mas, principalmente, na repugnância de seus significados. Quem corrompe, decompõe, devassa, perverte, deprava. E, quem é corrompido é pervertido, depravado, estragado, podre. Não me inspiro na insistência do noticiário sobre a malversação de recursos públicos com o custo de oportunidade da miséria, da fome, da doença e do analfabetismo de milhões de brasileiros”. Mantenho a assertiva.

A corrupção, julgo eu, é fonte original de muitas das mazelas brasileiras. É a responsável direta – por exemplo – pelas filas dos hospitais, pelo desemprego, pela fome e pela miséria. Se os recursos públicos não fossem drenados pela corrupção avançaríamos bem mais rápido no campo social. Por isso, sempre julguei que era preciso dar prioridade às ações de Estado que tinham como objetivo combater a corrupção. “Trata-se de uma missão que deve ser incorporada por todos aqueles que se dizem cristãos ou que se manifestaram como tal para galgar postos de comando político”, escrevi em um daqueles textos.

Também lamentei nesses textos, como o fiz inúmeras vezes da Tribuna, a extinção da Comissão Especial de Investigação – CEI, que deveria investigar atos de corrupção na Administração Pública. Essa comissão foi criada pelo ex-Presidente Itamar Franco, tão logo por mim proposta, e fulminada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, já no 19º dia de seu mandato.

Em trabalho que elaborei sobre o financiamento das campanhas eleitorais brasileiras afirmei que “na verdade, o que se percebe é que as sucessivas mu-

danças na lei eleitoral facilitam a adaptação dos interesses momentâneos às pressões exercidas pelo poder econômico”. Essa anomalia se mantém até hoje. A prática política nacional tem mostrado que financiar campanhas políticas tornou-se um grande “negócio”, nos dias atuais. “É negócio pautado por contratos, ainda que informais e que chegam a movimentar cifras das mais significativas, a ponto de já se tornar hábito relacioná-las, percentualmente, com o próprio Produto Interno Bruto do País”.

As CPIs Collor/PC e do Orçamento mostraram ao País “como se materializam os financiamentos de campanha e das relações promíscuas que ocorrem entre doadores e tomadores após as cerimônias de posse. Não é à toa que as leis eleitorais parecem propiciar maiores dificuldades a quem procura obedecer-las do que punição a quem não as cumpre”.

Reuni, agora, neste bloco, dez trabalhos que têm como princípio o combate à corrupção. Mas trato também neles do lucro exorbitante dos bancos, que continua a crescer ainda no ano 2003; da privatização indevida da Companhia Vale do Rio Doce e outros temas correlatos. Esses são os textos que gostaria de ver registrados nos Anais da Casa.

Origens da Corrupção

Quem diria, o primeiro ato de corrupção virou notícia já no terceiro capítulo do Livro Gênesis, exatamente o que revela a criação do universo e, consequentemente, do homem. Isso significa que os seres humanos mantiveram-se incorruptíveis por, apenas, dois capítulos da Bíblia Sagrada. Não fossem os encantos da serpente maligna, estariam todos, hoje, no pleno gozo do paraíso. E, quem sabe, a Bíblia se circunscreveria ao capítulo II, o que não seria nada desagradável, pois ali se trata do paraíso terrestre e, como se algo ainda faltasse, da criação da mulher.

Não sei em que parte desse paraíso estariam hoje. Quem sabe, numa destas ilhas paradisíacas ao som de “O Thaiti é aqui”. Todos, incluindo os milhões de brasileiros que não conseguem mais o pão, nem com o suor dos próprios rostos.

Como se vê, muito pouco tempo depois de sua criação, o homem não se contentava mais nem mesmo com o paraíso criado por Deus. E, depois de um longo, tumultuado e velho testamento, Ele, em sua infinita bondade, houve por bem enviar à Terra o seu único Filho, para pregar o amor, a paz, a união entre os povos, os princípios éticos, a liberdade, a igualdade, a fraternidade a decência e a probidade. Pois é, venderam-No por trinta dinheiros.

Deus fez o homem à sua imagem e, parece, nem todos se mantiveram à sua semelhança. Por isso, combater a corrupção significa resgatar, no homem, a concepção que Deus fez dele. A luta contra a corrupção é, portanto, um sacerdócio.

A corrupção é o grito de dor nas filas dos hospitais. É a escuridão do analfabetismo. É o desemprego, a fome e a miséria. Como contraponto, combatê-la se torna, portanto, algo como contribuir no resgate do projeto divino de construção do paraíso.

É por essa razão que não me cabe implorar prioridade para as ações que encarnem o objetivo de combater a corrupção. Trata-se de uma missão que deve ser incorporada por todos aqueles que agora se dizem cristãos ou que se manifestaram como tal para galgar postos de comando político.

É bem verdade que as orações de combate à corrupção têm sido, ultimamente, pouco comunitárias. E são poucos os "sacerdotes" que ainda inspiram fé. Não é à toa que se baixam, tanto e cada vez mais, os olhos, quando os jornais estampam os gráficos com índices de popularidade. É o povo que não se contenta mais em responder unicamente amém.

De minha parte, jamais economizei orações. Aliás, tenho sido, talvez, dos oradores que mais ocuparam as tribunas para conamar o combate à corrupção. E o coral do povo tem sempre me acompanhado, em uníssono.

Creio, firmemente, que ainda é possível estancar esse tumor mal curado que teima em minar as resistências da alma brasileira. E tal operação exige a assepsia de homens que se inspiram na imagem do Criador: devem ser probos, íntegros, livres de qualquer má suspeição. Essa é, a propósito, a imagem que inspirou o Presidente Itamar Franco, ao instituir a Comissão Especial de Investigação(CEI). Queria ele que a CEI fosse totalmente isenta, no sentido de investigar todas as denúncias de corrupção que teimava em manter-se corroendo as entranhas da dignidade nacional.

A CEI revolveu inúmeros pecados mortais cometidos pela Administração Pública. Mas, essa mesma Administração teve poder suficiente para transformá-los, no máximo, em veniais. Mais do que isso: proclamou o auto-perdão, sem qualquer penitência.

A extinção da CEI se constituiu em um dos primeiros atos do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Não tenho o poder de adjetivar esse pecado da assessoria do Sr. Presidente. Curvo-me, entretanto, à grandeza do arrependimento e do perdão. A CEI pode ser recriada. Sustentação institucional não lhe faltará.

O Projeto de Lei autorizativo, de minha autoria, já tramita na Câmara dos Deputados, após aprovação consagradora pelo Senado Federal.

Há tempo e condições, portanto, do Sr. Presidente sanar esse erro que acredito ser fruto de má assessoria. Afinal, serpentes também crescem e se multiplicam.

Os muitos nomes da corrupção

Decomposição, devassidão, perversão, depravação, putrefação. Palavras comuns, não apenas em suas rimas, mas, principalmente, na repugnância de seus significados. Quem corrompe, decompõe, devassa, perverte, deprava. E, quem é corrompido é pervertido, depravado, estragado, podre. Não me inspiro na insistência do noticiário sobre a malversação de recursos públicos com o custo de oportunidade da miséria, da fome, da doença e do analfabetismo de milhões de brasileiros.

Na verdade, estes são, exatamente, os termos utilizados pelo Mestre Aurélio Buarque de Holanda para definir corrupção, corruptor e corrupto. Do Latim, *corruptione, corruptore, corruptu*. Portanto, pode-se afirmar que, para se investigar, por completo, a perversão ou a depravação no uso dos recursos públicos, há que se examinar não apenas os pervertidos ou os podres. Há que se diligenciar, também, sobre quem deprava ou putrefaz.

Podem parecer palavras, exageradamente, fortes, mas elas carregam o tamanho da indignação popular frente à malversação de recursos públicos, crime que, infelizmente, não tem passado pelas páginas policiais, mas que tem ocupado os espaços mais privilegiados das manchetes dos jornais. Aos olhos da população, não há diferença significativa entre corruptor e corrupto: para ela, ambos são devassos, depravados e podres.

A corrupção se fundamenta em relações pessoais. Por isto, ela contamina. E, no caso, é a população que exige dos governos o uso de preservativos. Porque a população sabe que a corrupção é um mal que já causou efeitos colaterais em 30 milhões de brasileiros que sobrevivem abaixo dos limites da pobreza.

O Sr. Murilo Mendes, presidente da Construtora Mendes Júnior, em entrevista à revista Istoé, de 14.02.96, afirmou que as propinas podem chegar a 20% do faturamento das empresas. Isto significa que um em cada cinco reais gastos em obras públicas se perdem pelos ralos da corrupção, enquanto um em cada cinco brasileiros vive na pobreza e morre de miséria.

Esta contaminação também tem os seus carnavaços, e se utiliza de fantasias como os orçamentos públicos, as concorrências, as licitações, as tomadas de preços, que, contraditoriamente, cometem a imoralidade de esconder o essencial.

Como um mal que corrói as estruturas e mina as resistências, a corrupção não pode ser tratada como se fosse, apenas, febre passageira. Há que se atacá-la em suas causas. E, há que se encontrar antídoto que impeça a sua proliferação.

Em, pelo menos, três momentos, a população brasileira encheu-se de esperança de que a corrupção teria suas raízes abaladas. O primeiro se deu com a CPI Collor/PC. A CPI não apenas "isolou o vírus" da corrupção, ela cuidou, também, de afastá-lo. Entretanto, enquanto "prontuário", o Relatório Final da CPI Collor/PC mostrou-se incompleto e parcial. Outros elementos de investigação deveriam ser incluídos no trabalho. Não se tocou, como deveria, na questão dos corruptores que, certos da impunidade, mantiveram sua ação contaminadora.

A CPI do Orçamento constitui o segundo momento. De repente, percebeu-se que o próprio ambiente onde se investigava atos de corrupção, também se achava contaminado. Promovida a "auto-curetagem" com a cassação e o afastamento de parlamentares, parecia estar, ali, a oportunidade de revelar à população as verdadeiras dimensões da corrupção no País. Mas, se percebeu, também ali, que a corrupção tem fortes "autodefesas" e que não poderiam ser transpostas no tempo estipulado para a execução dos trabalhos da CPI. A opção foi a de "purificar" o ambiente e partir, então, para uma investigação profunda sobre os agentes corruptores.

O terceiro momento se caracterizou com a criação, pelo então Presidente Itamar Franco, da Comissão Especial de Investigação - CEI. Constituída por cidadãos brasileiros de reconhecida probidade e competência, a Comissão produziu extensa documentação sobre denúncias de desvios de recursos e de dilapidação do patrimônio público no Brasil.

Portanto, já se constituem suficientes todos os elementos introdutórios à instalação da CPI dos Corruptores. Na CPI do Orçamento, inclusive, foi aprovado Requerimento, de minha autoria, que recomenda a criação da nova Comissão.

Mas o título idealizado para a nova CPI, o de investigar "agentes corruptores" não poderia ser mais apropriado. Os fatos não só reforçaram a robustez das tais "autodefesas" da corrupção, como explicitaram o quanto são, igualmente, vigorosos os seus agentes. Na Câmara dos Deputados, a CPI foi bom-

bardeada com a negativa ou a retirada de assinaturas. No Senado Federal, apesar das 30 assinaturas de Senadores apostas ao meu Requerimento, a Comissão foi minada pela não indicação de integrantes pelos Senhores Líderes do PFL e do PSDB.

Apesar do entendimento de que tal lacuna poderia ter sido preenchida pelo Senhor Presidente do Senado, recorrendo-se ao Regimento Comum do Congresso Nacional, a CPI foi extinta, formalmente, em 15.12.95, sem, ao menos, ser instalada.

Não foi diferente o destino da Comissão Especial de Investigação do Governo Federal, fulminada pelo Decreto nº 1.376, de 19 de janeiro de 1995, um dos primeiros atos do atual Presidente da República, que, além de extingui-la, transferiu o seu acervo documental para o Ministério da Justiça e determinou que os procedimentos e investigações sobre atos e fatos ali expostos se constituíssem de responsabilidade de um órgão subalterno do Ministério da Fazenda. Tal documentação jaz em alguma prateleira, fria e escrava, da Esplanada dos Ministérios.

Portanto, não são fatos novos, nem a corrupção, nem as boas intenções de investigá-la. Mas não se pode negar que são, cada vez mais, fortes as barreiras contrárias à descoberta de antídotos que permitem extirpá-la.

De nada adianta o discurso de que a corrupção não é, apenas, febre, se, na prática, ela é tratada como meros soluções. E, no caso, não parece suficiente a sabedoria popular de que soluções se curam com água fria ou com sustos. Porque há que se banir a possibilidade de um "susto institucional", pois, aí, poderá não haver água fria o bastante para impedir uma possível ebulação. Nem antídoto suficiente para evitar a devassidão. Sinônimo de corrupção. E de podridão.

Economês, dialeto indecifrável para os mortais

A recorrência de fatos ligados à economia brasileira tem me colocado, nos últimos tempos, em contato mais constante com os economistas. Em primeiro lugar, confesso a minha dificuldade em termos lingüísticos. Parece-me que eles falam uma espécie de esperanto: mistura da língua de suas respectivas origens, do inglês e de um dialeto indecifrável para os mortais. Tudo indica ser o tal do economês. São evasivos. Se questionados, recorrem ao "de um lado, isto; do outro, aquilo".

Embora sonho da maioria, alguns poucos buscam especialização em grandes universidades fora do País. Preferem Harvard, Vanderbilt ou Manchester. Por isso, estabelecem, com seus pares, um verdadeiro *apartheid* curricular. Durante anos, os países me-

nos desenvolvidos exportaram suas melhores cabeças para cursos de mestrado e de doutorado no exterior, normalmente com bolsas de estudos e passageiros aéreos pagas com dinheiro público. Afinal, era o próprio País investindo na sua *inteligência*.

Intriga-me como este conhecimento de primeiro mundo é repassado para a realidade dos países de origem, quando do retorno destes novos mestres e doutores. Se o País é extremamente pobre, devem estar, hoje, em desvio de função. Ou, quem sabe, lecionando em alguma faculdade de ciências econômicas local, alimentando novos sonhos de partida. Se são de países em desenvolvimento, as disparidades regionais e pessoais de renda propiciam-lhes campo fértil de atuação exatamente como economistas: ali encontram realidades próximas às de primeiro mundo, cujas elites não são, significativamente, diferentes.

Neste último caso, trabalham, normalmente, para os respectivos governos. Fazem parte das chamadas "equipes econômicas". Aqueles que dominam com maior fluência o economês, vão para os respectivos bancos centrais. Afinal, lá, na maioria das vezes, exige-se que eles se comuniquem, apenas, entre si.

Nada é culpa do acaso. A geração de novos economistas plantados em postos chaves dos governos de países em desenvolvimento foi, cuidadosamente, preparada no chamado primeiro mundo. Lá se produziu o receituário. Lá se aprendeu o economês. Não é à toa que, independente do país e das diferenças locais, as chamadas "medidas econômicas", adotadas por suas respectivas equipes econômicas, são semelhantes. E tomem "globalização", "desindexação", "privatização", "flexibilização", "âncora cambial", "desaquecimento", "bolhas de consumo". Aqui, ou na Argentina, no México, no Paraguai, na Venezuela, na Colômbia, no Peru... Tudo isto, com seus respectivos *trade-offs*, discutidos, exaustivamente, em "proveitosos" *brain stormings*.

Não se trata, apenas, de uma questão de linguagem. O primordial é o conteúdo. E, para que ele seja assimilado, quase que compulsoriamente, pelos países em desenvolvimento, tornaram-se desnecessárias as desgastantes e pesadas pastas dos representantes de agentes financeiros internacionais sediados no primeiro mundo, a bisbilhotarem nossas contas e a nos ditarem normas e procedimentos. Basta implantá-lo na inteligência de nossas melhores cabeças. Portanto, também não é à toa que foram, exatamente, essas melhores cabeças as escolhidas para se aperfeiçoarem nas grandes universidades do primeiro mundo.

Não importa se estes países possuem situações próximas às de Botswana, se é possível "globalizar" interesses de cidadãos que se aproximam da realidade da Suíça. É por isto que se salvam os bancos, mesmo que em detrimento da fome, da pobreza e da miséria de milhões. Tudo em nome da "credibilidade do sistema financeiro". Tudo em defesa da integridade do sistema capitalista. Pode-se manter, como tal, as "botswanas", para que vivam as "suíças". Tudo em nome da chamada "globalização".

Não creio ser necessário aprender o economês para entender os economistas. Acho, ao contrário, que os economistas deveriam ter maior sensibilidade política para traduzir, na prática, o economês. E isto significa dizer que a língua mais apropriada para expressar a realidade de cada um desses países é, com certeza, a língua pátria.

A essência das contrapartidas

"A Organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição". O texto é da Constituição de Brasileira em seu artigo 18. A intervenção da União em assuntos político-administrativos dos Estados e do Distrito Federal é, a não ser em casos especiais, quando de possíveis riscos à integridade nacional ou quando as próprias unidades da federação descumprem determinações constitucionais.

A autonomia dos Estados enseja-lhe a adoção de um planejamento de modelo clássico, onde a primeira e a mais importante etapa é o conhecimento de sua própria realidade, a partir do qual se diferem os objetivos, as estratégias, as ações e os mecanismos de controle e de avaliação.

Mas, o que se observar, principalmente nas duas últimas décadas, foi a total inviabilidade deste modelo de planejamento. A falta de recursos estaduais impossibilitou o financiamento das ações propostas, por melhores que fossem os objetivos. O chamado "planejamento participativo" surgiu, então, como uma solução caseira para mobilizar recursos latentes dos próprios Estados. Escudado na proposta de democratização da ação pública, o planejamento participativo procurou a mobilização das comunidades diretamente envolvidas. Sem descurar a importância, em termos políticos, desta mobilização e as honrosas exceções em níveis locais, mais uma vez a falta de financiamento transformou este novo modelo de planejamento em peças de retórica.

A busca de alternativas de financiamento fora de âmbito dos estados, principalmente através de

agências internacionais deu contornos ao que se convencionou chamar “planejamento para a negociação”. São desta época as c caudalosas “missões” do Bird, do BID, como versões menores do FMI, a bisbilhotar números e a ditar regras e a mobilizar equipes estaduais de planejamento. Surgiram, então, os programas de cidades médias, entre outros. Ocorre que esses agentes internacionais, se propunham financiar apenas ações típicas de investimentos, em contrapartida à alocação de recursos estaduais para custeio. Mais uma vez o estrangulamento do orçamento estadual inviabilizou estes programas. Ou nos casos em implementação os investimentos foram, efetivamente, realizados, as ações se restringiram, quase sempre, ao período formal dos programas.

Não é a toa que, ainda hoje, não são raros os equipamentos ligados à educação, à saúde, ao armazenamento de produtos agrícolas, financiados com recursos externos e fechados por falta de recursos de manutenção.

Pior ainda, diferente do planejamento clássico pressupõe autonomia para implantar ações mais condizentes com a realidade local, o “planejamento para negociação” retirar dos Estados a sua capacidade de elaborar os seus próprios diagnósticos. A realidade a ser transformada não era mais aquela que o planejamento estadual apontava como a mais emergente, mas aquele que melhor se adaptava aos exógenos. E o planejador em nível estadual se comportava assim como o médico que, mesmo sabedor do diagnóstico que atestava, por exemplo, problemas intestinais em seu cliente, receitava-lhe remédios cuja terapêutica indicava dores de cabeça ou no máximo, problemas dermatológicos. Tudo porque era esse o único remédio à disposição nas “farmácias do BIRD e do BID. Não tão raros, pôr exemplo, programas para pequenos produtores rurais, em regiões típicas de latifúndio.

Como se sabe, além de não receberem os recursos esperados e de não assistirem às transformações desejadas, os Estados se obrigaram a investir seus próprios recursos escassos para o pagamento de “taxas de comportamento”, calculadas, ironicamente, sobre os valores disponíveis para o financiamento e não utilizadas por falta de contrapartida ou, simplesmente pela impossibilidade de realizar as ações propostas, muitas vezes frutos de verdadeiras traduções de manuais dos tais organizarmos de financiamento.

Mas, até aqui, ainda não se discutiu, em profundidade a questão mais crucial da negociação nos termos aqui expostos: a essência das contrapartidas, ou seja, o que se coloca por trás das exigências de quem financia.

No caso dos organismos financeiros internacionais, seria inocência imaginar que a seleção de regiões, de ações e de estratégias ocorrem ao saber do acaso. Os interesses que envolveram tais financiamentos compõem uma história ainda pouco exploradora.

Pouco se fala, hoje, sobre FMI ou BID. Os jornais têm publicado inclusive, que sobram recursos nas carteiras de financiamento destes organismos. Atribuiu-se ao fato exatamente a incapacidade dos Estados financiarem novos custeios. Mas, os Estados continuam negociando recursos.

Os jornais dão conta da negociação dos Estados com a Caixa Econômica Federal que atinge uma cifra aproximada de U\$1 bilhão. O que chama a atenção mais uma vez, não são os valores, dos respectivos financiamentos nem as cláusulas de garantias neles embutidas, mas as “obrigações adicionais”, exigidas como contrapartida. Demissão de funcionários, proibição de novas contratações, privatização de bancos estaduais de outras empresas estatais são algumas destas “obrigações”, cujas listagens atingem 28 itens em Santa Catarina, 44 no Rio de Janeiro, 44 em Minas Gerais, 47 no Rio Grande do Sul, e assim por diante.

O endividamento não parece ser o melhor modelo de planejamento estadual. Além da necessidade de saber quais os remédios disponíveis, antes da elaboração do diagnóstico, exige-se agora e a priori, que o paciente se comprometa a se tornar doador de órgãos.

Espera-se que o Governo Federal não encaminhe ao Congresso Nacional proposta de emenda Constitucional que suprima a expressão “todos autônomos” do artigo 18 da Constituição Brasileira.

A “reciprocidade” nas campanhas políticas

É tema recorrente na mídia, principalmente nos períodos eleitorais, a discussão que envolve as formas de financiamento das campanhas políticas. Enganam-se aqueles que imaginam ter o País uma lei eleitoral estruturada capaz de ditar as normas para as eleições em seus diferentes níveis e propiciar uma visão de futuro que exceda, simplesmente, os períodos correspondentes aos respectivos mandatos.

Ao contrário, a cada momento que antecede as disputas eleitorais, evidencia-se um verdadeiro alvoroco em torno de mudanças na lei que regerá o próximo pleito. O discurso explícito procura transmitir a esperança de uma maior transparéncia e de um maior rigor na apuração dos gastos de campanha, quanto às suas origens e ao montante de recursos efetivamente envolvidos.

Na verdade, o que se coloca, no discurso político e nas expectativas da população, é a própria legitimidade dos seus representantes na formulação das leis que constróem a história do país, na tentativa de aperfeiçoar, cada vez mais, o sistema de representação no processo democrático.

Entretanto, a própria prática tem mantido distância do discurso político. Na verdade, o que se percebe é que as sucessivas mudanças na lei eleitoral facilitam a adaptação dos interesses momentâneos às pressões exercidas pelo poder econômico.

E, é essa mesma prática que tem mostrado que financiar campanhas políticas tornou-se um grande negócio, nos dias atuais. Negócio pautado por contratos, ainda que informais e que chegam a movimentar cifras das mais significativas, a ponto de já se tornar hábito relacioná-las, percentualmente, com o próprio Produto Interno Bruto do País.

As CPIs Collor/PC e a do Orçamento são o retrato mais recente de como se materializam os financiamentos de campanha e das relações promíscuas que ocorrem entre doadores e tomadores após as cerimônias de posse. Não é à toa que as leis eleitorais parecem propiciar maiores dificuldades a quem procura obedecê-las do que punição a quem não as cumpre. É por isso que as informações oficiais sobre cada uma das eleições não passam, efetivamente, de um exercício de ficção.

É bem verdade, também, que essa não é uma marca que se registra unicamente no Brasil. Já no relatório final da CPI Collor/PC há informações de que na França, por exemplo, os recursos despendidos nas campanhas políticas possuem o traço da velocidade. Lá, os gastos com as campanhas presidenciais em 1974, 1981 e 1988 subiram os degraus de 40, 150 e 260 milhões de francos, respectivamente. E, foi a partir deste diagnóstico que o parlamento francês adotou, em dezembro de 1994, medidas radicais que proíbem doações de pessoas jurídicas a candidatos e partidos políticos.

O mesmo relatório mostra que, aqui, a ordem de grandeza dos números também exige maior reflexão. Em 1990, pelo menos 80 parlamentares eleitos para a Câmara Federal gastaram, cada um, mais de um milhão de dólares. Em 1992, nas eleições municipais das grandes cidades, estimava-se que o custo de campanha para as prefeituras atingiu os US\$ 20 milhões e a média de gastos para eleger cada vereador não foi inferior a US\$ 100 mil. Se esses dados espeílam a verdade, não há como acreditar nos dados oficiais da última campanha presidencial, que demonstram gastos totais, de todos os candidatos, da ordem

de US\$ 51 milhões. Por tudo isso é que o capítulo dedicado ao financiamento de campanhas, tornado público naquele histórico dia da leitura do relatório da CPI, principalmente pelo contexto ao qual ele se inseria, não mereceu, da população, a devida atenção.

Se os quantitativos veiculados pela imprensa são, no mínimo, duvidosos, por não espelharem a realidade, a questão se torna mais dramática quando se conhece as formas de atuação dos verdadeiros doadores de campanha e o que eles exigem, em troca. A *Folha de S.Paulo*, na edição de 08 de outubro último, sob o título “*Folha* revela como empreiteiras e bancos financiam o jogo eleitoral”, explicita a promiscuidade que marca as ligações entre os financiamentos de campanha e a alocação de dinheiro público, via orçamento, rubricada exatamente pelos respectivos tomadores de tais recursos privados. Nunca é demais notar que o quadro ali divulgado é povoado por boa parte das empresas que, segundo investigações da CPI Collor/PC, contrataram assessoria fictícia do Sr. Paulo Cézar Cavalcanti Farias no período anterior ao *impeachment* do Sr. Fernando Collor. Até mesmo o então presidente, em sua defesa, alegou tratar-se de “doações de campanha”.

Embora “doar” signifique transferir “gratuitamente” e “generosamente” a outra pessoa a propriedade de um bem, na prática essas contribuições constituem algo mais que doações generosas: são verdadeiros investimentos, cujo retorno é a inserção de emendas no orçamento da União, de interesse dos “doadores”. A mesma *Folha de S.Paulo* revela que, nas últimas eleições, o cruzamento de informações sobre contribuições de campanha com os dados da Comissão Mista de Orçamento demonstra que as doações feitas a determinados parlamentares foram retribuídas pela apresentação de emendas para obras de interesse das empreiteiras. Isso sem contar a questão do superfaturamento das obras públicas. O Banco Mundial estima que, no Brasil, estas obras chegam a custar o dobro daquelas realizadas em outros países. Também não é à toa que o Brasil foi considerado, recentemente, o quinto país onde se pratica mais corrupção, numa lista de 41.

Doação significa, pois, bem mais que “generosidade”. Significa obter créditos futuros junto àqueles a quem se doou. A “doação generosa”, muito bem caracterizada por Marcel Mauss, em seu clássico “Ensaio sobre a Dádiva” impõe uma reciprocidade entre “dar”, “receber” e “retribuir”. Impõe obrigações múltiplas entre os parceiros envolvidos. Favores passados ou por vir fazem parte deste intrincado jogo do poder onde as eleições, muitas vezes, constituem-se

no primeiro passo da caminhada rumo à corrupção. Favores outros como preenchimento de cargos públicos, aprovação de projetos de lei transformando interesses individuais em coletivos, são outros compromissos, obrigações que a reciprocidade impõe.

Embora o ideal e eticamente mais correto fosse que as doações ocorressem a partir de uma identidade de idéias, de defesa de princípios e de um programa a ser desenvolvido, a prática mostra que elas se constituem em um verdadeiro negócio, onde o poder econômico oferta e recebe, como troca, o passaporte para grandes investimentos.

Não há, portanto, como negar que é necessário encontrar mecanismos que permitam que o financiamento de campanhas políticas deixe de ser uma das formas mais perversas de corrupção, ao condicionar o resultado das eleições ao uso e ao abuso das estruturas de poder econômico, o que leva à descaracterização da legitimidade das disputas eleitorais e à distorção da representação política no processo democrático.

O que não se admite é o silêncio com odor de cumplicidade. É necessário repensar o uso do verbo "negociar", tão em voga nos últimos tempos, em substituição ao de "discutir", especialmente no Congresso Nacional. O próprio Congresso tem a sua "obra inacabada", ao silenciar sobre a continuidade das investigações sobre os "agentes corruptores". Ainda bem que, pelo menos, a obra divina não é inacabada. Se o fosse, não existiriam os homens...

Mau uso de dinheiro público

De pouco adianta o controle remoto da televisão. Do primeiro ao último canal, o tema é recorrente no noticiário do horário nobre: o mau uso do dinheiro público, justificado pelos restos de campanha, pela proximidade do poder ou, até, pela "ajuda de Deus".

Creio não ser essencial, no tratamento do tema, citar nomes, mesmo que eles tenham povoado a imprensa nos últimos tempos. Não que eu queira esquecer os escândalos recentes, omitindo os nomes dos inesquecíveis Paulo César, comandante Bandeira ou o outro Fernando. Não quero e não devo cercar-me do varejo, emendado pelos anões do orçamento, ou me afogar nos cheques-fantasmas da Rosinete.

São três as razões que me levam a não especificar casos como os do bingo paulista ou do jogo-do-bicho carioca. Em primeiro lugar, porque não tenho o monopólio da página deste jornal para listar tantos nomes e tantos fatos. Em segundo lugar, porque, por ser tão repetitivo, o assunto poderia suscitar bocejos ali pelo oitavo nome ou décimo caso. Em terceiro lu-

gar, porque não devo persistir no erro de considerar cada caso ou nome como um fato isolado. Este, inclusive, parece ter sido o grande equívoco(ou, quem sabe, a grande estratégia) nas investigações sobre malversação de recursos públicos no Brasil: considerar que a cassação ou, mesmo, a cômoda renúncia do "anão" ou a exoneração do funcionário público alcançassem a plena magnitude do problema.

Não se quer menosprezar a importância dos frutos de tais investigações. Nem das milhares de folhas de documentos compulsados durante os trabalhos das comissões de inquérito. Mas, não se pode negar que pouco ou nada se conheceu, até aqui, sobre as verdadeiras raízes da corrupção no Brasil.

Esse parece ser, hoje, o tema central de discussão nacional. Há, inclusive, uma contradição evidente quando se debruça sobre questão de tamanha relevância: enquanto os jornais parecem repetitivos nas manchetes diárias sobre o mau uso do dinheiro público, é escassa a bibliografia capaz de aprofundar a análise compreensiva sobre o assunto. Basta recorrer às pesquisas bibliográficas para perceber que esse não é um tema prioritário para autores e editoras, nem mesmo para traduções sobre estudos de casos considerados, mundialmente, emblemáticos. Como as editoras, certamente, baseiam suas decisões sobre novos lançamentos em pesquisas de mercado, tudo indica que o frenesi das manchetes de primeira página não chega a despertar a necessidade de um conhecimento mais aprofundado da população sobre o tema, pelo menos daquela que, ainda, adquire livros.

O que parece difícil negar é que a corrupção se institucionaliza, cada vez mais, no aparelho do Estado, apesar das boas intenções deste ou daquele governante ou da sucessão de CPIs. Mais, e pior: a repetição de casos de corrupção sem se aprofundar nas suas verdadeiras causas e sem propor medidas mais severas de combate e punição às práticas corruptas parece ter incutido na população um sentimento de impotência e uma sensação anestésica, que tende a minar, até, a sua capacidade de indignação e de auto-defesa, como se fosse natural ou normal uma certa dose de corrupção.

Mas, o que, também, ainda não mereceu a devida atenção é a durabilidade do efeito dessa "anestesia" numa população que sofre nas filas de hospitais públicos sem recursos nem mesmo para combater as verdadeiras febres, que chora a morte de milhares de crianças desnutridas e miseráveis, que troca o lápis e o livro didático pelo revólver e pelo Código Penal, que abarrotá ruas, praças, pontes, viadutos e celas de carceragem, em um país onde há, cada vez menos,

vagas, não só na obra da construção civil ou na capina da roça, mas, também, na sala de aula, na cadeia, na enfermaria ou, até, sob as pontes.

O médico sabe que o controle da febre não cura a doença; o promotor público está consciente de que o maior número de celas não extingue o crime e o arquiteto também reconhece que a solução do problema habitacional não está no alargamento de pontes e calçadas ou na proliferação de viadutos. Assim, também, não se combate a corrupção apenas com o ataque a casos isolados, numa sucessiva numeração de comissões especiais ou de inquérito.

Em primeiro lugar, há que se reconhecer a existência da corrupção e se ter vontade política para combater as suas causas, aniquilando estruturas e redes de relações pessoais que permitem as práticas de corrupção. Em segundo lugar, há que se observar que não há, ainda, democracia na distribuição dos recursos públicos no Brasil. O dinheiro "do povo e para o povo" se submete a um "regime de exceção": continua a ser, em tese, para o povo, mas é, na prática, para poucos. E a razão principal é que os "governos democráticos" se submeteram à "administração autoritária" dos recursos. É por isso, por exemplo, que os recursos públicos que faltam para a educação, a saúde, a segurança e o bem-estar da população foram, aos cântaros, para o sistema financeiro. No caso, a saúde pública, no seu sentido mais amplo, é trocada pela saúde financeira dos bancos, no seu sentido mais estrito.

Independentemente de governos, o Estado brasileiro encontra-se privatizado. E os governantes passaram a se constituir em administradores de interesses privados. E, o que causa maior apreensão é que, mesmo nos casos em que a corrupção é extirpada, não parece se constituir, na verdade, em defesa dos interesses públicos: trata-se de interesses privados hegemônicos ameaçados por intromissões de grupos exógenos que poderiam atrair a atenção e a ira da opinião pública. Não é à toa que, nas investigações já efetivadas, a figura dos corruptos era mutante, mas se mantinham as mesmas indicações dos agentes corruptores. Também não é por acaso que estes últimos mantêm-se incólumes a qualquer investigação. O próprio Estado cuida de mantê-los longe dos holofotes das inquirições porque, neste momento, eles se confundem: investigá-los significaria escancarar as entranhas do próprio Estado.

É por isso que, repito, procuro não incorrer no erro de, apenas, reavivar, na memória do leitor, certas figuras que foram acometidos pela febre da corrupção e podem, passados os "intervalos antitérmicos" das CPIs, retornar, em temperaturas ainda mais elevadas,

corporificados, quem sabe, em outros "comandantes". As "infecções", entretanto, persistem incólumes e perigam tornarem-se "septicemias" de difícil controle. No lugar dos "antitérmicos" há que se prescrever, urgentemente, os melhores "antibióticos"...

Preservar os avanços da Lei de Licitações

Há vários meses, o titular do Ministério da Administração e Reforma do Estado vem divulgando a intenção governamental de enviar ao Congresso projeto de lei modificando, substancialmente, a atual Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93), que, no seu entender, é "a pior lei do mundo". Objetivamente, são apontados como inconvenientes graves dessa lei o aumento do custo das compras e serviços contratados pelo Estado, a formação de cartéis para a cotação de preços muito superiores aos de mercado, a aquisição de bens e serviços de qualidade inferior em face da prevalência do critério de menor preço no julgamento das propostas e cotação de preços altos pelos participantes das licitações em razão da demora do Estado em honrar seus compromissos (*Jornal da Tarde* de 06-04-96, pág. 6A).

Conheço, nos seus pormenores, a Lei nº 8.666/93, pois fui relator, no Senado Federal, do projeto que lhe deu origem. Apesar do tempo decorrido, ainda lastimo que o Substitutivo que a ele ofereci, então prontamente acolhido pelo mesmo Senado, não tenha merecido idêntico destino na Câmara dos Deputados. Afinal, tratava-se de texto que era fruto de criterioso trabalho de equipe, produzido a partir de valiosos subsídios colhidos em audiências públicas e outros mecanismos de escuta dos meios especializados. Contudo, ainda que persista no entendimento de que o texto de minha autoria tratava mais adequadamente a matéria, jamais endossaria as críticas que o titular do Ministério da Administração vem opondo à Lei de Licitações.

De início, parece-me incorreto atribuir-se à lei o aumento de custos das compras e serviços contratados pelo Estado. Entendo, ao contrário, que uma das virtudes da nova lei é, precisamente, colocar ao alcance do bom gestor mecanismos que impedem contratações a preços superfaturados. Basta verificar que a lei em questão determina que já conste do próprio edital o critério de aceitabilidade dos preços (art. 40, X), o que impõe à Administração a realização de prévia pesquisa de preços.

Além disso, ainda nos termos da mesma lei, cabe à Administração verificar a conformidade de cada proposta com os preços de mercado ou, quando for o caso, fixados por órgão competente, corren-

do-lhe ainda o dever de desclassificar as propostas desconformes ou incompatíveis com tais preços(art. 43, IV, c/c art. 48, II).

Por aí se vê que só contrata a preço superfaturando aquele que efetivamente o desejar. Tanto isso é verdade que, poucos meses após a promulgação da lei, o então titular do Ministério dos Transportes, segundo foi amplamente noticiado, anunciou a sua intenção de renegociar os preços de boa parte dos contratos então administrados por aquela pasta, ao argumento de que os preços ofertados nas novas licitações haviam caído a quase a metade!

Também inconsistente, a meu ver, é a alegação de que a nova lei propiciaria a formação de "cartéis de fornecedores" a fim de elevar preços. Basta ver que, a par de utilizar os mecanismos referidos no parágrafo anterior, a Administração pode ainda abrir o prazo de oito dias para a apresentação de novas propostas escoimadas dos vícios que motivaram a desclassificação(art. 48, parágrafo único), ou contratar diretamente, atendidas as formalidades legais, quem ofereça preços compatíveis com os praticados no mercado(art. 24, VII).

Também não se sustenta a afirmação de que o Estado é impelido a adquirir bens e serviços de qualidade inferior em razão do julgamento das propostas pelo critério de menor preço. Ora, é óbvio que o objeto da licitação deve ser pormenorizadamente descrito no edital, com especificação não apenas dos requisitos técnicos indispensáveis, mas, principalmente, dos padrões mínimos de qualidade aceitáveis.

O que ocorre, em verdade, são editais lançados, de regra, com descrição deficiente do objeto da licitação, o que deixa a Administração à completa mercê dos caprichos dos licitantes.

O mesmo se diga, por fim, do sobrepreço decorrente da mora da Administração em solver seus compromissos. Além de a causa decorrer exclusivamente do mau funcionamento da Administração, note-se que a lei impõe como condição prévia para a abertura de licitação a existência de previsão orçamentária de recursos suficientes ao adimplemento das obrigações a serem assumidas(art. 7º, § 2º, III e IV), o que significa dizer que, sem recursos, não há sequer como iniciar o procedimento licitatório.

Como se vê, os apontados males da Lei nº 8.666/93 decorrem principalmente dos problemas gerenciais hoje comuns à Administração, que, por não investir no aprimoramento e profissionalização dos recursos humanos necessários, há muito se ressente da falta de bons quadros, notadamente em funções

cujas tarefas impõem razoável conhecimento técnico, como é o caso dos procedimentos licitatórios.

Entendo que é preciso a máxima cautela ao pretender introduzir qualquer alteração substancial na nova Lei de Licitações, pois, embora possa apresentar eventuais inconvenientes, contém ela, inegavelmente, valiosos avanços se comparada ao antigo Decreto-lei nº 2.300/86.

Um desses avanços está na livre concorrência instaurada a partir de sua promulgação, especialmente porque não são mais admissíveis exigências descabidas na fase de habilitação dos licitantes, como ocorria com as antigas solicitações de apresentação dos famigerados "atestados de capacidade técnica", objeto de oportuno voto do Presidente Itamar Franco.

Alterá-la impensadamente, da forma e pelos motivos até agora alegados, é sobretudo legitimar novos atentados ao bem público, ressuscitando antigas formas de assalto ao Erário.

A morte do homem que sabia demais

Escrevo essas linhas no momento em que ainda pairam sérias dúvidas sobre a autoria do crime que eliminou o mais completo arquivo de informações da história recente da corrupção no País. Sei que, mais horas, menos dias, é possível que o nome do assassino do Sr. P. C. Farias venha a ecoar nas salas de milhões de telespectadores, ávidos por decifrar mais este final infeliz.

Não sabemos quais foram os reais motivos que levaram à consumação do fato mas estou certo que razões haviam para silenciar "o homem que sabia demais". Para muitos, mais importante que o coração emudecido pela bala que atingiu o Sr. P. C., é a sua morte cerebral.

Se por crime passional – o que não acredito – ou por motivo torpe, P.C. é, hoje, um arquivo morto. O silêncio que hoje jaz no Campo das Flores, em Maceió, é o mesmo de inúmeras salas frias, onde descansam em paz não menos volumosas pastas que um dia o pó irá sepultar. São inquéritos cuja *causa mortis* é, quase sempre, a esclerose múltipla do poder público, debilitado precocemente por esforço repetitivo e que teima em transformar tapetes em tumbas.

As CPI's PC/Collar e do Orçamento cuidaram de levantar as bordas deste tapete como que numa "perícia" do esqueleto da corrupção no Brasil. Através da quebra do sigilo bancário, montou-se o "corruptograma".

Depois de cassado o Presidente, sob a culpa de "mandante", em ato contínuo à posse, o Sr. Itamar Franco criou a Comissão Especial de Investigação

para apurar todos os atos lesivos ao Patrimônio e aos recursos públicos. A CEI era composta de cidadãos de ilibada reputação e de reconhecida competência em suas áreas de atuação. Insuspeitos, debruçaram sobre milhares de páginas de documentos, ouviram dezenas de pessoas e produziram análises e recomendações em todos os níveis. Para a CEI, a corrupção jamais poderia ser tratada, apenas, como mais uma página virada.

Não se sabe, ao certo, quem participou das cerimônias póstumas de arquivamento da documentação produzida pela CEI. Sabe-se, apenas, que ela é, hoje, mais um arquivo morto e, até aqui, foram vãs as tentativas de sua exumação. Mais do que isso, não se tem conhecimento exato de onde ela usufrui da desmerecida paz.

Tal e qual o destino da documentação da CEI, em algum lugar do Senado Federal também descansa o acervo consultado e produzido durante as duas CPI's mais importantes instaladas no Congresso Nacional. São informações que propiciaram a decisão histórica do *impeachment* e a cassação de parlamentares cúmplices nos atos de corrupção no orçamento público. Mas, todas as investigações deram conta de que faltava, ainda, a "CPI dos Mandantes".

Foi exatamente este o espírito que me propiciou energias para a coleta de assinaturas necessárias à instalação da "CPI dos Corruptores". Recomendada por votação unânime e constante do Relatório Final da "CPI do Orçamento", tal CPI se fundamentaria, portanto, em fatos mais do que determinados.

Mas, os mesmos interesses que sepultaram a documentação da CEI e, quem sabe, o Sr. PC Farias, cuidaram de abortar a CPI dos Corruptores. Não foram indicados todos os seus integrantes, isto é, não se desenvolveu por absoluta falta de membros.

Como já disse, ainda não sei quem matou o Sr. PC Farias. Mas sei que sobram motivos para o seu silêncio eterno. Sei, também, que são os mesmos que condenaram os trabalhos da CEI ao esquecimento, que calaram a CPI dos Corruptores e outras investigações sobre fatos cada vez mais recorrentes na mídia.

Mas, eu ainda sei que a impunidade tem como contraponto a indignação. Como na TV, a população brasileira está a exigir, cada vez mais, desfechos e, consequentemente, quer decidir sobre os finais. E, como se percebe nas ruas, nas praças e nas esquinas, a população também está consciente de que a corrupção é uma novela cujos capítulos se arrastam repetitivamente e que, portanto, "não vale a pena ver de novo".

Privatização da Companhia Vale do Rio Doce

O parágrafo primeiro do artigo 13 da Constituição de 1988 dispõe que são símbolos da República Federativa do Brasil a bandeira, o hino, as armas e o selo nacionais. No capacete do corredor, na camisa do atleta, na farda do militar e na voz "dos filhos deste solo" está o Brasil, representado nas cores que simbolizam suas maiores riquezas.

Ao longo dos tempos, o País foi incorporando outros emblemas, verdadeiros novos símbolos nacionais que representam a luta, a soberania e a própria história de um povo. São exemplos típicos o Banco do Brasil, a Petrobrás, a Companhia Vale do Rio Doce, cujas bandeiras sempre suscitarão os mais fortes sentimentos de nacionalidade. Mudar estes símbolos requer o envolvimento de toda a população. É por isso que venho defendendo, na tribuna do Senado, a instituição do *referendum*, fórmula através da qual a sociedade pode externar o seu pensamento naqueles assuntos considerados essenciais.

Este instituto se reforça no regime presidencialista, onde todos os representantes da população são eleitos por prazo determinado, dificultando a explicitação da vontade popular e a consequente legitimidade de propostas de ação. O mundo oferece ricos exemplos da prática do *referendum*. Em passado recente, o Tratado de Maastrich foi amplamente discutido nos países do Mercado Comum Europeu. Na Itália, a questão do aborto mereceu o devido debate com a população, entre outros casos.

Como se sabe, uma das discussões mais importantes que ocorre hoje no País refere-se ao Estado Brasileiro, quanto ao seu papel e ao seu tamanho. O principal marco legal relativo ao tema se consolidou na Lei nº 8.031, que criou o Programa Nacional de Desestatização. Como resultado, foram privatizados os setores siderúrgico, petroquímico e de fertilizantes. Não há como negar que o debate sobre tema de tamanha relevância se circunscreveu aos limites dos gabinetes técnicos. À população coube, apenas, informações muitas vezes maquiadas em peças publicitárias bem produzidas e, nem sempre, pouco tendenciosas.

Passada a primeira etapa das desestatizações, o País se debruça, hoje, sobre uma questão de fundamental importância: a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, a CVRD.

A discussão sobre a proposta de privatização da CVRD não pode ser desviada para aspectos meramente quantitativos, extraídos de indicadores frios e determinados pela tecnocracia. A CVRD, enquanto

empresa emblemática, é parte integrante do desenvolvimento do próprio País e, em nome da população, manipula materiais estratégicos para a consolidação de sua soberania. A privatização da CVRD significa, para mim, privatizar o subsolo brasileiro. Significa a forte possibilidade de abrirmos mão de nossas reservas de ferro, ouro, manganês, bauxita, potássio, cobre, caulim, prata, titânio, entre outros metais nobres. Significa, também, interromper programas de desenvolvimento regional e social implementados pela empresa, que aloca parte de seu lucro líquido nas áreas de influência dos municípios onde atua.

É por isso que os números da Vale não se limitam aos seus aspectos puramente quantitativos. São números que assumem dimensões econômica, social e política.

A Vale do Rio Doce é, com certeza, o outro nome do Brasil, pois ela é a guardiã de riquezas nacionais estratégicas das quais as grandes potências são, sensivelmente, carentes. A Vale contabiliza, em nome do povo brasileiro, em toneladas: 41,2 bilhões de minério de ferro; 1,1 bilhão de bauxita; 1,2 bilhão de cobre; 131 milhões de manganês; 65 milhões de caulim; 563 de ouro, fora as descobertas mais recentes, além de enormes reservas de potássio, titânio, nióbio, etc. São 36 empresas controladas ou coligadas, mais as participações minoritárias. Produz quase um terço do minério de ferro do mundo, é a maior produtora de ouro da América Latina, possui duas ferrovias que somam 7% da malha ferroviária do País, mas sobre cujos trilhos são transportados dois terços da carga ferroviária brasileira. Responde por 40% do movimento portuário nacional, os navios da Docena-ve transportam 30 milhões de toneladas de carga por ano. Suas florestas comerciais se estendem por 560 mil hectares de terras brasileiras. Do outro lado, os Estados Unidos, os países europeus e o Japão são, total ou quase totalmente, dependentes de nióbio, manganês, alumínio, titânio, estanho, cobre, cobalto, cromo, platina, níquel... Deste lado, a Vale (ou o Brasil) ainda não se permitiu conhecer os montantes de suas gigantescas reservas minerais. Sabe-se, entretanto, que somente as reservas de minério de ferro, sob a responsabilidade da Vale do Rio Doce, garantem o consumo, em níveis atuais, até a Copa do Mundo de 2.398.

Fica evidente que a CVRD, apesar destes números grandiosos, não pode ser representada, aos olhos do público, pelo paquiderme que deu publicidade aos leilões de privatização, em período recente. Trata-se de uma empresa lucrativa, estratégica, que alavanca o desenvolvimento regional.

São estas as razões que respaldam a minha postura contrária à privatização da Companhia Vale do Rio Doce, nos termos propostos. Curvo-me, única e exclusivamente, se esta não for a vontade popular. E, é aí que se justifica e se reforça a proposta de consulta ao povo brasileiro. Afinal, privatizar a CVRD sem ouvir a população seria o mesmo que, à sua revelia, trocar o amarelo da bandeira ou suprimir o "gigante pela própria natureza" do hino.

1996 - O ano dos bancos

Para as instituições públicas, parece não existir o cidadão brasileiro na sua inteireza. Ele é o doente para o Ministério e as Secretarias de saúde, o analfabeto para os órgãos encarregados da educação, o desempregado para os responsáveis pelo trabalho, e assim por diante. Para estas instituições, tudo indica que se perdeu a idéia horizontal de cidadão e se assumiu, frente a ele, uma postura vertical, enquanto carente. E, assim, o cidadão, com todos os seus direitos fundamentais, passa a ser o carente de saúde, de educação, de emprego produtivo, de alimentação, de segurança, dependendo do "balcão" onde se identifica.

Com isso, os grandes problemas nacionais passam a ser encarados, também, como fatos isolados e, como tal, questões conjunturais, passíveis de intervenção com o anúncio de novos programas setoriais. E a implantação destes programas, cujos recursos tendem a permanecer, em parcela significativa, na manutenção da própria máquina administrativa, reabilitam a postura maquiavélica de dividir o cidadão em supostas diferentes carências.

O que é mais preocupante é que essa postura não se limita aos órgãos que se assumem como setoriais. O planejamento brasileiro, em todos os níveis, tem sido, principalmente nos últimos anos, míope e segmentado. Assim, parece não haver, para o Governo, correlação entre a questão dos sem terra e a crise econômica, as endemias e epidemias e a falta de saneamento básico, a renda familiar e o analfabetismo. Pior ainda, à busca de mais recursos no Planejamento, os órgãos setoriais chegam a disputar os "carentes", porque, aí, antes de serem cidadãos, eles são indicadores estatísticos que justificam maiores fatias do "bolo" orçamentário. E isso alimenta o tal círculo vicioso da setorialização.

Mas, são exatamente os mais recentes dados estatísticos que devem estar preocupando os tomadores de decisão na esfera pública. Porque os números dizem por si mesmos. E porque a crise econômica aguça, nas pessoas, a sua percepção enquanto

cidadãos, isto é, elas passam a sentir-se em uma dimensão mais compreensiva e, principalmente, mais coletiva.

É por isso que os governos não podem insistir na contra-mão da história, sob pena de serem abalroados pelos números que a ilustram. O país mudou de pista e os governos teimam em manter-se, apenas, nos desvios.

São milhões de desempregados, vítimas de uma crise ainda mal dimensionada. São quase quarenta milhões de brasileiros que não comem, não se vestem e nem moram adequadamente, quase a metade deles miseráveis, que não têm nem mesmo o que comer, vestem-se de trapos e vivem ao desabrigado das pontes.

Aliás, parece não haver mais espaço suficiente, nem mesmo sob as pontes e os viadutos. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, elaborada pelo IBGE, em 1993, e somente agora divulgada, merecem reflexão.

Nos três anos que separam esta pesquisa da anterior (1990), quase 4,5 milhões de pessoas se somaram à categoria dos "ocupados", mais de 90% deles na agricultura. Isso significa uma reversão na tendência observada em quase meio século de história do País.

Até o início desta década, as luzes da cidade atraíam. Hoje, elas andam assim como na penumbra. Portanto, se há quase 17 milhões de famintos (e outros tantos mal alimentados), se há escassez de alimentos, se o País ostenta a dívida de possuir todos os microclimas do planeta, se as migrações internas se revertem no sentido urbano-rural, se a cultura originária da população brasileira é rural e se o desemprego é o grande fantasma que ronda quase todos os lares brasileiros, não seria lógico que a maior parcela dos recursos públicos disponíveis fossem carreados para o incentivo à produção agrícola?

Segundo a mesma PNAD, quase a metade da população que retornou para o campo encontra-se na categoria dos "não-remunerados", o que é reforçado pela diminuição do número de "assalariados rurais". Isso significa que, aproximadamente, dois milhões de trabalhadores ou se transformaram em "unidades familiares de produção", à espera de uma melhor alternativa, ou trocaram as pontes e os viadutos pelas margens das estradas. Isso também não justificaria priorizar recursos para a agricultura?

Tudo indica que a destruição de empregos urbanos está ligada a causas estruturais, diferente-

mente de outros períodos anteriores de crise, caracterizados por desempregos cíclicos. Ainda isso não instigaria o governo federal a colocar a agricultura como prioridade nacional?

Não parece, a não ser no discurso. "1996 é o ano da agricultura" foi a manchete dos jornais de 23 de fevereiro último, baseada no programa "Palavra do Presidente" do dia anterior. Pois bem, o "ano da agricultura" chega ao final com uma safra de grãos quase 10% menor do que a do período anterior, com um decréscimo de área cultivada de 4% em relação ao último ano agrícola e uma queda de produtividade em torno de 2,5%.

É inacreditável e, até, inconcebível que o "país de todos os microclimas", importe, no seu "ano da agricultura", arroz, feijão, milho, trigo e outros alimentos básicos. Pior: em 1989, ano anterior ao penúltimo levantamento da PNAD, a área agrícola cultivada no Brasil era da ordem de 54,8 milhões de hectares. Em 1993, quando da última pesquisa, esse número caiu para 45,2 milhões. Portanto, no mesmo período em que quatro milhões de trabalhadores brasileiros procuravam novas ocupações no campo, enxotados pelo desemprego nas cidades, a área cultivada decresceu quase dez milhões de hectares. Trata-se, portanto, de uma relação inversa e perversa.

O erro talvez esteja nas manchetes dos jornais. O melhor título deveria ser "1996 é o ano dos bancos". Ou, quem sabe, no significado da sigla. O PROER não é o Programa de Recuperação Organizada da Economia Rural. Mesmo porque, se o fosse, não seriam liberados, até aqui, os R\$ 13,3 bilhões para recuperar a agricultura brasileira. E, se isso ocorresse, seriam utilizados todos os meios de comunicação para dar retumbância ao fato, obviamente, em horário fora da calada de uma noite de sexta-feira.

Pelo visto, o produtor rural brasileiro continuará a ser, ainda por muito tempo, o carente de saúde para o Ministério da Saúde, o carente de educação para o Ministério da Educação, o carente de trabalho para o Ministério do Trabalho. Para os banqueiros, parece não ser necessário criar um novo Ministério dos Bancos. Seria, apenas, uma questão de nomenclatura.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, numa oportuna iniciativa do Tribunal de Contas da União (TCU), por sua Secretaria de Fiscalização de Desestatização, da Secretaria-Geral de Controle Externo, acabam de ser divulgadas rele-

vantes informações sobre os setores elétrico, de petróleo e gás natural, submetidos ao controle externo das Agências Reguladoras.

Conforme esclarece o Ministro Valmir Campelo, Presidente daquela Corte, a grande discussão sobre o desempenho daqueles órgãos é reveladora do complexo desafio posto ante o Estado, sobretudo quanto à definição das relações governamentais com as empresas prestadoras de serviços públicos e a sociedade.

O Tribunal, frente às mudanças da gestão pública, atua, de forma intensa, no controle externo da delegação desses serviços. Para tanto, criou e mantém, desde 1998, a Secretaria de Fiscalização de Desestatização (SEFID), unidade técnica incumbida do exame dos processos de privatização e do controle das atividades dos órgãos reguladores.

A fiscalização desses processos é exercida com amparo no sistema de controle estabelecido pela Carta Magna, obedecendo a práticas internas consagradas, e em respeito, igualmente, às diretrizes universais estabelecidas pela Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI).

O Tribunal, nesse processo, estabeleceu métodos específicos de controle, direcionados ao acompanhamento das privatizações, concessões, permissões e autorizações de serviços estatais, nas etapas de outorga e acompanhamento dos contratos, assim garantindo, quando for o caso, a prática de medidas de correção julgadas necessárias.

Ademais, o TCU desenvolve, com a colaboração de órgãos internacionais, o processo de aperfeiçoamento dos mecanismos de controle, contribuindo, de forma cada vez mais construtiva, para o aperfeiçoamento da Administração Pública.

Assim, acompanha os setores responsáveis pelos serviços de energia elétrica; telecomunicações; correios; portos; rodovias, ferrovias; transportes de passageiros interestaduais e internacionais; portos secos; petróleo e gás natural. A variedade e complexidade dessas áreas, como é fácil perceber, determinam a utilização de equipes técnicas altamente especializadas, que, por sua vez, requerem total empenho das áreas de capacitação de pessoal.

Entre outras impropriedades, observou-se que o Conselho Nacional de Política Energética "não tem atuado como proposito de uma política energética integrada" e que falta "planejamento da

indústria do petróleo", bem como uma política que oriente a exploração e produção de petróleo e gás natural.

No setor elétrico, verificou-se "falta de transparência no processo de revisão tarifária periódica" e de "aferição dos dados fornecidos pelo concessionário para a definição da base remuneratória utilizada na revisão". Além disso, registraram-se "inconsistências no cálculo do custo de capital" e a "inexistência de mecanismos de repasse, aos consumidores, do ganhos auferidos com receitas alternativas ao objeto da concessão".

A publicação refere-se, finalmente, à necessidade de "aprimoramento do método de cálculo do preço de outorgas"; de "aprimoramento do processo administrativo relativo à aplicação de penalidades aos concessionários"; e de revisão das "metas constantes do contrato de gestão União-ANEEL, a fim de que os indicadores passem a refletir produtos e não processos".

Em resumo, com a oportuna publicação de "O Controle Externo das Agências Reguladoras", compreendendo, como dissemos, os setores elétrico, de petróleo e gás natural, a Corte de Contas do País oferece inestimável colaboração, quer para o contínuo aperfeiçoamento da atividade regulatória do Poder Público, quer para o processo de crescimento de áreas de fundamental importância para o desenvolvimento do País.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna na tarde de hoje para comentar o artigo "Eu me elejo, nós tungamos, eles pagam", de autoria do colunista Elio Gaspari, publicado no jornal **O Globo**, edição de 9 de julho do corrente.

O texto, que solicito seja inserido nos Anais do Senado, destaca como os trabalhadores da iniciativa privada serão prejudicados pela reforma da previdência, muito embora o governo Lula insista em dizer que isto não acontecerá.

O artigo, que passo a ler, para que fique integrando este pronunciamento, é a seguinte:

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

Eu me elejo, nós tungamos, eles pagam

ELIO GASPARI

ELIO GASPARI

O governo insiste em dizer que o seu projeto de refor- ma da Previdência não me- xe com o bolso do tra- balhador da iniciativa privada. O último camboço dessa luta foi o presi- dente da Câmara, deputado João Paulo Cunha. Ele diz que "nenhum, nenhum, nenhum trabalhador da ini- ciativa privada será afetado".

de R\$ 2.399 pagará R\$ 264 mensais. Uma diferença de R\$ 59 por mês.

A charanga governista às vezes ar- gumenta que o aumento do teto (e da contribuição) só afeta os trabalhado- res para melhor. Tome-se o exemplo de alguém que ganha R\$ 1.869 e vai se aposentar em de- zembro do ano que vem. Receberá R\$ 2.107, um ganho de R\$ 237, ou 13%. O primei-

Em E

de R\$ 2.399 pagará R\$ 264 mensais. Uma diferença de R\$ 59 por mês. A charanga governista às vezes argumenta que o aumento do teto (e da contribuição) só afeta os trabalhadores para melhor. Tome-se o exemplo de alguém que ganha R\$ 1.869 e vai se aposentar em dezembro do ano que vem. Receberá R\$ 2.107, um ganho de R\$ 237, ou 13%. O primei-

A funga é autoritária porque é mandatária. Se houvesse tolerância e respeito pelo bolso dos trabalhadores, o governo poderia pulverizar todas as argumentações contrárias (inclusive esta) informando que a mu-

Empulhação. A reforma do governo embute uma tunga que lhe permitirá tirar cerca de R\$ 1,5 bilhão anuais do bolso dos trabalhadores da iniciativa privada. Logo eles, que nada têm a ver com o sistema de previdência dos servidores públicos. Os trabalhos. Hoje o trabalhador desconta 11% de seu salário, R\$ 1.960,00, do salário integral. Daí a proposta de reduzir esse percentual para 10%.

conta 11% de seu salário até R\$ 1.805 e se aposenta recebendo, no máximo, seu teto. Quem ganha acima de R\$ 1.869 paga R\$ 205 por mês ao INSS. A reforma de Lula eleva o teto da apresentadoria (e da contribuição) para R\$ 2.406. Isso significa que cerca de 1,2 milhão de pessoas que ganham acima

de R\$ 2.399 pagará R\$ 264 mensais. Uma diferença de R\$ 59 por mês. A charanga governista às vezes argumenta que o aumento do teto (e da contribuição) só afeta os trabalhadores para melhor. Tome-se o exemplo de alguém que ganha R\$ 1.869 e vai se aposentar em dezembro do ano que vem. Receberá R\$ 2.107, um ganho de R\$ 237, ou 13%. O primei-

A funga é autoritária porque é mandatária. Se houvesse tolerância e respeito pelo bolso dos trabalhadores, o governo poderia pulverizar todas as argumentações contrárias (inclusive esta) informando que a mu-

querem patuléia deve sa próprio

vado (o PGBL do Banco do Brasil). Ele pode escolher três caminhos. No mais conservador (6% ao ano), depois de 35 anos, receberá R\$ 515 mensais. Somando o cheque do INSS ao do BB, receberá R\$ 2.384. Perderá R\$ 16 por mês. No intermediário (9%), receberá R\$ 1.012, embolsando um total de R\$ 2.881. No mais agressivo (12%), serão R\$ 2.056. Nesse caso, somará R\$ 3.925. Em todos os casos, depois de 35 anos poderá sacar seu dinheiro, coisa que no INSS não acontece. Dependendo da agressividade escolhida, o BB calcula um mínimo de R\$ 79 mil e um máximo de R\$

316 mil. Nada mal. O autoritarismo é presunçoso porque os doutores de Brasília acham que devem ensinar à patuélia o que ela deve fazer com seu dinheiro. Gente esquisita essa: quer jogar os servidores numa modalidade de previdência privada e quer obrigar os trabalhadores a enfiar mais um pé na previdência pública.

ELIO GASPARI é sócio fundador do GLOBO

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho neste momento a esta tribuna para comentar o artigo publicado no jornal **O Estado de S.Paulo**, de 27 de junho do corrente, intitulado “O que explica o déficit crescente do INSS”.

O artigo é de extrema atualidade, pelo que entendo que a sua inserção nos Anais do Senado é oportuna e serve, inclusive, para alertar que grande responsável pelo déficit nas contas previdenciárias não foi o reajuste do salário mínimo, como alega o Ministério da Previdência, mas sim a queda da receita,

em função do crescimento do desemprego e a diminuição da renda dos trabalhadores.

O texto, que passo a ler, para que fique integrando este pronunciamento, é o seguinte:

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

OPINIÃO
O que explica o déficit crescente do INSS

A desaceleração da economia faz agravar as contas previdenciárias: para um mês de maio, nunca houve, como este ano, um resultado tão ruim na história do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O déficit alcançou R\$ 1,779 bilhão. Os números são piores do que os esperados pelo governo e levaram o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) a refazer, pela segunda vez, suas estimativas de déficit para este ano, que passaram de R\$ 23,8 bilhões, em fevereiro, para R\$ 25,7 bilhões, em abril, e, agora, para R\$ 26,1 bilhões. O déficit foi de R\$ 17 bilhões, em 2002, e de R\$ 12,8 bilhões, em 2001.

O desequilíbrio, em maio, resul-

tou de uma arrecadação de R\$ 6,046 bilhões, muito inferior às despesas de R\$ 7,825 bilhões. O déficit superou em 37,8% o do mesmo mês do ano passado e atingiu, nos primeiros cinco meses de 2003, R\$ 7,776 bilhões, 19,8% maior do que em idêntico período de 2002.

O secretário da Previdência Social do MPAS, Helmut Schwarzer, disse que o vilão das contas do INSS foi o salário mínimo, que aumentou 20%, passando de R\$ 200,00 para R\$ 240,00. Ele estimou em R\$ 50,1 milhões o impacto do novo mínimo nas contas de maio, número que se deverá repetir nos próximos meses. Cerca de 14 milhões de segurados do INSS recebem um benefício igual

ao salário mínimo. Como enfatizou Schwarzer, 83% do déficit de R\$ 7,7 bilhões acumulado este ano decorre dos benefícios pagos aos trabalhadores rurais, que receberam R\$ 6,4 bilhões, sem terem contribuído.

Mas o grande vilão é a queda da receita: em maio de 2003, o INSS arrecadou R\$ 621,5 milhões a menos do que em maio de 2002. Isto se deve ao crescimento do desemprego entre os trabalhadores com carteira assinada e a diminuição da renda dos trabalhadores.

Entre março e abril, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), houve queda de 0,7% no número de empregados com carteira assinada e de

5,4% no número de empregadores, categorias que recolhem a contribuição previdenciária. Mas aumentou em 1% o número de empregados sem carteira assinada, que não recolhem o INSS. A renda real dos trabalhadores declinou, em média, 14,7%, entre os meses de maio de 2002 e de 2003, como o IBGE divulgou ontem.

Novas pressões surgirão em julho, quando passará a ser pago o reajuste de 19,71% aos aposentados com vencimentos superiores ao salário mínimo.

Mas um déficit do INSS de R\$ 26,1 bilhões, este ano, corresponderá a cerca da metade do desequilíbrio de mais de R\$ 50 bilhões dos regimes especiais da União, Estados e municípios.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, venho neste momento a esta tribuna para comentar o editorial “Classe média em retirada”, publicado no jornal **Zero Hora**, edição de 7 de julho do corrente ano.

O texto, que solicito seja inserido nos Anais do Senado, comprova a importância do jornal **Zero Hora** para a formação da opinião pública, sobretudo nos Estados do sul.

Desejo, ainda, tratar de outro assunto, Sr. Presidente.

Localizada no litoral norte de Santa Catarina, a cidade de Itajaí completou neste mês 143 anos de história e preservação da cultura açoriana, sem perder a jovialidade que cerca as grandes cidades. É uma cidade de contrastes, onde a arquitetura moderna convive harmoniosamente com prédios do início do século passado.

A cidade oferece atrações para os mais diferentes tipos de turistas, desde os que buscam os encantos das praias até os que preferem história e cultura. A herança açoriana é marcante na gastronomia e no artesanato. Em outubro, as atenção são voltadas à Festa Portuguesa e do Pescado: a Marejada atrai milhares de turistas durante os mais de 15 dias de festa com muita comida, música e dança típicas.

Itajaí está se consolidando, aos poucos, como rota dos navios de cruzeiros. Na última temporada de verão, três navios de passageiros atracaram na cidade, que tem o único **pier** turístico do País que está fora do terminal comercial do porto. E as belezas das praias itajaienses são um motivo a mais para o turista que participa dos cruzeiros deixar o navio e conhecer a cidade. A praia de Cabeçudas é a mais procurada, concentra os bares, restaurantes e a elite de Itajaí, toda urbanizada, com alamedas cercadas belíssimas mansões.

A praia do Geremias guarda o principal cartão postal da cidade: o Bico do Papagaio. Quando a estrada para Cabeçudas foi aberta, a detonação de uma das rochas esculpiu um gigantesco pássaro: uma escultura da natureza com uma mãozinha do homem. Seguindo o roteiro das praias estão Atalaia e Brava. As duas são excelentes para a prática do surfe. Na praia do Morcego, a água tem alta concentração de iodo, muito procurada para uso medicinal.

JUVENTUDE E CULINÁRIA

O grande **point** dos jovens são as praias Bravas e dos Amores, já no limite com Balneário Camboriú. No verão, é fácil encontrar beldades e artistas desfilando elegância e beleza pela areia. Na dos Amores, a água é cristalina, mas agitada e a areia é fofa e

branca. Os quiosques com barracas de palha dão um charme extra ao lugar. A praia dos Amores ainda conserva os traços agrestes, apesar da explosão imobiliária. No inverno, é tranquila e convida a um passeio sem compromisso pelas areias.

Em relação à gastronomia, Itajaí dá um **show**. Na Avenida Beira-rio concentram-se os mais diferentes tipos de restaurantes. Desde os mais simples, ideais para comer um petisco e jogar conversa fora com os amigos, no final de tarde, até os mais sofisticados com comida internacional. Os restaurantes têm vista privilegiada do Saco da Fazenda, uma das mais importantes áreas de procriação da Foz do Vale do Itajaí: garças, gaivotas e outros pássaros dão um toque de encanto ao lugar.

Sr. Presidente, quero também aproveitar meu tempo para homenagear uma cidade de Santa Catarina que têm grande importância para a economia do Estado, principalmente no que diz respeito à área agrícola e o Turismo Ecológico: Botuverá.

O Município de Botuverá completa, no dia de hoje, quarenta e um anos de fundação. Trata-se de uma cidade que tem um povo humilde e trabalhador. Com a economia voltada para a agricultura e ao turismo ecológico.

Botuverá pode ser considerado um paraíso natural. Suas paisagens naturais encantam todos aqueles que apreciam paisagens formadas por montanhas, colinas, vales, riachos de águas cristalinas formando, juntamente com os pássaros, a música que encanta e acalma.

Para aqueles que passam a semana atarefados com trabalhos e estudos e sem tempo e espaço para a vida, Botuverá num simples final de semana, oferece a oportunidade para o descanso merecido e revitaliza energias. Uma simples viagem pelas estradas do município, com olhos naturais, o milagre que só a natureza é capaz de realizar, acontece.

As paisagens naturais, suas belas montanhas e colinas, os vales e riachos com suas cachoeiras e, sobretudo a existência das mais belas e surpreendentes cavernas.

Fica, portanto, minha homenagem ao querido Município de Botuverá pela sua importância na agricultura e no Turismo de Santa Catarina.

Parabéns povo Botuveraense.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

MÍDIA IMPRESSA

EDITORIAL

7

JULHO

ZERO HORA

12

Classe média em retirada

Duas pesquisas recém difundidas, uma efetuada pelo Ibope e outra pela Unilever e a Fundação Getúlio Vargas (FGV), concluíram que a forte retração da demanda – decorrência do aumento do desemprego e da corrosão dos salários – atingiu em larga escala a camada de maior poder aquisitivo no Brasil, que passou a se sentir mais pobre. Cresceu também, significativamente, o número de pessoas em situação econômica mais grave do que há um ano. Essas constatações encontram amplo amparo tanto no dado mais recente sobre a renda do trabalhador no país, que despencou 14,7% em maio, no comparativo com idêntico período de 2002, quanto na taxa de desocupação, que bateu em 12,8%, a maior em 14 meses, segundo o IBGE. O que nem sempre transparece nesses números é o impacto sofrido por um contingente de brasileiros que é aquele que faz girar a roda da economia nacional, já que responsável pelo grosso do que se consome neste país.

A classe média, tantas vezes exaltada como a base dos valores da sociedade, termômetro da estabilidade das instituições e núcleo formador de opiniões e idéias, está no Brasil em franca retirada. Isso é ruim para a nação. Quando essa camada social, que representa não mais que 23% do total de nossa população, é afetada por uma crise, não se limita a experimentar-lhe as consequências adversas. É levada a multiplicá-las. Dados publicados pela revista *Veja* indicam que a quantidade de cheques sem fundo emitidos aumentou em maio 18,1% em relação ao mesmo mês de 2002, as

academias de ginástica perderam em média 8% de sua clientela este ano, o turismo exterior caiu à metade em seis anos, os inscritos em planos de saúde, que eram 41 milhões em 1999, diminuíram para 35 milhões em 2003, a venda de computadores decresce 7,5% no comparativo com 2001 e o total de alunos que freqüentam escolas particulares declinou 15% desde 1997.

Ora, quando um vasto extrato social deixa de adquirir bens ou de contratar serviços, reduz-se o movimento do comércio, despencam as encomendas à indústria, minguia a procura por atividades consideradas dispensáveis ou mesmo superfluas, pois a precedência passa a ser de um orçamento doméstico enxuto. Esse conjunto de fatores concorre para deprimir ainda mais uma economia estagnada. Não custa lembrar, a esse respeito, que a atividade produtiva no Brasil foi impulsionada por uma expansão anual de

7% em média nos 30 anos seguintes ao término da II Guerra Mundial. Tal incremento alargou as potencialidades de poupança e investimento e, em resultado, evoluímos da posição de 49ª economia do planeta para o oitavo lugar. Esse salto só encontra paralelo mais modernamente no desempenho dos chamados Tigres da Ásia. Hoje, no entanto, decaímos para o 12º posto.

Internamente, no entanto, o retrocesso é mais dramático. É evidente que os segmentos mais carentes são os que suportam mais duro choque de conjunturas difíceis. Mas é na classe média que os efeitos costumam ser mais duradouros, pois desmobilização de bens, o cancelamento de sonhos e a decadência na escala social dificilmente têm volta.

A desmobilização de bens, o cancelamento de sonhos, a decadência social dificilmente têm volta

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL.

Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, encontro-me aqui nesta tribuna – confesso-o – na dúvida se devo iniciar este pronunciamento pela citação do livro do Eclesiastes, segundo o qual “nada há de novo sob o sol”, ou o provérbio popular que afirma não haver “nada como um dia após o outro”. Parecem, de fato, enunciar coisas contrárias, mas eis que, na presente circunstância, convergem e exprimem a sensação que estes primeiros meses da administração do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva produzem no espírito de qualquer observador mais informado e atento da vida pública brasileira.

Se as Sr^{as} e os Srs. Senadores me conferem a devida licença, lembrei outra frase, esta dos tempos do Segundo Império, quando se dizia “nada haver mais parecido com um saquarema que um luzia no Poder”. Significava, no vocabulário político daquele tempo, que os membros do Partido Liberal – que, então, eram a “esquerda” –, quando assumiam o Governo, que era parlamentar, agiam de maneira indistinta da dos integrantes do Partido Conservador, ou seja, a “direita”.

Bem, o término da Monarquia deu-se há mais de 112 anos e, no entanto, por toda esta Esplanada, *luzias* estão agora a atuar e, principalmente, a falar como *saquaremas*. Referendam, com certeza inconscientemente, a sabedoria imortal do autor daquele texto bíblico e também a mordacidade de Holanda Cavalcanti, lúcido observador político do Império. Se recolhermos, em jornais e revistas nem tão antigos, e nas atas das duas Casas deste Congresso Nacional, as declarações dessas mesmas pessoas que hoje ocupam os Ministérios e as Secretarias do Planalto, pronunciadas quando eram oposição, veremos a diferença que um dia – o da eleição ou o da entrada em exercício, não importa – produziu em suas posturas e atitudes.

Ressalve-se a existência dos dissidentes, dos chamados *radicais*, como aqui a Senadora Heloísa Helena, que têm a elogável coragem de ser coerentes, e penam por isso. Neste passo, a propósito, cabe também recordar como o Presidente Fernando Henrique, ao longo de seus dois mandatos, foi consistentemente condenado por incoerência, sempre sob a pecha, sempre tendo como prova a citação da frase, a ele atribuída, “esqueçam o que escrevi”.

Dou-me conta de que é mais uma citação, mais uma frase em que incorro neste discurso. O problema é que a questão a ser abordada, neste como em outros momentos históricos, não se reduz a um jogo de

palavras – ou de frases, como quiserem. Há custos econômicos e sociais embutidos nesse vaivém, e não são desprezíveis.

A esse respeito, o ex-Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Cláudio Considera, publicou em maio um artigo no diário carioca **O Globo**, em que faz estimativa do que seria o valor da dívida do atual Governo para com os brasileiros. O cálculo parte da seguinte premissa: o bloqueio das reformas, feito pelo Partido dos Trabalhadores durante o Governo passado, está na origem das atuais dificuldades econômicas, tendo causado o atraso da retomada do desenvolvimento, do crescimento econômico e da geração de empregos.

Considera calcula em 701 bilhões, 762 milhões e cem mil reais a perda total no Produto Interno Bruto ao longo desses últimos anos, causada pela não-realização das reformas previdenciária, tributária e das leis trabalhistas. A resistência às privatizações estaria igualmente na origem da deficiência das agências reguladoras, pois foram as ações da então oposição que as impediram de formar um quadro de pessoal concursado e regulamentado. Isto quer dizer que até mesmo os problemas que hoje enfrentamos com as concessionárias dos serviços públicos privatizados, sempre brandidos como argumentos contra a desestatização, na verdade não existiriam, não fora pelos obstáculos interpostos pelos partidos de oposição ao Governo passado.

A conta de Considera pode ser criticada por subentender um ritmo de crescimento econômico que ninguém pode dizer que seria atingido caso todas as reformas houvessem sido feitas. Mas serve como parâmetro para avaliar o tamanho do passivo do País causado pelo PT.

Entretanto, a questão do equilíbrio fiscal talvez seja aquela que mais nos faz pensar em *luzias*, em *saquaremas* e no pregador do Eclesiastes. Até outro dia, as metas de inflação, as taxas de juros e toda a política monetária regida pelo Ministro Malan eram entreguistas, quando não simplesmente demoníacas. Hoje, as autoridades econômicas do Governo impõem taxas de juros ainda mais elevadas, tomam a iniciativa de propor ao Fundo Monetário Internacional metas de inflação ainda mais apertadas e obrigam a economia a um crescimento pífio do PIB, com a camisa-de-força de um controle monetário mais realista que o próprio real.

Nós, do Partido da Social Democracia Brasileira, vamos apoiar, naturalmente, as reformas trabalhista, previdenciária e tributária, como o queríamos fazer no Governo passado, e fomos impedidos. Com

isso a administração petista pode contar. Mas não contem com a nossa amnésia, até porque nos lembramos de um tempo em que as esquerdas nos chamavam *saquaremas*, com intenção pejorativa, e, sempre que chegavam ao Poder, esqueciam tudo o que haviam dito e o que haviam feito. Nada como um dia após o outro, e nada de novo sob o sol.

Era o que tinha a dizer!

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, pesquisas que medem variações de preços divulgadas hoje pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) confirmam que a inflação está sob controle, possibilitando, como afirmamos em pronunciamento feito ontem nesta Casa, uma imediata e substancial redução nas taxas de juros praticadas no mercado interno.

De acordo com o IBGE, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) recuou 0,06% em junho após registrar alta de 0,99% em maio. O INPC, que mede a variação de gastos das famílias com renda de um a oito salários mínimos, foi puxado para baixo pelos preços dos alimentos, que caíram 0,51% em junho depois de aumentarem 0,61% em maio.

Já o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), utilizado pelo Banco Central para acompanhar os objetivos estabelecidos no sistema de metas da inflação, registrou em junho deflação de 0,15%, contra a alta de 0,61% em maio. Esta é a primeira deflação registrada desde novembro de 1998.

Segundo o IBGE, a queda do IPCA de maio para junho ocorreu em consequência principalmente da significativa oferta de alimentos no período, da redução do preço da gasolina nas refinarias e da queda do dólar ao longo do ano.

Mas se festejamos vitórias no combate à inflação, temos a lamentar a redução da produção industrial brasileira. Segundo a Confederação Nacional da Indústria, essa redução arrastou o emprego industrial do país, que registrou em maio a sua maior queda desde agosto de 2001.

O número de trabalhadores em maio recuou 0,34% em relação a abril – a primeira taxa negativa do ano, com reflexo direto na renda do trabalhador. Segundo a CNI, a folha salarial registrou queda de 7,67% em comparação a maio passado e de 7,04% em relação a janeiro e maio de 2002.

Essa redução na folha salarial dos trabalhadores da indústria tem ainda um impacto negativo muito grande nas contas da Previdência Social. Embora o

setor industrial não seja mais o maior empregador do país, ele continua sendo o mais qualificado e o que melhor remunera, fazendo com que uma redução no nível de emprego ou de renda provoque imediata redução na arrecadação previdenciária.

De acordo com o IBGE, a produção industrial de maio ficou 0,3% menor do que no mesmo período do ano passado. Esse resultado de maio surpreende porque se trata de um mês tradicionalmente marcado pela melhora na atividade industrial, principalmente com relação ao emprego, o que não aconteceu neste ano.

O resultado de maio remete a produção industrial brasileira ao patamar de janeiro de 2002. De acordo com o IBGE, isso se deve à diminuição do poder de compra da população, que tem na queda da renda, na escassez do crédito, e no desemprego seus principais motivos. Para a CNI, esse desaquecimento mais uma vez aponta para as taxas de juros que vêm contendo o desenvolvimento da economia.

Não fossem as exportações e o setor agrícola, que registraram as maiores taxas de crescimento em relação a maio de 2002, o resultado teria sido pior. A produção de máquinas e equipamentos para agricultura, que no período cresceu 45,4% foi a salvação da lavoura.

A queda do desempenho industrial revela um quadro de estagnação da atividade, e isso é preocupante. Em maio, em relação a abril, a produção ficou estável: alta de 0,1%. Nos primeiros cinco meses do ano, a expansão foi de 0,6%.

E o futuro não parece promissor. A Sondagem Industrial de julho, pesquisa da Fundação Getúlio Vargas feita entre 360 indústrias, mostra que os industriais estão insatisfeitos com o desempenho de seus negócios no início do terceiro trimestre deste ano e não acreditam que possa haver uma retomada do crescimento econômico até setembro.

Segundo o levantamento, 45% dos entrevistados consideraram que os negócios estão fracos em relação ao mesmo período do ano passado. Em contrapartida, 12% avaliaram que a situação melhorou. A FGV informou que a diferença entre as duas respostas positivas e negativas, de 33 pontos percentuais, é a maior dos últimos três anos.

Outro resultado que confirma o clima de pessimismo dos empresários foi o nível de demanda global, avaliado como fraco por 43% e forte por apenas 9% dos pesquisados. A diferença de 34 pontos percentuais é a menor da década.

A Sondagem Industrial de abril mostrava um clima mais otimista entre a indústria. Naquele mês, 50% dos entrevistados acreditavam que as demandas interna e externa seriam melhores no segundo trimestre deste ano e 13% falavam em redução.

A saída para esta grave situação que o País atravessa, sem nenhuma dúvida, está no levantamento da política econômica restritiva, focada nas taxas de juros elevadas para o controle dos preços.

Uma prova dessa possibilidade está nos contratos de juros que vêm sendo negociados na Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F). Ainda ontem, na BM&F, os contratos DI futuro para janeiro fecharam com taxa anualizada de 22,15%, contra os 26% ao ano da SELIC, hoje. Isso deixa claro que o mercado já derrubou os juros, faltando apenas o Banco Central oficializar essa redução.

Portanto, como venho afirmando, o Banco Central já tem condições de promover uma redução substancial, que seja de alguns pontos percentuais nas taxas de juros, para o encontro da condição que falta ao Brasil para retomar o crescimento econômico.

Se o governo fizer uma imediata revisão de sua política monetária, certamente haverá tempo para corrigir a projeção do Banco Central para o crescimento econômico entre 1,5% e 1,8% este ano, reconhecidamente insuficiente para produzir os empregos que o País precisa.

Se houver um esforço do governo, um voto de confiança do Banco Central na sociedade, podemos avançar nessa projeção, atingir melhores índices de crescimento econômico e com isso devolver o otimismo dos empresários, o crescimento da indústria e os empregos dos trabalhadores.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) – Antes de encerrar a sessão, esta Presidência quer se congratular com o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, que, por meio de decreto, criou um grupo de trabalho que será encarregado de estudar aspectos da transposição de águas para Estados do Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sras e aos Srs. Senadores que amanhã, às 14 horas e 30 minutos, haverá sessão não deliberativa, dentro desta convocação extraordinária do Poder Legislativo.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 47 minutos.)

AGENDA DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

9-7-2003

quarta-feira

- 6h50** – Entrevista no Bom Dia Brasil Setor de Rádio e TV Norte, Edf. Sede da Rede Globo – Quadra 701, Bloco A
- 8h30** – Reunião da bancada do Bloco de Apoio ao Governo no Senado, do PPS e do PMDB, com a presença do Senhor Roberto Rodrigues, Ministro de Estado da Agricultura, por iniciativa do Senador Tião Viana
Plenário da Comissão de Relações Exteriores – Ala Senador Alexandre Costa – sala 7
- 10h30** – Senhora Mary Helena Allegretti, Secretária de Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente Presidência do Senado Federal
- 11h** – Procurador Humberto Adjuto Ulhôa, Procurador de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Presidência do Senado Federal
- 12h** – Senadora Roseana Sarney, acompanhada da produtora Paula Lavigne, esposa de Caietano Veloso, e dos artistas Zezé de Camargo e Luciano, Roberto Frejat, Martinho da Vila e o Diretor Andrucha Waddington
Presidência do Senado Federal
- 13h** – Almoço da Bancada do PMDB, com a presença do Ministro José Dirceu, Ministro Chefe da Casa Civil
Residência do Senador Luiz Otávio – SHIS QI 7 conjunto 8 casa 12 – Lago Sul
- 15h30** – Ordem do Dia
- 17h30** – Encontro com o Ministro Maurício Corrêa, Presidente do Supremo Tribunal Federal
Supremo Tribunal Federal
- 18h30** – Encontro com o Deputado João Paulo Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados
Presidência do Senado Federal
- 20h30** – Jantar com o Ministro José Dirceu, Governador José Reinaldo Tavares e parlamentares do Estado do Maranhão
Residência Oficial do Senado Federal

ATO DA COMISSÃO DIRETORA
Nº 026, DE 2003

Dispõe sobre o controle das infrações de trânsito cometidas por condutores de veículos de representação e de serviço do Senado Federal.

A COMISSÃO DIRETORA O SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares,

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer rotinas de acompanhamento e controle das infrações de trânsito cometidas por condutores de veículos de propriedade do Senado Federal; e

CONSIDERANDO a necessidade de definir as responsabilidades dos condutores com relação ao pagamento de multas decorrentes de atos praticados na direção de veículos;

RESOLVE:

Art. 1º - O condutor de veículo de propriedade do Senado Federal, de suas secretarias especiais ou de seus órgãos supervisionados é responsável pelo pagamento das multas que venham a ser aplicadas em razão de atos praticados na direção do referido veículo.

Parágrafo único – Na hipótese de o veículo multado ser utilizado por mais de um motorista, a multa será cobrada daquele que esteve ao volante quando da sua aplicação.

Art. 2º - É da competência do Serviço de Transporte o acompanhamento e o controle das infrações de trânsito aplicadas contra os veículos de serviço e de representação de propriedade do Senado Federal, de suas secretarias especiais ou de seus órgãos supervisionados.

§ 1º - O acompanhamento de que trata este artigo compreenderá pesquisa mensal, via internet junto ao site do Detran-DF, da situação de cada veículo, inclusive dos de representação.

§ 2º Constatada a aplicação de multa, o condutor do veículo será notificado a comparecer ao Serviço de Transporte, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação, para:

a) retirar o **Documento de Arrecadação de Multas – DAM** correspondente à penalidade aplicada, para a sua contestação, se for o caso, ou para o seu pagamento; e

b) assinar documento, conforme o modelo em anexo, autorizando o Senado a providenciar o pagamento da multa, com a sua identificação como infrator, bem como a descontar na sua folha de pagamento o valor correspondente, caso não apresente ao Serviço de Transporte, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação, o **DAM** devidamente cancelado pelo órgão de trânsito ou liquidado.

Art. 3º - O desconto do valor da multa na folha de pagamento do condutor poderá ser parcelado na forma prevista no art. 46 da Lei nº 8.112, de 1990.

Art. 4º - Transcorridos 30 (trinta) dias úteis da notificação de que trata o § 2º do art. 2º sem que o condutor compareça ao Serviço de Transporte, e permanecendo a anotação da multa no site do DETRAN-DF, o Diretor-Geral mandará providenciar o seu pagamento.

Art. 5º - A exoneração de servidor ocupante de cargo em comissão de Motorista, de que trata o Ato da Comissão Diretora nº 33, de 2002, será imediatamente comunicada ao Serviço de Transporte para a verificação da aplicação de multas e o correspondente desconto, em parcela única, quando do pagamento das verbas rescisórias respectivas.

Parágrafo único – Não havendo valores a serem pagos ao servidor exonerado por ocasião de sua exoneração, ou sendo esses insuficientes, o pagamento da multa obedecerá ao disposto no art. 47 da Lei nº 8.112, de 1990.

Art. 6º - O disposto neste Ato aplica-se, no que couber, aos servidores requisitados que venham a ser incumbidos de conduzir veículos de propriedade do Senado Federal.

Art. 7º - O Diretor-Geral editará as normas que se fizerem necessárias à aplicação deste Ato.

Art. 8º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Comissões, em 9 de julho de 2003.



NOTIFICADO – (nome e matrícula)

NOTIFICAÇÃO

Pela presente e tendo em vista o disposto no Ato da Comissão Diretora nº _____, de 2003, fica V. S^a **notificado** a comparecer a este Serviço de Transporte, no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento desta, para:

I) receber o(s) **Documento(s) de Arrecadação de Multa(s)**, referente(s) à(s) penalidade(s) aplicada(s) ao veículo _____, conforme as cópias em anexo; e

II) assinar o documento a que se refere a alínea “b” do § 2º do art. 2º do Ato da Comissão Diretora nº _____/2003.

Por oportuno e considerando o disposto no mencionado Ato nº _____/2003, cumpre-nos informar que o não comparecimento importará no desconto automático do valor da multa em folha de pagamento, sem prejuízo das sanções disciplinares previstas na Lei nº 8.112, de 1990.

Brasília, em

(nome, assinatura e matrícula)

(emitir 2 vias. A 2^a via, com a assinatura do notificado, ficará em poder do Serviço de Transporte. Juntar à 1^a via cópia (s) do (s) boleto (s) bancário (s) respectivos (s))

AUTORIZAÇÃO

De conformidade com o disposto no Ato da Comissão Diretora nº /2003, **autorizo** o Senado Federal a descontar na minha folha de pagamento, na forma prevista no § 1º do art. 46 da Lei nº 8.112, de 1990, o valor correspondente ao pagamento da(s) multa(s) de trânsito aplicadas em relação à condução do veículo _____, cujo valor original total corresponde a R\$ _____, conforme a cópia da notificação em anexo.

Autorizo, ainda, o Senado Federal a identificar-me como infrator junto ao Detran-DF.

Brasília, em

(nome e assinatura do condutor – infrator)

(anexar cópia da **Carteira de Habilitação** e do **documento de identidade** do infrator)

PORTARIA DO DIRETOR – GERAL
Nº 076 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares que lhe confere o artigo 320 da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir Comissão de Gestão de Informática Gráfica, para gerir, otimizar e unificar as decisões técnicas e administrativas relacionadas à informática gráfica, no âmbito da Secretaria Especial de Informática – SEI e Secretaria Especial de Editoração e Publicações – SEEP.

Art. 2º - Designar para compor a Comissão os servidores: **Fernando Luiz B. de Melo**, matrícula 0480-SEI, na qualidade de Presidente, **Paulo de Moraes Nunes**, matrícula 0521-SEI, **José Carlos Maia**, matrícula 0501-SEI, **Flávio Silva Barreto**, matrícula 3297-SEEP, **Germando Tenório Lopes**, matrícula 3511-SEEP, **Petrus Elesbão Lima da Silva**, matrícula 3959-SEEP e **Alexandre Bodani Cavalcante**, matrícula 3495-SEEP, na qualidade de membros.

Art. 2º A Comissão Especial terá prazo de 90 (noventa) dias para a conclusão dos seus trabalhos.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de julho de 2003.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral.

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**N.º 077 DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320 da Resolução n.º 09, de 1997, que altera Regulamento Administrativo do Senado Federal, RESOLVE:

Designar os servidores Leila Silva, matrícula n.º 4072, Paula Gonçalves Calhau, requisitada do MEC, José Antônio Tavares de Oliveira, matrícula n.º 1797, Heine Oliveira Lima, matrícula 3924-SEEP, Vaneide Nascimento, matrícula 4378, Inês Sampaio Pacheco, matrícula 4626, Celice Leite Martinez Fernandez, matrícula 5130, e Ana Maria Mafra, matrícula 5132, para, sob a presidência da primeira e nos seus impedimentos, da segunda, comporem a Comissão Especial destinada a prestar informações sobre peças e documentos históricos do Museu do Senado aos visitantes, desenvolver atividades nos eventos culturais promovidos pelo Museu e divulgar o Museu Virtual, a partir de 1º de agosto de 2003 e até 31 de outubro de 2003.

Senado Federal, 09 de julho de 2003.



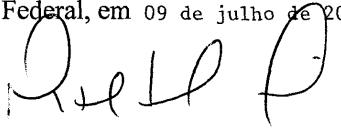
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 4227 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012221/03-1**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **EDGAR TAVARES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Demóstenes Torres.

Senado Federal, em 09 de julho de 2003.



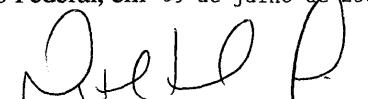
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 4228 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012.554/03-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LISA MARA TONTINI** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Jorge Bornhausen.

Senado Federal, em 09 de julho de 2003.

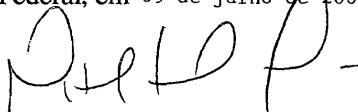

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 4229 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012.556/03-3**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SARA PONTES DE ABREU** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Sibá Machado.

Senado Federal, em 09 de julho de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 4230 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012.557/03-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOCELEN BATICHOTI NETO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Sibá Machado.

Senado Federal, em 09 de julho de 2003.

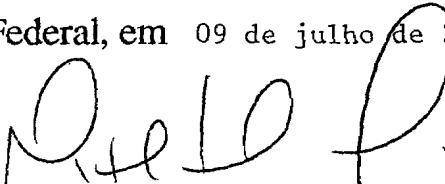

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 4231 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012.555/03-7**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SILVANA GALVÃO BEZERRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador José Agripino.

Senado Federal, em 09 de julho de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 4232 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 012180/03-3,

RESOLVE dispensar o servidor DOUGLAS SCHIETTI R. MARTINS, matrícula 2383, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Almeida Lima, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Eduardo Azeredo, a partir de 01 de julho de 2003.

Senado Federal, 09 de julho de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 4233 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 010462/03-1,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 3817, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2763, de 02/06/2003, que nomeou **ANA MARIA CASTRO DE OLIVEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PPS, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 09 de julho de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 4234 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 012601/03-9,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **VALMIR BRAGA TORRES**, matrícula n.º 33569, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Marcelo Crivella, a partir de 08 de julho de 2003.

Senado Federal, em 09 de julho de 2003.



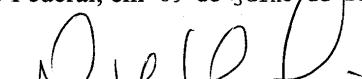
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 4235 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 012602/03-5,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **LUIZ ANTONIO BRAGA COSTA**, matrícula n.º 33999, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Marcelo Crivella, a partir de 08 de julho de 2003.

Senado Federal, em 09 de julho de 2003.



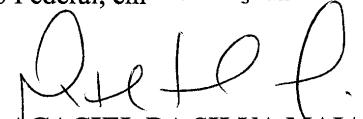
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 4236 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012585/03-3**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOSÉ MARIA GOMES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Papaléo Paes.

Senado Federal, em 09 de julho de 2003.

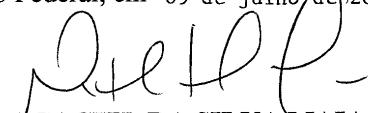

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 4237 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 012568/03-1,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **JESSE JAMES MONTEIRO DA SILVA**, matrícula n.º 33825, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Antero Paes de Barros, a partir de 03 de julho de 2003.

Senado Federal, em 09 de julho de 2003.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 4238 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das suas competências regulamentares e, de acordo com o disposto no artigo 15 das Disposições Finais, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997;
RESOLVE:

Designar o servidor **JOSÉ OSWALDO FERMOZELLI CÂMARA**, matrícula nº 476, ocupante do cargo de Analista de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Informática - SEI, para a Função Comissionada, símbolo FC-07, de Assistente do Diretor da Subsecretaria Especial do Laboratório vivo do Legislativo – SSLVL, da Secretaria Especial de Informática - SEI, a partir 05 de maio de 2003.

Senado Federal, em 9 de julho de 2003



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 4239 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996, artigos 3º, inciso II, e 4º, e nº 15 de 1997, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores EVANDRO JORGE CUNHA CHAVES, matrícula nº 4552 e, CARLOS ALBERTO CORREA, matrícula nº 2544, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 008578/03-6 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de julho de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL (52^a LEGISLATURA)

BAHIA			
PFL -	Rodolpho Tourinho	PFL -	Heráclito Fortes
PFL -	Antonio Carlos Magalhães	PMDB -	Mão Santa
PFL -	César Borges	PTB -	RIO GRANDE DO NORTE
RIO DE JANEIRO		PMDB -	Fernando Bezerra
PT -	Roberto Saturnino	PFL -	Garibaldi Alves Filho
PL -	Marcelo Crivella	PT -	José Agripino
PMDB -	Sérgio Cabral	PSDB -	SANTA CATARINA
MARANHÃO		PT -	Jorge Bornhausen
PMDB -	João Alberto Souza	PMDB -	Ideli Salvatti
PFL -	Edison Lobão	PSDB -	Leonel Pavan
PFL -	Roseana Sarney	PT -	ALAGOAS
PARÁ		PMDB -	Heloísa Helena
PMDB -	Luiz Otávio	PSDB -	Renan Calheiros
PT -	Ana Júlia Carepa	PT -	Teotônio Vilela Filho
PTB -	Duciomar Costa	PFL -	SERGIPE
PERNAMBUCO		PDT -	Renildo Santana
PFL -	José Jorge	PSB -	Almeida Lima
PFL -	Marco Maciel	PMDB -	Antonio Carlos Valadares
PSDB -	Sérgio Guerra	PSDB -	AMAZONAS
SÃO PAULO		PDT -	Gilberto Mestrinho
PT -	Eduardo Suplicy	PT -	Arthur Virgílio
PT -	Aloizio Mercadante	PSDB -	Jefferson Peres
PFL -	Romeu Tuma	PDT -	PARANÁ
MINAS GERAIS		PSDB -	Alvaro Dias
PL -	Aelton Freitas	PT -	Flávio Arns
PSDB -	Eduardo Azeredo	PDT -	Osmar Dias
PMDB -	Hélio Costa	PT -	ACRE
GOIÁS		PSB -	Tião Viana
PMDB -	Íris de Araújo	PT -	Geraldo Mesquita Júnior
PFL -	Demóstenes Torres	PMDB -	Sibá Machado
PSDB -	Lúcia Vânia	PT -	MATO GROSSO DO SUL
MATO GROSSO		PMDB -	Juvêncio da Fonseca
PSDB -	Antero Paes de Barros	PT -	Delcídio Amaral
PFL -	Jonas Pinheiro	PMDB -	Ramez Tebet
PT -	Serys Slhessarenko	PT -	DISTRITO FEDERAL
RIO GRANDE DO SUL		PMDB -	Valmir Amaral
PMDB -	Pedro Simon	PT -	Eurípedes Camargo
PT -	Paulo Paim	PFL -	Paulo Octávio
PTB -	Sérgio Zambiasi	PSDB -	TOCANTINS
CEARÁ		PFL -	Eduardo Siqueira Campos
PSDB -	Reginaldo Duarte	PFL -	João Ribeiro
PPS -	Patrícia Saboya Gomes	PFL -	Leomar Quintanilha
PSDB -	Tasso Jereissati	PMDB -	AMAPÁ
PARAÍBA		PSB -	José Sarney
PMDB -	Ney Suassuna	PMDB -	João Capiberibe
PFL -	Efraim Morais	PT -	Papaléo Paes
PMDB -	José Maranhão	PMDB -	RONDÔNIA
ESPÍRITO SANTO		PT -	Amir Lando
PPS -	João Batista Motta	PMDB -	Fátima Cleide
PMDB -	Gerson Camata	PT -	Valdir Raupp
PL -	Magno Malta	PMDB -	RORAIMA
PIAUÍ		PPS -	Mozarildo Cavalcanti
PMDB -	Alberto Silva	PDT -	Augusto Botelho
		PMDB -	Romero Jucá

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)

Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Íris de Araújo
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. (vago)
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. João Batista Motta

Atualizada em 15.05.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL –DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB – SC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1. João Batista Motta (PPS)*
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Lúcia Vânia

*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 15.05.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT – PA)
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL – BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. (vago)
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Morais
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS

TEMPORÁRIA
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
João Capiberibe	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Juvêncio da Fonseca	2. Hélio Costa
Íris de Araújo	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Leomar Quintanilha	4. Efraim Morais
Renildo Santana	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
Teotônio Vilela Filho	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Álvaro Dias	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfiliou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 15.05.2003

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery
 Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113515 Fax: 3113652
 E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.
Fátima Cleide	2.
PMDB	
Amir Lando	1.
Juvêncio da Fonseca	2.
PFL	
Roseana Sarney	1.
PSDB	
Lúcia Vânia	1.
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1.

Atualizada em 13.05.2003

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery
 Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113515 Fax: 3113652
 E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)
Vice-Presidente: Senadora Íris de Araújo (PMDB-GO)
Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1.
Aelton Freitas	2.
PMDB	
Sérgio Cabral	1.
Íris de Araújo	2.
PFL	
Leomar Quintanilha	1.
PSDB	
Antero Paes de Barros	1.
PPS	
Álvaro Dias	1.

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery
 Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113515 Fax: 3113652
 E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)
Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1.
Eurípedes Camargo	2.
PMDB	
Ney Suassuna	1.
Garibaldi Alves Filho	2.
PFL	
Jonas Pinheiro	1.
PSDB	
Eduardo Azeredo	1.
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1.

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Vago	1.
Vago	2.
PMDB	
Mão Santa	1.
Papaléo Paes*	2.
PFL	
Renildo Santana	1.
PSDB	
Reginaldo Duarte	1.
PDT	
Augusto Botelho	1.

*Desfiliou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 13.05.2003

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Fernando Bezerra
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
(vago)	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. Romero Jucá*
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Juvêncio da Fonseca	4. João Alberto Souza
Papaléo Paes	5. Íris de Araújo
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Renildo Santana
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Teotônio Vilela Filho
(vago)	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Peres	1. Almeida Lima
PPS	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilou-se do PSDB, passando a integrar a bancada do PMDB em 14.05.2003..
 Atualizada em 15.05.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3113972 Fax: 3114315
 E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS “INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO

**(7 titulares e 7 suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Tasso Jereissati

Vice-Presidente: Pedro Simon

Relator Geral: Senador Demóstenes Torres

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Morais
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Arthur Virgílio Neto
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 21.05.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. Papaléo Paes*
Duciomar Costa	5. Sibá Machado
Aelton Freitas	6. Marcelo Crivella
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Íris de Araújo	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Juvêncio da Fonseca
Gerson Camata	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Valmir Amaral
José Maranhão	6. Amir Lando
(vago)	7. (vago)
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Leomar Quintanilha	4. Marco Maciel
Renildo Santana	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. Teotônio Vilela Filho
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Peres
Almeida Lima	2. Álvaro Dias
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Observação: Conforme acordo de líderes anunciado na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos de 19.2.2003, o PMDB ocupará somente 6 cadeiras na Comissão de Educação.

*Desfiliou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 13.05.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113498 Fax: 3113121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)
Vice-Presidente: Senadora Íris de Araújo (PMDB-GO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca
Íris de Araújo	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfiliou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 07.05.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113498 Fax: 3113121
 E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV
PERMANENTE
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ideli Salvati	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	
João Alberto Souza	
PFL	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Morais	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Leomar Quintanilha	
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
PDT	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
PPS	
João Batista Motta	

Atualizada em 22.05.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
 Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3113935 Fax: 3111060
 E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)**

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: (aguardando eleição)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1..Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
Marcelo Crivella	5. (vago)
PMDB	
Renan Calheiros	1. Gerson Camata
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Morais	2. Jonas Píneiro
Leomar Quintanilha	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Peres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. João Batista Motta

Atualizada em 22.05.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
 Telefone 3111856 Fax: 3114646
 E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	4. Juvêncio da Fonseca
Hélio Costa	5. (vago)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Renildo Santana
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Álvaro Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)
Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	2. Fátima Cleide
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Geraldo Mesquita Júnior	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Leomar Quintanilha
Paulo Octavio	4. Renildo Santana
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
Teotônio Vilela Filho	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

Atualizada em 22.05.2003

Secretário: Celso Parente
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3114607 Fax: 3113286
 E – Mail: cantony@senado.gov.br.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995
2ª Eleição Geral: 30.06.1999
3ª Eleição Geral: 27.06.2001
4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JUVÉNCIO DA FONSECA ²

Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Juvêncio da Fonseca	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Renildo Santana ⁴	SE	1306
PT¹					
Heloísa Helena	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(Vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
(Vago)'			1. Augusto Botelho (PDT)	RR	2041
PTB¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra (PTB)	RN	2461
PSB¹, PL¹ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4164	1. Marcelo Crivella (PL)	RJ	5077
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 08.05.2003)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo**, constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleitos em 18.03.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleitos na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria**, constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-4552

sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1^a Designação: 16.11.1995
2^a Designação: 30.06.1999
3^a Designação: 27.06.2001
4^a Designação (a ser realizada)

PROCURADORES

Senadores	UF	Ramal
PMDB		
PFL		
PT		
PSDB		
PDT/PTB/PSB/PL/PPS		

Atualizada em 17 de fevereiro de 2003

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-3265

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1^a Designação geral: 03.12.2001
2^a Designação geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Sihessarenko⁴
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior⁴

PMDB	UF	RAMAL
Senadora Íris de Araújo¹	GO	3148
PFL⁶		
Senadora Roseana Sarney¹	MA	3070
PT⁵		
Senadora Serys Sihessarenko¹	MT	2291
PSDB⁶		
Senadora Lúcia Vânia¹	GO	2038
PDT		
Senador Augusto Botelho³	RR	2041
PTB⁵		
Senador Papaléo Paes¹⁻⁵	AP	3253
PSB⁵		
Senador Geraldo Mesquita Júnior²	AC	1078
PL⁵		
Senador Magno Malta¹	ES	4164
PPS		
Senadora Patrícia Saboya Gomes¹	CE	2301

Atualizada em 7.5.2003

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF de 26.2.2003

² Designado na Sessão do SF de 7.3.2003

³ Designado na Sessão do SF de 11.3.2003

⁴ Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1^a Reunião do Conselho.

⁵ Partido pertencente ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

⁶ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁷ Na Sessão do SF de 7.5.2003, o Senador **Papaléo Paes** comunicou seu desligamento do PTB e filiação ao PMDB.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
 (Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
 (Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMPOSIÇÃO

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	CARLOS ROBERTO BERLINCK
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em maio de 2003

Nota:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
 Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
 Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em **28.05.2003**

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Senador ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPILCY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB – PL) ⁽²⁾	
IDELEI SALVATTI (PT/SC)	1. MARCELO CRIVELLA (PL/RJ)
SÉRGIO ZAMBIAZI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL ⁽³⁾	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB ⁽³⁾	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
OSMAR DIAS (PDT/PR)	JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PPS ⁽⁴⁾	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PPS/ES)

Notas:

⁽¹⁾ Membros natos, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996-CN.

⁽²⁾ O Bloco de Apoio ao Governo foi constituído, no Senado Federal, em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

⁽³⁾ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituído em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

⁽⁴⁾ Vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ) ⁽²⁾	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
WELINTON FAGUNDES (PL/MT)	1. NEUCIMAR FRAGA (PL/ES)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. EDSON EZEQUIEL (PSB/RJ)
PPS ⁽¹⁾	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Nota:

⁽¹⁾ Vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

⁽²⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Feu Rosa até 25.06.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/24 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador EDUARDO SUPLICY¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado NELSON PELLEGRINO (PT-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> (<i>aguardando definição</i>)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB) ³
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputada ZULAIÉ COBRA (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPLICY (PT ² -SP)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

Notas:

¹ Conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 15.8.2001 (Ata publicada no DSF de 22.08.2001, pg. 17595).

² Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

³ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

Comissão Representativa do Congresso Nacional

Composição: 17 Deputados e 8 Senadores

Presidente: Senador José Sarney

Vice-Presidente: Deputado

Secretário:

Mandato: de 1º a 31 de julho de 2003

SENADORES

Titulares	Suplentes
MINORIA (PFL/PSDB)	

Romeu Tuma-SP	1. Paulo Octávio-DF
Lúcia Vânia-GO	2. Leonel Pavan -SC

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PTB/PL)

Eurípedes Camargo-DF	1. Eduardo Suplicy-SP
Ideli Salvatti-SC	2. Marcelo Crivella-RJ

PMDB

José Sarney-AP	1. Romero Jucá-RR
Renan Calheiros-AL	2. Luiz Otávio-PA

PDT

Jefferson Peres-AM	1. Almeida Lima-SE
--------------------	--------------------

PPS^(*)

Mozarildo Calvanti-RR	1. Patrícia Saboya Gomes-CE
-----------------------	-----------------------------

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

PT

Carlito Merss-SC	1. Neyde Aparecida-GO
Maninha-DF	2. Rubens Otoni-GO
Wasny de Roure-DF	3. Virgílio Guimarães-MG

PFL

Fernando de Fabinho-BA	1. Gervásio Silva-SC
José Roberto Arruda-DF	2.Paes Landim-PI
José Thomaz Nonô-AL	3.Paulo Bauer-SC

PMDB

Paulo Lima-SP	1. Carlos Sampaio-SP
Pedro Novais-MA	2.Eduardo Paes-RJ

PSDB

Átila Lira-PI	1. Carlos Sampaio-SP
Júlio Redecker-RS	2.Eduardo Paes-RJ

PP

Márcio Reinaldo Moreira-MG	1.Roberto Balestra-GO
----------------------------	-----------------------

PTB

Roberto Jefferson-RJ	1.José Carlos Martinez-PR
----------------------	---------------------------

PL

Bispo Rodrigues-RJ	1. Sandro Mabel-GO
--------------------	--------------------

PSB

Eduardo Campos-PE	1. Gonzaga Patriota-PE
-------------------	------------------------

PPS

Júlio Delgado-MG	1. Colbert Martins-BA
------------------	-----------------------

PDT

Severiano Alves-BA	1. VAGO
--------------------	---------

PC do B

Vanessa Grazzotin-AM	1. Renildo Calheiros-PE
----------------------	-------------------------

(*) Resolução nº 2, de 2000-CN



EDIÇÃO DE HOJE: 150 PÁGINAS